

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Terezinha Maria Furiati

**Os projetos xakriabá a partir dos recursos
públicos para o fomento à cultura**

Belo Horizonte
2014

Terezinha Maria Furiati

**Os projetos xakriabá a partir dos recursos
públicos para o fomento à cultura**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Rabelo Gomes.

Belo Horizonte
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CONHECIMENTO E
INCLUSÃO SOCIAL EM EDUCAÇÃO**

Dissertação intitulada **Os projetos xakriabá a partir dos recursos públicos para o fomento à cultura**, de autoria de Terezinha Maria Furiati, analisada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Ana Maria Rabelo Gomes – Orientadora
Faculdade de Educação – UFMG

Prof. Dr. Juarez Tarcísio Dayrell
Faculdade de Educação – UFMG

Profa. Dra. Suzana Alves Escobar
Departamento de Ensino Superior – IFNMG

Profa. Dra. Maria da Conceição F. Reis Fonseca – Suplente
Faculdade de Educação – UFMG

Profa. Dra. Verônica Mendes Pereira – Suplente
Departamento de Educação – UFOP

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2014



Nossa Senhora com índio, de autoria desconhecida. Datação provável, século XVII. Obra pertencente ao acervo da UFMG. Técnica: Óleo sobre madeira.
Foto: Foca Lisboa.



Pintura de Edgar Corrêa Kanaykô, feita na parede da Casa de Medicina da Aldeia Barreiro Preto, Terra Indígena Xakriabá. “Aqui na nossa aldeia tem uma cabocla índia. Ela é uma onça, mas ela é uma índia encantada. Ela conversava com os índios mais velhos que já morreram, conversava com Estevão Gomes. Ele é irmão do avô da minha mãe, um homem que chamava Adrião. Estevão Gomes, quando via gente de fora na aldeia, o cabelo dele arrepiava. Meus tios conheceram a onça. De vez em quando ela assoviava. Os índios mais velhos entendiam, sabiam que ela estava querendo fumar. Eles iam colocar fumo para ela, mas não viam e nem conversavam com ela. Era só o Estevão Gomes. Abaixo de Deus, ela é a defesa da nossa aldeia” (XAKRIABÁ, 1997, p. 50-51).

*Aos Xakriabá, companheiros nesta jornada.
Ao Pedro e à Maria, à Júlia e ao Lucas:
meus queridos mestres.*

AGRADECIMENTOS

Assim como as expressões artísticas, as expressões pessoais muito me marcaram nesta trajetória. Penso ser impossível agradecer somente àquelas que fizeram parte do “tempo do mestrado”. Opto por citar épocas, pois cada uma delas teve grande significado em minha formação e sem elas, com certeza, não conseguiria chegar até aqui.

No campo acadêmico, na Escola de Belas Artes, lembro-me de meu primeiro estágio como extensionista com a artista plástica e professora Yara Tupynambá, momento em que tive oportunidade de conhecer a UFMG e cuidar por um tempo de seu acervo artístico. Ainda na graduação, me preparando para ser uma arte-educadora, lembro-me com saudade da professora Ivone Luzia Vieira e minha pequena turma (Amarilis Coragem, Lu Pessoa, Maria Amélia Palhares...): juntas vivenciamos, muito refletimos sobre e criticamos a proposta da Educação Artística em nossas escolas. Tempo de muita angústia, perplexidade e impotência diante de uma vontade enorme de mudar o mundo.

Ainda na Escola de Belas Artes, alguns professores têm um lugar especial em minha formação e memória, hoje entendo bem o porquê. A eles, Prof. Gianfranco Cerri (cerâmica), Prof. Jefferson Lodi, Prof. Amilcar de Castro, Prof. Pierre Santos, Profa. Marlene Matos, Prof. Moacyr Laterza, Prof. José Tavares de Barros, entre outros, meu reconhecimento, agradecimento e admiração.

Relembrando minha passada rápida pelo Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro, agradeço a generosidade de todas as minhas colegas de trabalho. Com elas aprendi muito sobre a educação no Brasil e a ser uma funcionária pública. Agradeço também a oportunidade de refletir com a equipe de Educação Artística da Escola Experimental Leon Renault, ligada ao Centro de Recursos Humanos João Pinheiro, sobre a arte na educação e propor algumas mudanças no currículo de Educação Artística da referida escola.

Na Delegacia do MEC em Minas Gerais, com o delegado da época, Prof. José Tavares de Barros, iniciei minha trajetória com os projetos culturais. O projeto Cinema na Escola, desenvolvido na rede municipal de ensino de Belo Horizonte, foi o primeiro de muitos. Agradecimento especial ao Prof. Barros e a todos que dividiram comigo a época de grande aprendizagem com relação aos projetos e à burocracia pública.

Da rede municipal de ensino de Belo Horizonte, agradeço principalmente a meus alunos, que acreditaram nos meus sonhos e se entregaram à arte e à criatividade com dedicação, humor e ousadia.

Na extensão universitária/UFMG, foram muitos os que me ajudaram a construir minha carreira na área da cultura. Destaco principalmente o Prof. Paulo Henrique Ozório Coelho, com quem aprendi muito sobre as leis de incentivo, os projetos para captação de recursos, a produção de grandes eventos, enfim, os meandros da política cultural em curso à época.

Agradecimentos especiais ao Prof. Édson Corrêa, à Marizinha, ao Prof. Márcio Simeone, à Profa. Cida Moura, ao Prof. Maurício Campomori, ao Prof. Carlos Brandão, à Profa. Bya Braga, à Profa. Sônia Queiroz e a todos os meus queridos colegas e companheiros de Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e Diretoria de Ação Cultural (DAC).

Pelo retorno à vida acadêmica, agradeço especialmente à Profa. Adriana Romeiro, que foi minha grande incentivadora e responsável por minha decisão de fazer o mestrado.

Quanto a minha decisão em trabalhar com os Xakriabá, os especiais agradecimentos são para a Profa. Ana Gomes, equipe da FAE envolvida na pós-graduação, meus colegas do mestrado e doutorado e todos aqueles que dividiram comigo a inesquecível experiência de partilhar sonhos com os Xakriabá: Rafael Barbi, Bia, Jaqueline, Izabela, Bela, Augusta, Verônica, Suzana e principalmente os Xakriabá: Seu Nicolau, Marly, Hilário, Joel, Mary, Vanginei, Marcelo, Dé, Tereza, Cida, Zeza, Sr. Emílio, Dona Dalzira, Dona Olava, Cacique Domingos, as crianças (algumas delas já bem crescidas) e todos com quem vivi e dividi momentos absolutamente especiais. Não posso deixar de

agradecer a forma desprendida, amiga, gentil e amorosa com que todos me receberam na Terra Indígena. Desde o primeiro momento me senti em casa. Obrigada a todos e a cada um.

Por último, e em primeiro lugar, um agradecimento especial a minha família, que fez parte de todos os momentos de minha vida e trajetória. Meu pai, Pedro, que de onde estiver estará sempre sentido minha gratidão e meu reconhecimento pela sua luta: meu eterno agradecimento pelo apoio e confiança em todos os momentos vividos. Minha mãe, Maria, mulher que não teve oportunidade de frequentar a escola por muito tempo, mas que aprendeu com a vida tantos e bons ensinamentos e nos presenteia com eles em todos os momentos de nossas vidas. Meus queridos Júlia, Lucas e Bráulio, meu orgulho e grande paixão; pelo apoio, carinho e por acreditarem sempre em mim. Aos meus irmãos, sobrinhos, cunhadas, cunhado e Tia Rita meu agradecimento por compartilhar a vida. Às minhas pequenas crianças, e também a meus grandes amigos: Lourdes Mirian, pela paciência, pelo desenho do mapa da TIX e pelas leituras deste trabalho, Sérgio Diniz, Vanda, Mauro Horta, Bel, Glorinha, Maria. Através deles, agradeço a todos pela compreensão das ausências, e, principalmente, pelo apoio incondicional.

RESUMO

A presente pesquisa tem o propósito de analisar a participação do povo indígena Xakriabá na política governamental brasileira de fomento e incentivo à cultura – proposta pelo Ministério da Cultura a partir de sua reestruturação em 2003 – e as formas de apropriação e gestão dessa política adotadas por esse povo. Foram analisados os processos de participação dos Xakriabá nos editais do Fundo Estadual de Cultura (2008), Ponto de Cultura (2008) e nos Prêmios das Culturas Indígenas (2006 a 2012). A análise dos processos desencadeados pela implementação dos projetos teve como referência, de um lado, a proposta de *levantamento, revitalização e divulgação* da “cultura” xakriabá, tal como afirmada pelos próprios Xakriabá, e, de outro, as dimensões cidadã, simbólica e econômica da cultura com as quais opera o Ministério da Cultura. Buscamos compreender a gestão dos projetos financiados pela área da cultura, e os instrumentos incorporados pelos Xakriabá para adequação de suas propostas às exigências das leis de fomento e incentivo à cultura. Para os Xakriabá a ideia de “cultura” é algo mais amplo, que se confronta com a visão compartimentada das políticas públicas. A gestão cultural dos projetos xakriabá revela que não existe uma política de fomento à cultura direcionada para os povos indígenas.

Palavras-chave: cultura, políticas culturais, projetos sociais, povos indígenas, Xakriabá

ABSTRACT

This research aims to analyze the participation of the indigenous people Xakriabá in the Government policy to promote and encourage culture – proposed by the Ministry of Culture from its restructuring in 2003 – and the forms of appropriation and management of this policy adopted by that people. Participation processes by the Xakriabá were analyzed in the edicts of Fundo Estadual de Cultura (2008), Ponto de Cultura (2008) and in the Prêmios das Culturas Indígenas (2006 to 2012). The analysis of the processes triggered by the implementation of the projects had as a reference, on the one hand, the proposal of *survey, revitalization and promotion* of xakriabá "culture", as affirmed by the Xakriabá, and on the other, the citizen, symbolic and economic dimensions of culture with which operates the Ministry of Culture. We seek to understand the management of projects financed by the area of culture, and the tools incorporated by the Xakriabá to adapt their proposals to the requirements of the laws of promotion and incentive to culture. For the Xakriabá the idea of "culture" is something wider, which confronts the compartmentalized view of public policy. The cultural management of xakriabá projects reveals that there is no policy to promote culture directed towards indigenous peoples.

Keywords: culture, culture policies, social projects, indigenous peoples, Xakriabá

LISTA DE SIGLAS

AIX – Associação Indígena Xakriabá

AIXABP – Associação Indígena Xakriabá Aldeia Barreiro Preto

BDMG – Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais

CAANM – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da FACE/UFMG

CERIS – Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais

CFC – Conselho Federal de Cultura

CI – Carteira Indígena

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNC – Conselho Nacional de Cultura

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Física

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

DAC – Diretoria de Ação Cultural

DAC/UFMG – Diretoria de Ação Cultural da Universidade Federal de Minas Gerais

DS – Desenvolvimento Sustentável

FACE/UFMG – Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG

FAE – Faculdade de Educação da UFMG

FEC 01/2008 – Fundo Estadual de Cultura – Edital nº 1/2008

FIEI/UFMG – Formação Intercultural de Professores Indígenas da UFMG

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNARTE – Fundação Nacional de Arte

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

GT – Grupo de Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEF – Instituto Estadual de Florestas

INPI – Instituto Nacional da Propriedade Intelectual

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MC – Ministério das Comunicações

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC – Ministério da Educação

MinC – Ministério da Cultura

MMA – Ministério do Meio Ambiente

OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual

ONU – Organização das Nações Unidas

OS – Organizações Sociais

OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PC – Ponto de Cultura

PCH – Programa de Cidades Históricas

PCI – Prêmios de Culturas Indígenas

PIEI-MG – Programa de Implantação de Escolas Indígenas de Minas Gerais

PNC – Plano Nacional de Cultura

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão

PROEX/DAC – Pró-Reitoria de Extensão/Diretoria de Ação Cultural

PROLIND – Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas

PSCI – Plano Setorial de Culturas Indígenas

SEC/MG – Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais

SIAF – Sistema Integrado de Administração Financeira

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TIX – Terra Indígena Xakriabá

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFSJR – Universidade Federal de São João del Rei

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO PERCURSOS E ENCONTROS	16
Primeiras Considerações.....	25
CAPÍTULO 1 CONHECENDO OS XAKRIABÁ.....	37
1.1 Xakriabá: localização territorial e população	37
1.2 Xakriabá: dados históricos	40
1.3 Contexto de mudança	46
1.3.1 Novos modos de organização: a criação das associações e a era dos <i>projetos</i>	48
1.3.2 Xakriabá: energia elétrica e o acesso a recursos financeiros.....	56
1.3.3 Escolarização: implantação das escolas indígenas e a formação de seus professores	58
CAPÍTULO 2 CONSTRUÇÕES DAS POLÍTICAS CULTURAIS	63
2.1 Relações e interações nos cenários nacional e internacional: meio ambiente, cultura e política.....	63
2.2 Relações e interações: políticas culturais no cenário brasileiro	68
2.2.1 Institucionalização da Cultura em Minas Gerais.....	76
2.2.2 Políticas Públicas: construções a partir da Constituição de 1988.....	77
CAPÍTULO 3 XAKRIABÁ: PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS DE FOMENTO À CULTURA	84
3.1 “Cultura” e “projetos”	84
3.2 Os gestores culturais Xakriabá	90
3.3 Os projetos financiados pelos órgãos de cultura.....	95
3.4 Fundo Estadual de Cultura – FEC 01/2008: o edital	96
3.4.1 FEC 01/2008 – Xakriabá: Construção do projeto	99
3.4.2 FEC 01/2008 – Os Xakriabá: execução do projeto aprovado.....	105
3.5 Ponto de Cultura: Edital	115
3.5.1 Ponto de Cultura Loas – Xakriabá: construção do projeto.....	118

3.5.2	Ponto de Cultura Loas – Xakriabá: execução do projeto.....	119
3.6	Prêmio Culturas Indígenas: editais.....	126
3.6.1	Prêmio Culturas Indígenas: construção e execução dos projetos	127
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
	REFERÊNCIAS.....	135
	ANEXO I Justificativa Apresentada à SEC/MG pelo não recolhimento do INSS dos indígenas.....	141
	ANEXO II Edital do Fundo Estadual de Cultura 01/2008.....	143
	ANEXO III Edital do Ponto de Cultura 2008	144
	ANEXO IV Edital do Prêmio Culturas Indígenas 2006	145

INTRODUÇÃO PERCURSOS E ENCONTROS

Com formação em Artes Plásticas pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ingressei, ainda antes de me formar, no Ministério da Educação e na rede de ensino de Belo Horizonte. Em 1998, fui transferida para a UFMG, passando a compor a equipe do Departamento de Cultura da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX/UFMG).

Durante minha carreira profissional, desempenhei várias funções, e hoje avalio que as mais fortes e marcantes foram as de educadora e extensionista. Durante esse período, todas as minhas qualificações foram direcionadas ao melhor desempenho de minhas funções em sala de aula e no serviço público. Vinte e sete anos após o término da graduação, reiniciei os estudos acadêmicos, fazendo especialização e mestrado.

A formação em Artes Plásticas me possibilitou o desenvolvimento da observação, da sensibilidade e da curiosidade. Proporcionou-me enxergar e ler o mundo através de outros símbolos além das letras. Os pontos, as linhas, os planos, as massas e cores; os movimentos, a música, e as expressões diversas são também fortes elementos utilizados na minha leitura e percepção do mundo. O mundo vivido e decodificado também pelo olhar do artista. E é também a partir desse lugar, da sensibilidade, da observação, da reflexão, da criatividade, expressão e das experiências que este trabalho foi sendo construído. Esse olhar diferenciado, juntamente com os trabalhos extensionistas desenvolvidos com os diferentes grupos tradicionais (artesãos do Vale do Jequitinhonha/MG), o convívio com vários mestres, a vivência e o respeito pela diversidade cultural e social, juntamente com o desempenho institucional na área da cultura, facilitaram sobremaneira meu mergulho no tema escolhido para a pesquisa.

Em 2007, recebi convite da Pró-Reitoria de Extensão da Diretoria de Ação Cultural da UFMG (PROEX/DAC/UFMG) para assessorar os Xakriabá na formatação de um projeto cultural, a fim de concorrer ao edital número 01 do Fundo Estadual de Cultura/MG (FEC/01/2008). O referido projeto teve como objetivo

a revitalização das práticas tradicionais de produção de artesanato em cerâmica e outros materiais nas comunidades Xakriabá, visando à preservação e potencialização da cultura local, em sintonia com um processo mais amplo de retomada das tradições por parte desse povo.¹

Iniciou-se naquele momento minha curiosidade de entender qual o significado de cultura, memória e tradição para os Xakriabá. Inúmeras questões se apresentaram, dentre elas: quais as estratégias utilizadas por eles para preservar seu patrimônio cultural? Existe uma política cultural na Terra Indígena? O que significa gestão cultural para os Xakriabá? Como as políticas governamentais, com relação ao fomento à cultura, chegam à Terra Indígena e de que forma são apropriadas e utilizadas por esse povo? Conhecer o povo xakriabá e sua cultura, colaborar para preservação de algumas de suas características culturais e para seu acesso aos recursos públicos em igualdade de condições com qualquer outro grupo,² conhecer o projeto de “revitalização das práticas tradicionais de produção artesanal nas comunidades Xakriabá”³ que estava sendo por eles proposto, foi fundamental para aguçar minha curiosidade com relação à apropriação dos editais de fomento à cultura por esse povo indígena.

Após esse período de convivência, conhecendo melhor as propostas dos Xakriabá para a preservação de seu patrimônio e revitalização de suas práticas tradicionais, aliado ao conhecimento dos membros da Associação Indígena Aldeia Barreiro Preto (AIXABP) – Seu Nicolau, seu presidente, e alguns professores xakriabá –, pude perceber que a revitalização do fazer artesanal, posto pela comunidade, era, naquele momento, apenas uma pequena parte do projeto de *levantamento da cultura*⁴ proposto pelos Xakriabá. O

¹ PROJETO Revitalização das Práticas Tradicionais de Produção Artesanal nas Comunidades Xakriabá. Apresentado ao Fundo Estadual de Cultura em 2008. Protocolo.

² A igualdade de condições na disputa por recursos, citada acima, diz respeito à participação dos Xakriabá em editais de cultura que, em sua maioria, são universais, ou seja, todos os que se enquadram nas exigências colocadas pelos editais têm direito de concorrer aos recursos públicos oferecidos por eles. Isso significa que os indígenas concorrem com todo tipo de proponente; naturalmente, aqueles que possuem conhecimento da legislação e experiência na formatação de projetos passam a ter mais chances de serem beneficiados. Minha contribuição foi no sentido de colocá-los em igual condição de acesso com os outros concorrentes aos editais da Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais.

³ PROJETO Revitalização das Práticas Tradicionais de Produção Artesanal nas Comunidades Xakriabá. Apresentado ao Fundo Estadual de Cultura em 2008. Protocolo.

⁴ “O que estava *perdido* precisava ser *retomado* ou *levantado*, como os próprios Xakriabá diziam. O foco dos *projetos de cultura* era justamente esse processo de *levantamento*, que poderia ser entendido como uma espécie de ‘*resgate*’ ou ‘*valorização*’, mas traz consigo aquilo que os Xakriabá consideram como sua *cultura*.” (SANTOS, 2010, p. 77).

grande desafio a mim colocado era o de compreender a dinâmica utilizada por eles para promover a revitalização de suas práticas tradicionais e a preservação de seus bens culturais, bem como suas formas de apropriação e utilização dos instrumentos de fomento à cultura disponibilizados pelo governo brasileiro. Entretanto, a decisão de pesquisar a apropriação e os usos da política de fomento à cultura pelos Xakriabá foi bastante difícil, pois minha relação com eles já existia e se constituía como uma relação profissional.

O pacto de parceria com os Xakriabá veio antes da decisão de cursar o mestrado. Essa situação tão peculiar proporcionou-me um tempo maior de pesquisa e me permitiu vivenciar situações interessantes e até divertidas. Uma delas foi o constrangimento de um dos meus colaboradores que durante a entrevista não sabia como se expressar com relação a minha participação no processo de pesquisa, se devia ou não ocultar a identidade do pesquisador (minha identidade). Ele, enquanto estudante e pesquisador do curso de Formação Intercultural de Professores Indígenas da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FIEI/FAE/UFMG), sabia que no processo de pesquisa, o pesquisador tem o dever de preservar o anonimato do pesquisado. Naquela nova situação, ficou sem saber como proceder.

E aí... que eu fui procurando ele. É, fui com aquele... procurando ele. Conheci a Terezinha [risos]. Foi nesse começo aí, que começou a orientar na parte da compra. Porque eu não sabia... no projeto tinha uma parte de compra de equipamento. [...] Então eu não tinha ideia de como começar. Aí então foi pela a orientação, é, eu fui em BH, encontrei concê, com a Terezinha lá pra fazer o orçamento. (Joel)⁵

Após decisão de fazer minha pesquisa com os Xakriabá, iniciei meu processo de preparação para o mestrado. Cursei várias disciplinas nos cursos de antropologia, história e educação (em várias delas, minha participação foi como ouvinte). Em 2010 tornei-me membro do Conselho Nacional de Cultura (CNC), na área indígena, representando a sociedade civil. No referido conselho, atuei propondo a discussão de uma política pública específica para as comunidades indígenas, levando em consideração as suas especificidades.

⁵. Em entrevista concedida na TIX em 28 de julho de 2013.

A experiência nos processos de participação das políticas de fomento, ora representando uma grande instituição, a UFMG, ora propondo em nome de comunidades tradicionais – e muitas vezes assessorando-as e vivendo, efetivamente na prática, todas as etapas exigidas pelas políticas em vigor – me deu suporte para chegar até aqui. Fazendo uma avaliação de todo meu processo construtivo enquanto educadora, extensionista e pesquisadora, optando por um tema e por um tipo de população que se fez presente em toda minha trajetória – cultura e povos tradicionais – concluo que o tempo da pesquisa associou-se ao tempo de trabalho extensionista, e o resultado não foi uma pesquisa dentro dos modelos canônicos, mas uma pesquisa permeada por um contato participativo e afetivo. Uma pesquisa que se iniciou em 2007, quando do meu primeiro contato com os Xakriabá.

Mediante a possibilidade de os Xakriabá concorrerem ao Fundo de Cultura, cujo edital ainda não havia sido lançado, a equipe do FIEI/FAE/UFMG agendou uma reunião com a Superintendente de Interiorização da SEC/MG, para que ela pudesse orientar os Xakriabá quanto à participação no edital que seria lançado no início do próximo ano. Para essa reunião eu também fui convidada enquanto representante da Diretoria de Ação Cultural da UFMG e responsável pelo setor de Projetos.

Estavam presentes: a Marizinha, Superintendente de Interiorização e sua equipe; representantes de alguns órgãos vinculados à SEC (Museu Mineiro, UFOP, Superintendência de Museus), professores da UFSJ e UFMG, dois alunos do FIEI, presidente e vice-presidente da AIXABP.

A reunião foi muito objetiva, saímos muito satisfeitos com as boas notícias: possibilidade de participação da AIXABP no edital, parcerias firmadas, grupos de trabalhos constituídos com a possível participação de muitos que estavam ali presentes. Integrei-me ao grupo que iria estudar as propostas das oficinas, e fiquei também encarregada de coordenar o grupo da montagem final do projeto.

Naquele momento conheci Hilário, que à época era o presidente da AIXABP, Seu Nicolau, vice-presidente da AIXABP, Vanginei (Nei) e Marcelo, alunos do FIEI/FAE/UFMG.

Durante a preparação do projeto, meu contato foi apenas com Marcelo e Nei. Eles eram bolsistas de Extensão pela UFMG e realizavam pesquisa sobre a produção artesanal na TIX. Foi essa pesquisa que possibilitou a construção do projeto para o FEC/2008.

Nei, é filho de Mestre Dalzira, professora de cultura e artesã da cerâmica. Nei aprendeu com a mãe o ofício, e ao se tornar professor de artes da Escola da Aldeia Barreiro Preto, passou a utilizar do seu saber para transmiti-lo aos seus alunos. A trajetória de Nei é muito interessante, não só como ceramista, mas também como professor. Ele mora muito próximo da escola em que leciona. Para tornar seu trabalho com os alunos mais interessante e eficiente, construiu em seu quintal um ateliê com um forno para a queima das peças. Como na escola não possui essa estrutura, quando trabalha com a modelagem, leva seus alunos para seu ateliê. Nei é um professor muito envolvido com sua cultura e comunidade. Segundo ele foi o curso na UFMG e o envolvimento com a pesquisa nas aldeias que o despertou para maior participação nos movimentos culturais na TIX.

Nei acompanhou muito de perto a elaboração e execução do projeto apresentado ao FEC, primeiro como bolsista de extensão e depois como bolsista do projeto. Essa experiência o levou a participar de outros editais (Prêmio FUNARTE, Prêmio Culturas Indígenas) e com esses prêmios conquistados construiu oito fornos nas casas de artesãos e uma Casa Ritual em sua aldeia, Aldeia Barreiro Preto.

Marcelo, professor indígena, mora na Aldeia Barreiro Preto. Foi também bolsista de extensão e dividiu com Nei as tarefas da pesquisa de campo a respeito do artesanato. Segundo ele, foi um tempo muito rico em que teve oportunidade de conhecer melhor a TIX e seus moradores. Participou também da elaboração e execução do projeto apresentado ao FEC. Marcelo e Nei, além de irem às casas das pessoas, promoviam reuniões para discussão sobre as ações do projeto, desenvolvendo um trabalho muito junto à diretoria da AIXAP e lideranças. Nossos encontros, durante a montagem e execução do projeto eram normalmente na UFMG.

Outra pessoa muito importante na montagem, reformulação do plano de trabalho e de ações relacionadas às oficinas de artesanato e compra de equipamentos, foi o **Edvaldo**

(Dé). Dé é professor e um artesão primoroso. Trabalha com adornos de osso e madeira. Foi dele a ideia de construir a Casa de Cultura na Aldeia Sumaré. Segundo ele queria ter um lugar próprio para ensinar seus alunos e fazer artesanato. Grande conhecedor de seu ofício, desempenhou importante papel nas especificações dos equipamentos e material de consumo.

Hilário é morador da Aldeia Barreiro Preto. Durante a execução do FEC, meu contato com ele foi pouco. Logo depois da reunião na SEC, Hilário passou a presidência da associação a Seu Nicolau. À época, Hilário era vereador do município de São João das Missões. Nossos contatos ocorriam só quando eu ia à TIX para reuniões referentes aos projetos, oficinas e, mais tarde, durante a pesquisa. Hilário é um grande conhecedor de seu povo e de sua cultura. Já exerceu vários cargos públicos e hoje é o coordenador do Departamento de Cultura do Município de São João das Missões. Não posso deixar de dizer que meu encantamento pelas loas surgiu através de Hilário.

Seu Nicolau: apesar de tê-lo conhecido na reunião da SEC, só fui falar com ele muito tempo depois, à época da assinatura do convênio, quando ele já era presidente da AIXABP. Seu Nicolau sempre me impressionou muito com sua postura. Sempre muito sério, calmo e prudente. Primeiro pensar, entender para depois falar. Quando ele não entende ou não concorda com um detalhe, pensa primeiro para depois se manifestar.

Seu Nicolau mora na Aldeia Vargem, é professor de cultura e, como muitos outros na TIX, também agricultor. Esteve à frente da AIXABP por três mandatos, passando o cargo recentemente. Muito me impressionou a dedicação, o esforço e o aprendizado de Seu Nicolau nesses anos. Não tenho nenhuma dúvida de que Seu Nicolau é um grande gestor cultural.

Zeza é professora formada pela UFMG. Já exerceu função de diretora na escola da Aldeia Barreiro Preto, onde leciona. Zeza também é muito envolvida com a comunidade. Pertence à diretoria da AIXBP, exercendo várias funções. Foi o braço direito de Seu Nicolau nesses anos à frente da Associação. Zeza tem facilidade com a escrita e com os trâmites burocráticos, o que a torna uma figura importante em várias

atividades na TIX. Ela sempre participa dos Prêmios Culturas Indígenas, tendo sido premiada.

Seu Valdinho é liderança na Aldeia Barreiro Preto, onde reside. Foi um dos pioneiros na criação da primeira associação na terra indígena – Associação Indígena Xakriabá, com sede na Aldeia Mata Fome –, tornando-se seu presidente. Depois foi também presidente da AIXABP. Teve grande envolvimento na luta pela terra, e é um grande conhecedor da história do povo Xakriabá.

Tereza é moradora da Aldeia Caatinginha e é agente de saúde. Participa muito da vida de sua aldeia e da Aldeia Sumaré I, onde fica o posto de saúde em que atua. Seu envolvimento é com a saúde e também com a revitalização das práticas utilizadas pelos antigos na cura e prevenção de doenças. Conforme seu comentário, esse trabalho é muito difícil, pois os médicos que trabalham na TIX aprenderam outras maneiras de tratar e não conhecem a maneira tradicional indígena. Segundo ela, isso tem levado muitas pessoas a se distanciarem da cultura tradicional xakriabá. Considera necessário desenvolver um trabalho com os médico e enfermeiras que vêm de fora atender nos postos de saúde da TIX para que conheçam e também utilizem a medicina tradicional xakriabá.

Joel reside na Aldeia Sumaré I, em frente à Casa de Cultura. Durante o trabalho vou citá-lo muitas vezes, pois Joel é o coordenador do Ponto de Cultura Loas. Joel também é professor indígena formado pela UFMG. Conta que começou a se envolver com os projetos de cultura incentivado pelo seu tio Dé ainda enquanto estudante do segundo grau. Começou a lecionar e as oportunidades foram aparecendo. Joel está sempre com uma filmadora ou uma máquina fotográfica na mão. Esse fascínio com as novas tecnologias e facilidade de manejá-las foram um dos fatores que levaram Seu Nico, juntamente com as lideranças, a convidá-lo para coordenar o Ponto de Cultura. Joel, assim como Seu Nicolau, se tornou um gestor cultural. Sua dedicação ao Ponto é total. Cuida da administração dos recursos, promove atividades, faz cursos fora para em seguida passar para os jovens. Grande sonhador e realizador.

Rosania e Luzineide também são professoras e exercem suas funções na Aldeia Sumaré I. Estão sempre presentes nas atividades da TIX. Nos festejos sempre colaboram, principalmente no preparo dos alimentos (é tradição da TIX: quando há festa, todos são convidados e a comida é feita para todos). Essa função as levaram a buscar formas de tornar esse ofício um pouco mais fácil. Segundo elas não havia cozinha perto da Casa de Cultura da Aldeia Sumaré I. Dessa forma, a preparação dos alimentos para as comemorações era feita na escola ou na casa de moradores vizinhos, o que tornava o trabalho muito cansativo. Resolveram então montar um projeto para construção de uma cozinha perto da Casa de Cultura. Apresentaram ao Prêmio Culturas Indígenas e ganharam. Em minha última ida à TIX tive o prazer de ver a cozinha construída.

Érik: morador da Aldeia Sumaré I, enquanto estudante (2º grau) participou ativamente das atividades do Ponto de Cultura. Juntamente com Joel promoveu várias atividades, desenvolvendo inclusive alguns trabalhos de filmagens de casamento. Mas, depois de formado, mudou-se para o Município de São João das Missões em busca de emprego (esse tem sido um dos grandes problemas na TIX).

Edgar, licenciado pelo FIEI/UFMG, é morador da Aldeia Barreiro Preto, filho de Hilário. É muito envolvido com as novas tecnologias, excelente fotógrafo. É também participante do Ponto de Cultura.

Meus interlocutores, em sua maioria, são moradores das Aldeias Barreiro Preto e Sumaré I. Isto se explica pelo fato de eu ter optado por trabalhar com os projetos xakriabá financiados pela área da cultura. A AIXABP foi a única que captou recursos na área da cultura. Como a sede da associação é na Aldeia Barreiro Preto, naturalmente os maiores envolvidos estão concentrados nessa região.

Por ser o meu percurso diferenciado do de outros pesquisadores da educação e da antropologia, e por considerá-lo importante na construção deste trabalho, tomei a liberdade de trazer alguns elementos e deixá-los pairando, colocando-os em evidência vez por outra. São eles: a obra Nossa Senhora com o Índio, e Iaiá Cabocla. A arte, a

expressão, as crenças; identificação de pessoas e épocas, o registro de momentos únicos, a cultura.

A obra *Nossa Senhora com Índio*, por revelar nossa brasilidade. Brasilidade principalmente no sentido da diversidade. O autor utiliza três figuras centrais em uma composição triangular, formada por um menino (Jesus) com traços caboclos no colo de Maria, uma mulher com traços pouco comuns, talvez orientais, e um indígena. Três figuras, três lados, elementos diferentes que não os três canônicos: europeu, negro e indígena. Simbolicamente três forças: harmonia, perfeição e sabedoria, ou seja: força, beleza e sabedoria; vida, bem e poder. O gesto de Nossa Senhora, segurando a mão do índio e envolvendo-o com o olhar terno e intimista, nos remete à possibilidade de um convívio harmonioso, de respeito e paz entre esses diferentes componentes.

Em *Iaiá Cabocla*, estão presentes todos os desejos e esforços dos Xakriabá de *levantarem sua cultura*, de trazerem de volta aquilo que os diferencia e que os identifica, aquilo que os enraíza em seu próprio território.

Primeiras Considerações

Iniciamos este trabalho com o depoimento de Hilário Xakriabá, por ter sido ele um marco importante em nossas reflexões. A princípio, nosso objetivo está centrado no propósito de analisar a participação do povo Xakriabá na política governamental brasileira de fomento à cultura e as formas de apropriação dessa política adotadas por esse povo.

Olha, assim, eu posso falar de alguma experiência? Mas eu foco muito no anseio. É a muita coisa que a gente já fez que eu acho ainda que já deu... é um avanço. Mas o anseio que eu tenho é mais. É que nós, comunidades tradicionais, podemos, com certeza, andar paralelamente com essas mudanças, mas com esse cuidado, de não se perder. Que é... é muito triste.

Do meu ponto de vista é muito triste um determinado povo perder a sua história. A sua cultura, né. É mais doído do que acabar aquele povo. Porque um povo sem história, eu considero como uma canoa vazia, solta no meio do mar sem nenhum navegador. E se nós tiver esse cuidado, como povo... ter esse cuidado pra gente não perder essa essência toda, nós vamos ter sempre uma história e uma alegria. Por mais que nós tem enfrentamentos aí, nós temos alegrias ainda de ser esse povo.

E, eu sonho muito com um planejamento. Um planejamento que os caciques, lideranças e junto mesmo com a comunidade, a educação indígena. É construir junto um planejamento porque hoje há muita migração. Xakriabá que vai, Xacriabá que vem. E de certa forma há um impacto cultural também, né. E se nós tem dificuldade e os que fica que muitas vezes não... com outras ideias que não vem as vezes acatar com as ideias desse modo de vida. De preservar. De lidar no dia a dia, como povo indígena. Imagina quem fica um tempo lá fora e volta. É muito mais difícil ainda, hein. Então assim, nós tem que trabalhar um planejamento bem abrangente, mas que tem também direção. Que é o que que nós vamos fazer? O que que nós podemos fazer com sustentabilidade de verdade? O que é que é sustentabilidade pra cada um de nós, né? É o que que nós podemos hoje aqui? Como produzir? Produtos de qualidade com quantidade suficiente pra nossas famílias? Que daqui a cem, a duzentos, pra os que vem por aí, nós vamos e ficam os que vem produzir a mesma coisa nesse mesmo pedacinho de chão, né. Será que nós estamos produzindo a mesma coisa que há cem anos atrás? Há uns duzentos? Então já dá pra gente avaliar, se não produz o que que aconteceu? Vamos fazer a mesma prática que causou tal danos? Vamos repensar.

Então nesse planejamento que tivesse aí tudo que fosse desenvolver como se tivesse um regimento interno. Não é... [risos] um plano, né, que pudesse direcionar essas práticas. Eu digo isso porque é às vezes os mais velhos, está ainda pensando. Mas será que como eu falei no início, será que a tecnologia nos engole? Até quanto ela já nos engoliu? E daqui, né? Tanta invenção que vem por aí, tanta coisa que pode vir por aí. Eu não estou culpando quem causou algum dano, mas talvez por inocência muito grande. Achar que esse pão é bom. Come dele e o sabor realmente engana. E acaba que ingerindo dentro daquele sabor muitas coisas que vem causar um problema sério

de saúde depois. Eu estou falando num contexto geral, e pensando no todo.

Vamos aqui falar do território nosso que sobrepõe daqui até o São Francisco e ainda é uma luta pra se conquistar. O que que nós vamos desenvolver chegando lá de junto do São Francisco que é nosso também? O que nós vamos mostrar pra sociedade lá fora que a gente tem ou vai usar naquele espaço com sustentabilidade?

Então é uma coisa também que tem que se pensar dentro desse planejamento pra gente poder trabalhar. Fazer um trabalho sério. Educativo. E que a gente possa sobreviver. E dar essa sobrevivência, com licença do KãKehe⁶ que prevê todas as coisas, mas a gente através do povo que a gente conhece também fazer a nossa parte. E eu, Hilário, muitas vezes crítico. Muitas vezes acomodado ou incomodado, não é? [risos] (Hilário)⁷

Quando Hilário disse *que é preciso fazer um planejamento que os caciques, lideranças e junto mesmo com a comunidade, a educação indígena,*⁸ entendemos que a preocupação de Hilário é com relação à sobrevivência do povo e da cultura xakriabá, que naturalmente envolve o passado, presente e futuro; os velhos, os jovens e as crianças. Constatamos ao longo desta pesquisa que as ações para o povo não *perder sua história, não perder sua direção, enfim, não perder sua “cultura”* já existem e estão presentes na Terra Indígena Xakriabá (TIX) há bastante tempo. Nesses quase sete anos de contato com o povo Xakriabá pudemos constatar que o planejamento dito por Hilário pode não estar registrado em atas e/ou papel como uma proposta completa a ser seguida, mas as ações fazem parte da vida e da luta deste povo. Mesmo sendo Hilário participante ativo desses movimentos na terra indígena, ainda insiste em *construir um planejamento para que o povo possa andar paralelamente a essas mudanças sem se perder.*

Essa postura nos provocou algumas inquietações, afinal, Hilário expressou seu sonho de construir um planejamento coletivo, buscando uma adequação possível, com o propósito de analisar a participação do povo Xakriabá na política governamental brasileira de fomento à cultura e as formas de apropriação dessa política adotadas por esse povo, em um momento em que vários projetos estavam em andamento na TIX,

⁶ Deus.

⁷ Em entrevista concedida na TIX em 25 de julho de 2013.

⁸ Em entrevista concedida na TIX em 25 de julho de 2013.

tendo sido todos eles construídos pela comunidade com o propósito de promover o *levantamento da cultura*, inclusive com sua participação.

Com a definição de cultura como o que caracteriza “de modo singular um determinado povo” (SAHLINS, 1997a, p. 46)⁹ e como forma de “compreender o fenômeno único que ela nomeia e distingue: a organização da experiência e da ação humana por meios simbólicos” (SAHLINS, 1997a, p. 41),¹⁰ entendemos o depoimento de Hilário como uma preocupação com a sustentabilidade e sobrevivência, com a conservação da herança deixada pelos seus ancestrais, com a terra, bem como com todas as ações que considera necessárias para que seu o povo, em contato com o mundo não índio, não se perca. A comparação com a canoa vazia, solta no meio do mar sem um navegador, exprime o medo que sente de sua comunidade *perder sua história, perder sua direção*, enfim, *perder sua “cultura”*. A metáfora utilizada por Hilário nos remete também à situação das novas gerações xakriabá. As poucas opções de trabalho e renda existentes na TIX os leva a migrarem buscando outras oportunidades.

Percebemos também, desde o primeiro contato, que os Xakriabá possuem consciência do significado de sua “cultura”¹¹ e que estão buscando as condições necessárias para implementarem seu desenvolvimento. O montante de recursos públicos advindos dos projetos sociais que entrou na terra indígena nos últimos anos deixa claro que esse povo possui grande desejo de construir seu futuro em consonância com suas experiências históricas e suas bases culturais. É perceptível o aproveitamento das oportunidades oferecidas pelos órgãos fomentadores na busca da realização de seus objetivos.

Mesmo com todas essas situações colocadas, o depoimento de Hilário continuava nos provocando, e com ele, outras questões foram surgindo. Dentre elas citamos: temos uma política pública para a cultura voltada para os indígenas? As políticas implementadas pelos órgãos de governo, como um todo, dão a eles, povos indígenas e

⁹ <http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2455.pdf>

¹⁰ <http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2455.pdf>

¹¹ Vamos assumir a proposição de Cunha (2009), que será melhor discutida ao longo do texto, para nos referirmos ao modo como os Xakriabá operam com o conceito de cultura.

principalmente seus jovens, as condições necessárias para o desenvolvimento de sua capacidade autônoma, enquanto uma sociedade culturalmente diferenciada? Tendo em vista que a cultura se relaciona com outras dimensões (econômica, política, ambiental), o que acarretam para os indígenas os editais que se propõem a ocupar-se especificamente da cultura? A participação em editais diferenciados, propostos por diversos órgãos, está permitindo que os Xakriabá alcancem os seus propósitos? Essa profusão de projetos na TIX tem guiado os Xakriabá para o desenvolvimento de acordo com suas escolhas quanto ao horizonte de bem viver por eles desejado?

No decorrer desta dissertação voltaremos a essas questões, esperando respondê-las ou, pelo menos, aventar possíveis reflexões que nos permitam avançar nessas questões.

É importante ressaltar que dentro do universo dos projetos propostos e desenvolvidos pelos Xakriabá, denominados por eles e por vários autores “projetos sociais”,¹² a atenção desta investigação foi direcionada aos projetos financiados pelos assim chamados órgãos de fomento à cultura. Para que isto fique bem claro, nos referiremos a esses projetos (Fundo de Cultura, Pontos de Cultura e os projetos realizados ou em realização com recursos advindos dos Prêmios de Culturas Indígenas) como projetos financiados pela área da cultura. Essa opção foi também considerada necessária tendo em vista a maneira com que os Xakriabá definem os projetos. Para eles, todos os projetos são *culturais*. Consideram que todas as ações desenvolvidas na TIX são *culturais*. Dessa forma os projetos sociais são também projetos culturais.

À época do início dos trabalhos com os Xakriabá em 2007, como dito anteriormente, vários outros projetos já haviam sido propostos através de suas associações. Uns já haviam sido executados, outros estavam em execução e alguns outros sendo formulados. Esses projetos são resultados de parcerias com diversos órgãos, dentre eles; Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Desenvolvimento Agrário

¹² “A expressão projetos sociais, incorporada pelos Xakriabá, designa as ações estruturadas e intencionais de entidades, organizações governamentais e não governamentais, visando a intervir em determinada problemática diagnosticada na comunidade” (MENDONÇA, 2014, p. 16).

(MDA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Contudo, essa foi a primeira experiência dos Xakriabá com um órgão dedicado à cultura.

Para a realização deste trabalho, dividimos a pesquisa em três partes: a primeira, dedicada à revisão histórica; a segunda, destinada às construções das políticas culturais – as relações, nos cenários internacional e nacional, entre política, meio ambiente e cultura; e a terceira parte, voltada à participação dos Xakriabá em editais propostos pela área da cultura e a gestão dos projetos aprovados.

Nessa perspectiva, na primeira parte desta dissertação, foi feita uma revisitação à história do povo Xakriabá, buscando os elementos que auxiliam na compreensão das análises propostas. Na segunda parte, foram destacadas as construções das políticas públicas brasileiras a partir do contexto histórico internacional e nacional. Ênfase maior foi dada às estruturações realizadas a partir do governo do presidente Lula, momento em que o Ministério da Cultura (MinC) passou por uma significativa reestruturação. A partir daquele momento a política do MinC apresentou-se mais abrangente, assumindo uma proposta de construção participativa, com o propósito de contemplar toda a diversidade brasileira.

Na terceira parte, considerando que “ao Estado cabe legislar, administrar e implementar políticas públicas, ao mesmo tempo em que é imprescindível convocar, valorizar e estimular as iniciativas e mobilizações no âmbito civil” (MINC, [s.d.]¹³, procuramos analisar e descrever como a política nacional de cultura, proposta com base nos conceitos de direitos sociais, diversidade, pertencimento cultural e cidadania participativa, está sendo implementada e, por sua vez, apropriada e utilizada pelos Xakriabá.

No contexto de participação e gestão dos recursos recebidos, a observação e análise dos processos desencadeados tiveram como referência a proposta de *levantamento, revitalização e divulgação da cultura Xakriabá* em confronto com as dimensões cidadã,

¹³ <http://www.cultura.gov.br/site/pnc/diagnosticos-e-desafios/gestao-publica/participacao-social/>

simbólica e econômica em que opera o conceito de cultura adotado pelo Ministério da Cultura.

Com relação à definição do conceito de cultura que permeará todo o trabalho, consideraremos também a discussão posta nos documentos do Ministério da Cultura, descrita no Plano Setorial para as Culturas Indígenas/2010 (PSCI).

O PSCI integra o Plano Nacional de Cultura (PNC) “apresentando-lhe diretrizes e ações específicas que deverão orientar a elaboração e implementação de políticas públicas de cultura para esse segmento”. O Plano Nacional de Cultura (PNC)

é um conjunto de diretrizes e estratégias formuladas a partir de amplos debates com a sociedade, cujo fim é o de articular sistemicamente atores, ações e políticas públicas de cultura. O PNC estrutura-se com base nas dimensões simbólica, econômica e cidadã da cultura, que, imbricadas expressam a relação existente entre diversidade cultural e desenvolvimento nacional sustentável e distributivo. (O MINISTÉRIO, [s.d.])¹⁴

O PNC foi construído em processo de participação e negociação estabelecido entre representantes do poder público federal, estadual e municipal, dos segmentos artísticos e culturais, grupos sociais e de entidades acadêmicas, empresariais, fundações e institutos, além de personalidades de notório saber na área da cultura. O Plano, inclusive, utiliza os conceitos de cultura apontados pelos antropólogos Manuela Carneiro da Cunha e Marshall Sahlins.

Com Manuela Carneiro da Cunha procuramos compreender os movimentos de “idas e voltas”, o movimento de *revitalização* cultural dos Xakriabá e os conceitos de *cultura* e “cultura” (cultura com aspas), ou seja, cultura na acepção antropológica e “cultura” como autodescrição de grupos sociais que a invocam. “Noção de ‘cultura’ da qual o conhecimento é apenas uma das manifestações.” (CUNHA, 2009, p. 354).

Em Marshall Sahlins (1997) procuramos explorar o conceito de sociedade translocal e transcultural para pensar a experiência do povo Xakriabá. Buscamos verificar de que forma esse conceito nos ajuda a indagar certos procedimentos com o intuito de

¹⁴ <http://www.cultura.gov.br/o-ministerio>

compreender se o conceito de sociedade translocal pode ser aplicado não apenas no sentido de sociedades migratórias, configuradas fora do local de origem, mas pode ser também interessante para abordar aquelas que permanecem em sua terra natal, no sentido na transcendência das fronteiras locais, físicas e materiais.

Transcendência de fronteira material para um povo que permanece em seu local de origem, mas se lança ao externo à comunidade no sentido de buscar novas experiências e melhores condições de sobrevivência e de vida para suas comunidades, utilizando, inclusive, as possibilidades financeiras ofertadas pelo Estado. Buscando “as virtudes materiais dos bens estrangeiros, os objetos e experiências do mundo exterior” para “os incorporarem nas comunidades natais como poderes culturais” (SAHLINS, 1997b, p. 117).¹⁵ Transcendência de fronteira material por ser um povo marcado também pelo acolhimento de diferentes grupos migratórios e étnicos, dentro de seu próprio território, e que se mantém em seu local de origem.

A partir do conceito de sociedade translocal apontado por Sahlins (1997), buscamos compreender a criação de associações, a elaboração de projetos (principalmente aqueles financiados pela área da cultura) e os instrumentos incorporados pelos Xakriabá para adequação de suas propostas às exigências das leis de fomento e incentivo à cultura. Todos esses movimentos demonstram que os Xakriabá “vêm tentado incorporar o sistema mundial a uma ordem ainda mais abrangente: seu próprio sistema de mundo” (SAHLINS, 1997a, p. 52).¹⁶

Esses movimentos empreendidos tanto pelos Xakriabá como por outras coletividades indígenas que sobrevivem “fisicamente ao assédio colonialista não estão fugindo à responsabilidade de elaborar culturalmente tudo o que lhes foi infligido” (SAHLINS, 1997a, p. 52).¹⁷ Muito pelo contrário, eles estão organizando seu próprio sistema de mundo apropriando-se dos modelos externos. Sahlins (1997) denominou esse processo como “indigenização da modernidade”. Acreditamos que essa determinação e esforços

¹⁵ <http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n2/2442.pdf>

¹⁶ <http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2455.pdf>

¹⁷ <http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2455.pdf>

empreendidos pelos Xakriabá nos dão subsídios suficientes para qualificá-los como uma comunidade translocal.

Segundo as palavras de Tônico Benites, Kayowa-Guarani,¹⁸ durante a Pré-Conferência Setorial de Culturas Indígenas, realizada em março de 2010, em Brasília, “a cultura é o nosso modo de ser, nossa vida”. A partir dessa ideia, em um momento histórico em que o “intercâmbio dialético do global com o local” (SAHLINS,1997b, p. 133)¹⁹ se faz presente, há que se entender de que maneira os projetos sociais, e particularmente os financiados pelos órgãos de cultura, passam a fazer parte das práticas dos indígenas, particularmente daquelas dos Xakriabá.

É interessante observar as estratégias criadas, principalmente pelos membros das associações que trabalharam mais diretamente com o desenvolvimento dos projetos, para darem conta de todas as exigências e empreendimentos. Ao questionar o Seu Nicolau, presidente da AIXABP, sobre a estratégia que ele utilizava para administrar tantos projetos, sem fazer confusão, e com tanto êxito, ele disse:

Tereza, agora eu já aprendi a lidar com a democracia (sic). Eu estou administrando sete recursos diferentes. Eu tenho sete pastas, uma para cada projeto. Cada projeto tem uma conta e um cartão de banco diferente, mas a senha eu coloquei a mesma para todas as contas. (Seu Nicolau)²⁰

Observamos que os Xakriabá vivem hoje dois processos relacionados entre si. Um processo com maior propulsão interna, que diz respeito às questões e necessidades de revitalização cultural e sobrevivência em seu território. Outro processo, com propulsão, que denominaremos externa, teria relação com o que chamamos de gestão da cultura, em que a presença de mecanismos de fomento e suas exigências burocráticas e legislativas fazem com que os Xakriabá tenham que se munir de instrumentos, tanto como qualquer outro proponente, para sempre terem condições de acesso aos recursos.

¹⁸ Tônico Benites, Kayowa-Guarani, foi representante Indígena no Colegiado Setorial para as Culturas Indígenas, do Ministério da Cultura. Exercício 2010/2012.

¹⁹ <http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n2/2442.pdf>

²⁰ Em entrevista concedida em 14 de outubro de 2012.

A pesquisa de campo foi realizada com os membros da diretoria da AIXABP, professores, indígenas, alunos do FIEI e membros da comunidade que se envolveram na montagem e execução dos projetos levados em questão nesta pesquisa.

O longo contato com os Xakriabá, a participação nos processos de formulação de projetos e administração dos recursos recebidos deram um colorido diferente a esse trabalho. A vivacidade, inteligência e inteireza com que cada membro da AIXABP se entregou ao trabalho, foram decisivas para a eficiência da gestão dos recursos recebidos dos órgãos de cultura. As buscas por soluções para viabilizar o cumprimento dos convênios, as longas reuniões com a Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais (SEC/MG) para que entendessem a realidade dos Xakriabá foram desafios enfrentados por todos. A realização de tão amplas e grandes ações, a absorção das novas e, muitas vezes, difíceis e complicadas regras confirmam a determinação dos Xakriabá em *levantarem sua cultura*.

Com relação aos procedimentos metodológicos utilizados na realização da pesquisa de campo, bem como na condução do presente estudo foi adotada a prática etnográfica, pois ela

tem por desafio compreender e interpretar as transformações da realidade, desde seu interior. Mas, sabemos também, que toda produção de conhecimento circunscreve o trajeto humano. Assim o ofício de etnógrafo pela observação participante, pela entrevista não diretiva, pelo diário de campo, pela técnica da descrição etnográfica, entre outros, coloca o(a) cientista social, o(a) antropólogo(a), mediante o compromisso de ampliar as possibilidades de reconhecimento das diversas formas de participação e construção da vida social.” (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 22)²¹

Dentro do percurso do mestrado, foi realizada primeiramente uma pesquisa exploratória, uma breve visita à Terra Indígena Xakriabá, com o propósito de formular uma caracterização inicial do problema, verificar a viabilidade da pesquisa, definir os interlocutores, conhecer as outras pessoas envolvidas na gestão dos projetos em estudo, escolher as estratégias a serem utilizadas e o tempo de permanência em campo. Naquele momento foram feitos contatos com algumas lideranças indígenas,

²¹ <http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9301/5371>

com a intenção de esclarecer os objetivos da pesquisa e, ainda que informalmente, solicitar autorização para a sua execução.

A pesquisa de campo envolveu observação participante e entrevista não estruturada, “não-padronizada ou focalizada” (WIDDICOMBE; WOOFITT, 2006, p.22). Envolveu pessoas que estão direta ou indiretamente ligadas à revitalização e divulgação da cultura na Terra Indígena Xakriabá. Para a escolha dos sujeitos levamos em consideração diferentes faixas etárias e gêneros, procurando a diversificação do grupo participante da pesquisa, uma vez que

o terceiro mandamento da pesquisa de campo é [...] descobrir os modos de pensar e sentir típicos, correspondentes às instituições e à cultura de determinada comunidade, e formular os resultados de maneira vivida e convincente. (MALINOWSKI, 1978, p. 36)

A opção pela entrevista não estruturada se deu por ser ela mais livremente organizada, com a não obrigatoriedade de seguir orientações pré-definidas e questões específicas. Preparamos uma lista de temas que pretendíamos levantar e conversamos sobre eles com os entrevistados, possibilitando a produção de narrativas mais longas e até mesmo narrações de histórias. O proposto foi que os entrevistados relatassem suas experiências livremente, sem predefinições, sendo esperados dados que trariam maior conhecimento das experiências pessoais dos sujeitos.

As entrevistas foram realizadas, em sua maioria, na TIX, e algumas delas na UFMG, em ocasião em que alguns Xakriabá estavam realizando ações relacionadas aos estudos e/ou aos projetos desenvolvidos na TIX. Os sujeitos foram esclarecidos quanto aos objetivos da pesquisa e lhes foi solicitada autorização para que essas entrevistas fossem gravadas, fotografadas e assinaladas em um caderno de anotações. Não houve nenhuma oposição por parte dos entrevistados.

Durante o período de campo houve ainda a participação em oficinas, rezas, casamentos, almoços e reuniões familiares de final de tarde, com o objetivo de observar os assuntos e eventos relacionados à gestão cultural. De acordo com Bogdan e Bikle (1994), o processo de observação possibilita ao pesquisador obter mais elementos para compreensão e análise, pois

exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para construir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo. Os investigadores que fazem uso deste tipo de abordagem estão interessados no modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas. (BOGDAN; BIKLE, 1994, p. 59)

A opção pela pesquisa de campo e análise documental se deu uma vez que “queremos antes de tudo entender o que ‘está sendo dito’ por nossos interlocutores” (FONSECA, 1999, p. 59) com relação ao que está sendo normatizado e viabilizado pelo MinC e a Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, no campo do fomento à cultura.

Objetivando aprofundar o conhecimento da construção das políticas para o fomento à cultura brasileira, especialmente para os indígenas, foi necessária também uma pesquisa junto ao Ministério da Cultura e à Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais. Foi realizada a análise documental de fontes primária: atas, relatórios, notas, projetos, projetos de lei, leis, decretos, editais e documentos institucionais, *sítes* oficiais.

De modo complementar, foram analisados documentos produzidos pelos Xakriabá durante o período de proposição e execução dos projetos em questão nesta pesquisa, bem como materiais elaborados como forma de registro (relatórios, fotos, filmes, planilhas, lembretes, etc.). Nesses documentos, observamos, principalmente, os aspectos ligados ao registro das ações e as formas de gestão dos projetos.

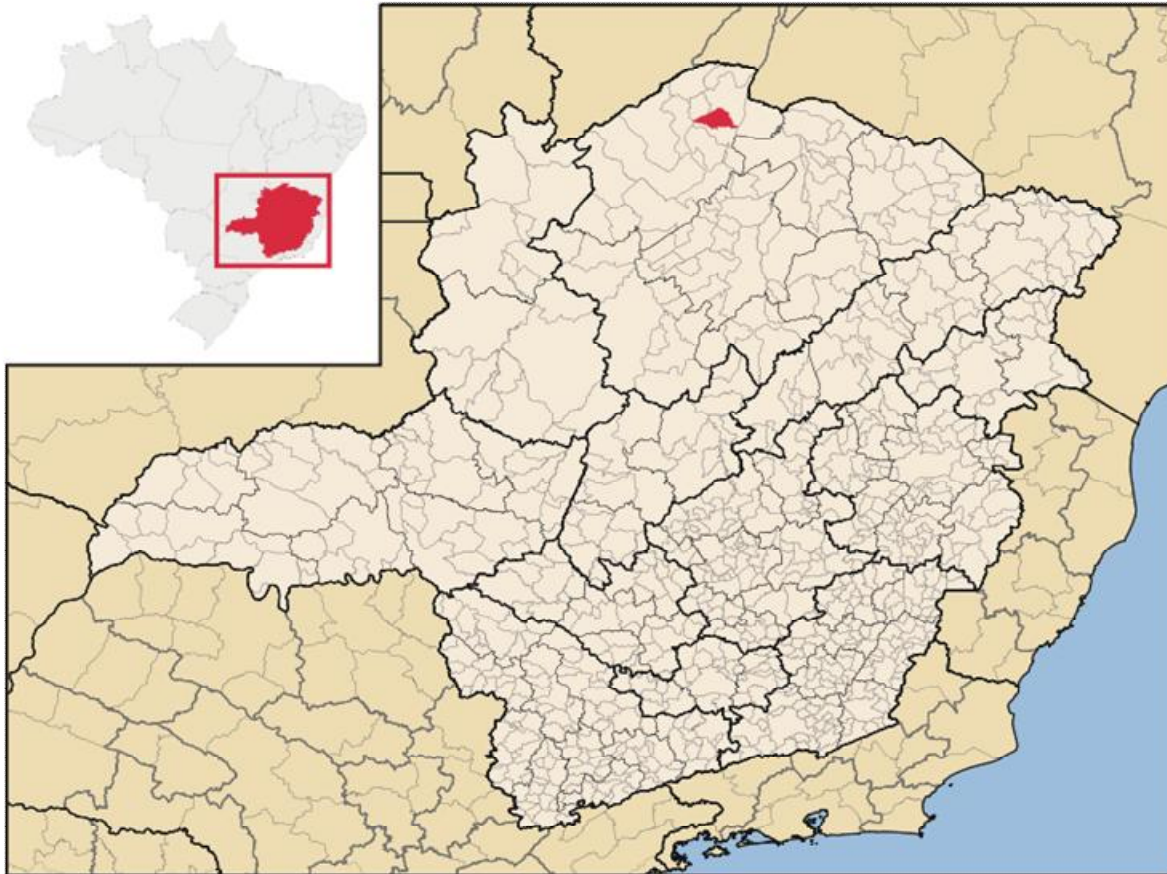
Finalmente, organizamos e avaliamos todo o material coletado em campo, buscando apreender a relação dos Xakriabá com as políticas de fomento à cultura adotadas pelo Estado brasileiro, a apropriação dessas políticas pelos indígenas e sua relação com as práticas de gestão cultural adotadas na TIX. Percebemos a força desse povo guerreiro na luta por *levantar sua cultura*. Suas ações fazem deles o povo indígena de Minas Gerais que mais participa de editais públicos na área da cultura. Conseguem aprovação, realizam suas propostas de acordo com o exigido e permanecem adimplentes, isto é: são capazes de atender a todas as normas relativas ao gasto de recursos, sem deixar pendência e/ou irregularidade. Como observa Santos (2010, p. 7),

a participação com os Xakriabá, na formatação do projeto de Revitalização das práticas tradicionais de produção artesanal nas

comunidades Xakriabá, para o edital do Fundo de Cultura/2008, sua completa execução incluindo a prestação de contas, juntamente com a proposição, aprovação, execução do Ponto de Cultura Loas me instigaram a conhecer melhor nossa política pública de fomento a cultura, direcionada aos povos tradicionais e a maneira como os Xakriabá “operam a categoria cultura e o que entendem por ela.

CAPÍTULO 1 CONHECENDO OS XAKRIABÁ

1.1 Xakriabá: localização territorial e população



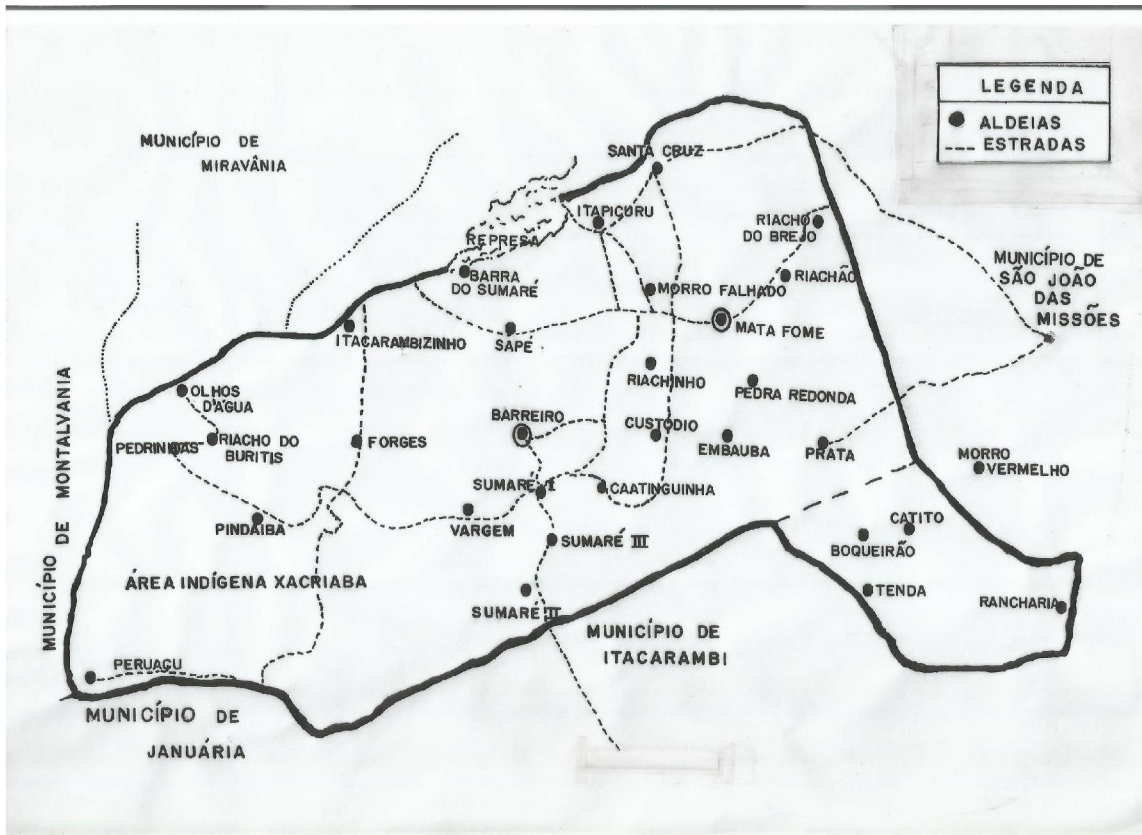
Localização de São João das Missões em Minas Gerais.
Fonte: SÃO..., [s.d.].²²

²² http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Jo%C3%A3o_das_Miss%C3%B5es



Mapa da Terra Indígena Xakriabá.
Fonte: CONFLITO..., 2013.²³

²³ <http://www.questaoindigena.org/2013/09/conflito-em-minas-gerais-indios.html>



Localização das Aldeias na Terra Indígena Xakriabá e Terra Indígena Rancharia.
Fonte: Adaptado de Oliveira (2008).

A Terra Indígena Xakriabá (TIX) está localizada no Norte do Estado de Minas Gerais, no Município de São João das Missões. Como muitos dos povos indígenas do Sudeste brasileiro, os Xakriabá ainda não conquistaram reconhecimento social, mesmo depois de mais de vinte anos da homologação definitiva de sua terra. Em outras palavras, o reconhecimento jurídico não se fez acompanhar de um reconhecimento mais amplo na sociedade civil que assegurasse a esse povo as condições de autossustentabilidade e de autogestão do seu patrimônio social, natural e cultural.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a população da TIX é de 7.760 indivíduos, dos quais mais de 50% tem idade inferior a 24 anos. Entretanto, de acordo com as lideranças Xakriabá, esse número hoje está em torno de 9 mil indígenas, que vivem em uma área “demarcada em 53.074,92 ha (530,74 km²)”, o que “representa 78,28% da extensão territorial do município de São João das

Missões, que é de 678 km²” (ESCOBAR, 2012, p. 14). A terra indígena se estende próximo à margem oeste do Rio São Francisco, sendo composta por dois territórios vizinhos – Terra Indígena Xakriabá e Terra Indígena Xakriabá Rancharia – e um terceiro território em processo de demarcação e homologação, em que estão distribuídas 31 aldeias e diversas subaldeias e diferentes grupos de parentesco. Atualmente, os Xakriabá aguardam decisão do Governo Federal quanto à homologação do estudo realizado pela FUNAI, que indica a ampliação dos limites do conjunto das terras indígenas até alcançar a margem do Rio São Francisco e garantir, assim, o acesso a água.

A região onde se situa a TIX é coberta por uma vegetação de caatinga e cerrado. O clima é seco e se apresenta como um grande desafio para a sobrevivência dos Xakriabá. A quase extinção da caça e da pesca tem levado os Xakriabá a viverem da criação de animais domésticos e de pequenos rebanhos bovinos. A agricultura é

cultivada de modo tradicional e voltada para a subsistência da família nuclear e ampliada. O excedente eventual na maior parte das vezes não é vendido, mas trocado ou mesmo doado, numa rede de relações baseada no compadrio, no parentesco e no compromisso mútuo que o grupo mantém entre si.²⁴

1.2 *Xakriabá: dados históricos*

Em 2008, no projeto apresentado ao Fundo de Cultura (SEC/MG), uma das ações propostas foi “o registro do patrimônio arqueológico e manejo de dois importantes locais: Cabeça D’Anta e Boqueirão do Abílio, aldeia Rancharia.”²⁵ Nesses locais, quando da escavação para a construção do alicerce de uma escola, foram encontradas algumas peças cerâmicas que, em sua maior parte, foram danificadas no processo de escavação. Esses pedaços foram recolhidos e levados para a UFMG e passaram por uma avaliação, tendo sido consideradas cerâmicas arqueológicas. Esses fragmentos

²⁴ CLEMENTINO, Alessandro Medeiros; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **Economia, ambiente e desenvolvimento indígena:** os Xakriabá, no Norte de Minas. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú, MG, Brasil, entre 18 e 22 de setembro de 2006. (Não publicado).

²⁵ PROJETO Revitalização das Práticas Tradicionais de Produção Artesanal nas Comunidades Xakriabá. Apresentado ao Fundo Estadual de Cultura em 2008. Protocolo. (Não publicado).

foram reunidos e analisados por professores especialistas da Escola de Belas Artes/UFMG com a participação de alunos xakriabá do Curso de Formação Intercultural de Professores Indígenas (FIEI/UFMG), em oficinas. Os fragmentos encontrados foram então remontados, passando a compor quatro urnas.

Hoje as peças restauradas estão armazenadas e guardadas na UFMG, esperando a finalização da construção de uma “Casinha de Cultura”,²⁶ na Terra Indígena Xakriabá Rancharia; um espaço museu da aldeia, que está sendo criado onde as peças foram encontradas. O propósito do museu é reunir os objetos arqueológicos encontrados nas TIXs, de forma a compor um acervo a ser exposto em lugar de visitação adequadamente preparado.

Para compreender a história mais remota do povo Xakriabá, a tese de Nogueira, intitulado *Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais*, defendida em 2009, trouxe-nos grandes contribuições. A partir de estudos ela desvela que " inúmeros são os indícios arqueológicos que sugerem uma correlação dos povos indígenas do tronco lingüístico Macro-Jê e os grupos que habitaram o Cerrado, durante a pré-história" (NOGUEIRA, 2009, p. 38).

Nogueira (2009, p. 40) aponta que “especificamente no norte de Minas Gerais, os registros dos colonizadores e viajantes mencionam os Xakriabá como sendo seus primeiros habitantes”, referindo-se aos relatos de Saint-Adolphe (1845) e Saint Hilaire (1938).

Os Xakriabá constituem hoje, na região, um testemunho vivo da profundidade histórica da ocupação do Cerrado, protagonizada pelos povos Jê. Esses povos ocuparam o Cerrado de forma sistemática e especializada, com grande mobilidade sobre esse território, por meio de estratégias de subsistência fundadas na caça e no extrativismo, e dependência variável de produtos agrícolas. (NOGUEIRA, 2009, p. 41)

Santos, em sua dissertação *Os Gês dos Gerais – elementos de cartografia para a etno-história do Planalto Central*, de 2013, dá continuidade à pesquisa de Nogueira, produzindo um belo trabalho no campo etno-histórico. “A pesquisa apresenta

²⁶ Na TIX foi construída uma Casa de Cultura, grande, em uma aldeia central, e outras, menores, em diversas aldeias. Os Xakriabá se referem às Casas de Cultura menores como “Casinhas de Cultura”.

importantes informações cartográficas sobre os povos indígenas do Planalto Central Brasileiro e adjacências, com foco para o momento das invasões luso-brasileiras, especialmente nos séculos XVIII e XIX” (SANTOS, 2013, p. 25). Em seu estudo, Santos chega à conclusão de que “os principais povos indígenas que dominaram os Gerais foram os Xakriabá e os Akroá. Os primeiros dominando mais a porção sul e os segundo o norte, e a parte central (ou nuclear) dos Gerais” (SANTOS, 2013, p. 316).

O povo Xakriabá, em sua trajetória, após o processo de aldeamento e catequização ao qual foi submetido, teve contato com povos europeus, africanos e com brasileiros de diversas ascendências, o que levou à atual configuração de sua população. Segundo Nogueira (2009, p. 40), “os Xakriabá, também tidos como extintos até recentemente, ressurgiram no Norte de Minas Gerais na década de 60, para reivindicar o reconhecimento de sua indianidade e a retomada de parte de seu território” (NOGUEIRA, 2009, p. 40).

A luta, por eles empreendida, pela emancipação e reconhecimento de seu povo é antiga, mas por parte do Estado esse reconhecimento só seria demonstrado em 1987, com a homologação da Terra Indígena Xakriabá.

Outros trabalhos, de igual importância, nos ajudam a construir a história mais recente dos Xakriabá. Dentre eles citamos a dissertação de Santos (1997) – *Do terreno dos caboclos do Sr. São João à Terra Indígena Xakriabá: as circunstâncias da formação de um povo* (1997) –, um levantamento histórico e uma detalhada e brilhante análise do processo de formação do povo Xakriabá. A leitura de seu trabalho possibilita a compreensão do movimento pelo qual o povo que se autodenominava caboclo ou herdeiro do Sr. São João emergiu como povo indígena Xakriabá.

Em Santos, *A cultura, o segredo e o índio: diferença e cosmologia entre os Xakriabá de São João das Missões* (2010), podemos encontrar uma visão mais recente dos marcos etnográficos e teóricos para abordar o estudo do povo Xakriabá, e as narrativas nativas sobre a conquista de suas terras.

Escobar, em *Os projetos sociais do povo indígena xakriabá e a participação dos sujeitos* (2012), volta-se para a investigação do surgimento das associações e dos “projetos sociais”; apresenta o povo Xakriabá, elegendo os elementos históricos, “de modo a favorecer a compreensão das análises propostas que tiveram como foco a participação [...] enquanto categoria nativa e analítica nas associações locais” (ESCOBAR, 2012, p. 40).

Para compor o quadro histórico atual e o contexto de realização dos projetos financiados pela área da cultura, diante de tão completos estudos, optamos por dar ênfase aos eventos mais significativos referidos pelos Xakriabá durante a pesquisa de campo. Retomamos essa história mais recente a partir do final da década de 1980, época em que o conflito pela *retomada* da terra teve o seu ápice. Esse período foi marcado por grandes conquistas e mudanças, provocadas por diferentes fatores: novos modos de organização – a criação das associações e a era dos projetos –, chegada energia elétrica e acesso a recursos financeiros, implantação das escolas indígenas e a formação de seus professores.

Escolhemos o poema de Domingos Nunes de Oliveira para retomar a história da *luta pela terra*, motivo de grande orgulho para os Xakriabá, aparecendo na maioria das narrativas contadas na TIX:

*Há vários anos atrás
Já existiam fazendeiros
Expulsavam os índios da terra
E se faziam posseiros
Pois índio não tinha valor
Porque não tinha dinheiro.*

*A nação Xacriabá
Era sempre ameaçada
Sendo obrigada a deixar
A sua própria morada
Que os fazendeiros obrigavam
Sair sem direito e nada.*

*O cacique Rodrigão
Foi o primeiro a lutar
Para defender a terra
Dos índios Xacriabá
Pois o índio tem que ter
O seu lugar pra morar.*

*Depois do Rodrigão
Veio também Rosalino
Que com muita garra e força
Lutou contra os assassinos
Pois um dia queria ver
Todo o seu povo sorrindo.*

*Rosalino como cacique
Recebeu autoridade
Uniu com todos os índios
Da sua comunidade
Para retomar a terra
Que é nossa felicidade.*

*Sou filho de Rosalino
E testifico a você
Que o meu pai nos dizia
Que um dia iria morrer
Mas ia deixar livre a terra
Para o seu povo viver.*

*No ano de 86
Não suportávamos mais
Pois éramos agredidos
Até por policiais
Porém não desanimamos
Aí que lutamos mais.*

*Foi quando os fazendeiros
Tomaram uma decisão
Se matarmos Rosalino
Tomaremos conta do chão
Mas houve completo engano
A terra ficou em nossas mãos.*

*O meu nome é Domingos
Filho de Rosalino
Quando aconteceu a tragédia
Eu era ainda menino
Presenciei a morte do meu pai
Cometida pelos assassinos.*

*Os assassinos que eu falo
São um bando de pistoleiros
Eram 16 pessoas
Do primeiro ao derradeiro
Muitos não foi por querer
Mas por força do dinheiro.*

*Irei relatar pra você
Tudo que aconteceu
Pois eu sou um daqueles
Que lá sobreviveu
Não porque eles quiseram
Mas foi por força de Deus.*

*No ano 87
Dia 12 de fevereiro
Ali chegou Seu Amaro
Junto com seus pistoleiros
Quebrando todas as portas
E fazendo um tiroteio.*

*É muito triste esta história
Mas não consigo esquecer
Sabe o que é você deitar
Depois não amanhecer
Com o seu querido papai
Que tanto amou a você.*

*Já era umas 2 horas
Ao romper da madrugada
Chegaram aquele povo
Sem ter pena de nada
Fez um grande tiroteio
Até minha mãe foi baleada.*

*A mãe que eu falo é Anísia
Esposa de Rosalino
Que quando saiu foi detida
Pelos malditos assassinos
Que enquanto ela chorava
Eles estavam sorrindo.*

*O meu pai desesperado
Ma porta ele apontou
Foi quando foi baleado
Eu não sei quem o matou
Só sei que naquele momento
O meu coração cortou.*

*Com a morte do meu pai
Eu fiquei desesperado
Mas não podia correr
Porque eu estava cercado
Por aqueles pistoleiros
Que estavam todos armados.*

*Mas nosso Deus é tão justo
E sempre nos amou
No meio do tiroteio
Acertaram o Agenor
Era um dos pistoleiros
Que morto ali mesmo ficou.*

*Naquele mesmo momento
O pistoleiro parou
Pra ver o que aconteceu
Com seu amigo Agenor
Foi quando saí correndo
E fui avisar meu avô.*

*Quando eles perceberam
Que alguém tinha fugido
Me deram vários tiros
Que balas zuaram no ouvido
Porém não me acertaram
Pois Deus estava comigo.*

*Esta história aqui ficou
Mais ou menos na metade
Mas tudo que está escrito
É tudo realidade
Mataram meu pai
Sem haver necessidade.*

*A história é muito grande
Dá pra você perceber
Porém o tempo não deu
Pra mim pensar e escrever
Mas no próximo livro
Contarei tudo a você.*

*Apesar do que aconteceu
Não perdi minha esperança
Agora já estou casado
Tenho esposa e duas crianças
Pra quando eu também morrer
Eles ficar na lembrança.*

*Aos professores indígenas
Aqui de Minas Gerais
Vão firme para o futuro
E não olhem para trás
Tentem restaurar para nós
As tradições de nossos pais.*

*Agradeço a meu irmão José
Por ter me ajudado
Colocando a minha história
No seu livro publicado
E a todos os leitores
Deixo meu muito obrigado.*

Domingos Nunes de Oliveira²⁷

²⁷ Este poema foi publicado no livro *O tempo passa e a história fica*, dos Xakriabá. Editado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais/MEC em 1997, infelizmente não chegou a ser reimpresso. Está disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/230884/0-tempo-passa-e-a-historia-fica>>.

1.3 Contexto de mudança

Para compreender a situação vivida pelos Xakriabá nos dias atuais e as mudanças por eles relatadas, é necessário levar em consideração alguns fatores que tiveram papel relevante na história deste povo. O grande avanço da escolarização, proporcionado pela criação das escolas estaduais indígenas de Minas Gerais, iniciada em 1997, é considerado o maior deles. Esse processo garantiu aos Xakriabá e às demais comunidades indígenas do Estado de Minas Gerais o direito à educação diferenciada.

Ainda no final da década de 1990 e início dos anos 2000, outros fatores de grande importância marcaram fortemente a trajetória dos Xakriabá. Na busca por garantir a sustentabilidade e a autogestão de seu território, criaram uma associação indígena na Aldeia Brejo Mata Fome. Em 2005 se inseriram na administração do município ao qual pertencem, São João das Missões. A administração municipal passou a ter à sua frente um grupo de indígenas Xakriabá: prefeito, vereadores e secretários. Na ocasião da pesquisa, o município já estava em sua terceira gestão conduzida por membros da etnia, o que tem modificado de modo significativo a relação entre o poder público local e o povo indígena.

A sucessiva criação de outras associações indígenas dentro da TIX, após os anos 2000, denota um movimento de mobilização social, política e econômica marcante na história do povo Xakriabá. Os processos por elas desencadeados transformaram significativamente a vida desses indígenas. Desafiaram-lhes e os ajudaram a criar condições concretas de sustentabilidade no território. Com as associações os projetos começaram a ser viabilizados, dos quais destacamos os financiados pela Carteira Indígena (CI)²⁸ – Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas –, os quais são chamados de projetos sociais.

²⁸ “A Carteira Indígena apóia projetos com foco na produção de alimentos, agroextrativismo, artesanato, gestão ambiental e revitalização de práticas e saberes tradicionais associados às atividades de auto-sustentação das comunidades indígenas, de acordo com as suas demandas, respeitando suas identidades culturais, estimulando sua autonomia e preservando e recuperando o ambiente das terras

A participação dos Xakriabá e de várias outras comunidades indígenas nos projetos financiados pela Carteira Indígena foi muito significativa e, segundo avaliação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), muitos benefícios foram por eles conquistados, dentre os quais podem-se destacar alguns previstos programaticamente na proposta do MMA: o protagonismo, maior consideração à autoria e perspectiva dos povos indígenas, início da democratização do acesso a recursos públicos, fortalecimento da capacitação e desenvolvimento das habilidades em estabelecer parcerias institucionais.

Segundo Zeza, foi a partir do governo Lula que os Xakriabá tiveram acesso aos projetos da Carteira Indígena,

Não sei se foi isso mesmo, mas pra mim foi de Lula pra cá que a gente teve, assim, a questão dos projetos, que aí teve a questão da Carteira Indígena, principalmente quando criou dentro do, não sei se foi lá, dentro do Ministério lá, a questão do MDA lá. Com a Carteira Indígena eu acho que facilitou bastante. Porque aí já tinha um recurso, sei lá, um lugar próprio pra mandar. Eu acho que facilitou. Já tinha esse lugar que a gente mandava e já sabia que a gente estava mandando pro lugar que envia só os projetos indígena, as associações indígenas. Aí eu acho que ajudou. Aí foi na nessa época que a gente conseguiu também alguns projetos. Aí nós conseguiu a Casa de Farinha nas Vargens. Nós conseguiu a Casa de Farinha no Custódio. Conseguiu o engenho de rapadura na Caatinguinha. A Casa de Farinha, a padaria, criação de galinha no Sumaré III. Agora do projeto da semente, então sempre... é, foi principalmente nessa época do Carteira Indígena. (Zeza)²⁹

Contudo, para os Xakriabá, todas as ações propostas e desenvolvidas fazem parte de um todo que se relaciona com sua “cultura”, pertencem a um conjunto que se comunica, se complementa e se interpenetra. Em sua própria definição de “cultura”, todos os projetos desenvolvidos na TIX (projetos sociais) são culturais. Dessa forma, os projetos financiados, tais como construção de casas de medicina, recuperação das nascentes, construção de criatório de peixes, dentre outros, são por eles considerados projetos culturais.

Porque pra nós a cultura não é somente um espaço, não é, mas também nós estamos falando talvez de projetos com possibilidades, direcionado,

indígenas.” (CARTEIRA..., [s.d.], disponível em: <<http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/carteira-indigena>>).

²⁹ Em entrevista concedida na TIX em 26 de julho de 2013.

ao rumo, da cultura. Ao nosso jeito de trabalhar nas roças, numa roça de toco, que muito pouca gente conhece. (Hilário)³⁰

Feitas essas considerações, e para que possamos compreender com maior profundidade o histórico recente da TIX, trataremos de cada aspecto das mudanças apontadas por nossos colaboradores.

1.3.1 Novos modos de organização: a criação das associações e a era dos projetos

Zeza, em entrevista a nós concedida durante a pesquisa de campo, relembra:

E quando a gente começou em 98, começou com ela, foi a partir de uma necessidade, mas ao mesmo tempo era assim: vocês organizem a associação ou então vocês não participam. Que os projetos que tem, então a gente ouvia muito isso. Ou vocês se organizam, através do sistema que existe que é a associação, ou então a gente não participava desses editais que tinha. E aí já existia. É assim quando a gente ia procurar uma ajuda. Se fosse pedir qualquer ajuda. Ah! vocês tem que ter uma associação. Era externo isso. E ao mesmo tempo você sentia que tinha que se organizar de alguma forma para poder conseguir esses editais. Era diferente da gente fazer uma reunião aqui e falar: “nós estamos precisando disso” e aí a gente fosse atendido naquilo que a gente precisava. Tinha que ter uma associação por trás para chegar no objetivo que você queria (Zeza).³¹

No Brasil, o movimento de criação de associações indígenas surgiu a partir do final da década de 1980, como instrumento voltado especialmente para a captação de recursos e gestão de projetos. À época, havia vários fundos públicos internacionais disponíveis para projetos de desenvolvimento de áreas indígenas, seguidos “pelos crescentes investimentos públicos nacionais nos setor das Organizações da Sociedade Civil” (ALBERT, 2000, p. 197), que podiam ser acessados somente por associações formalmente constituídas. A partir dessa realidade, “o mercado de projetos” (ALBERT, 2000, p. 19) passou a fazer parte das comunidades indígenas.

Mesmo considerando o emprego da expressão *mercado de projetos* por Albert (2000) bastante adequado para se referir à época abundante de financiamentos de projetos

³⁰ Em entrevista concedida na TIX em 27 de julho de 2013.

³¹ Em entrevista concedida na TIX em 27 de julho de 2013.

indígenas, utilizaremos a expressão *era dos projetos* para nos referirmos ao período de muitas conquistas materiais pelo povo xakriabá. Essa forma de aludir a esse tempo não exclui nossa crítica aos repasses de recursos, na maioria das vezes sem estarem ligados a uma política pública voltada para os povos indígenas. A expressão diz respeito, principalmente, à importância que esta época teve para os Xakriabá e às possibilidades de iniciarem seu projeto de *levantamento da cultura*. É essa a parte da história a que estamos nos referindo, que estamos propondo analisar, e a que coincide com as grandes mudanças ocorridas na TIX: a era dos projetos.

A participação dos Xakriabá nos programas viabilizados pelo governo e por outras instituições não governamentais iniciou-se após a homologação da TIX, em 1987. Segundo Escobar (2012), à época, houve uma polarização de posições na terra indígena, as quais deram sustentação à configuração das associações, de um lado, e dos grupos de roça, de outro. O Cacique Rodrigo, com a orientação da FUNAI, criou uma associação, e o grupo formado pelas aldeias Itapecuru, Santa Cruz, São Domingos e Sapé criou, acompanhado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o que foi denominado de *grupos de roça*.³²

Tanto as comunidades envolvidas na criação dos grupos de roça, quanto as comunidades envolvidas na criação da associação Xakriabá se reuniam sistematicamente para discutir suas necessidades e propostas de trabalho, bem como as estratégias a serem construídas. As trocas de experiências, avaliações e redirecionamentos das atividades foram aos poucos se intensificando. Os encontros em reuniões foram fortalecendo as discussões, a esperança e a autoestima dos Xakriabá. Aos poucos oportunidades foram aparecendo e a revitalização de muitas práticas culturais tradicionais esquecidas e que de certa forma eram importantes para a sustentabilidade e autogestão de seu território foram sendo retomadas.

[...] a primeira associação que foi criada no Brejo que é a Associação Indígena Xacriabá. Ela não tem, não fala em aldeia, porque foi a

³² Os grupos de roça, assim como as associações, foram criados “como estratégia para conseguir a demarcação da terra com a condição de grupo indígena”, sendo que aqueles estabeleceram “a forma de tomar a terra através dos mutirões para colocar roça” (ESCOBAR, 2012, p. 51). Para maior detalhamento desse período, consultar ESCOBAR, 2012.

primeira associação que se criou aqui no Xacriabá. Então, foi criada a Associação do Brejo e desde a época que foi isso que a comunidade Xacriabá foi por necessidade. Na carência tanto de ferramentas para o trabalho. Às vezes, até hoje existe, mais antigamente as dificuldades era muito mais em questão de apoio às famílias. Que é onde vinha a cesta básica pra dar um apoio. E depois daquela época, o cacique, que era o finado Rodrigo, que a gente teve conhecimento que naquela época ele era até contra a associação. Por ela ser a associação do branco, mas quando ele foi buscar os benefícios pra os Xacriabá, fazia pedido de ferramentas pra um deputado, ou pra organização da FUNAI que precisava de ter uma associação para responder por aquele povo. Aí foi aonde ele convocou, na época, Padrim Valdim. A gente teve até conversando mais ele falando assim que os Xacriabá achava que não tinha nenhuma pessoa competente pra assumir uma associação. Aí o Padrim Valdim ainda falou pra ele na época que só não acha se você não caçar, mas se caçar acha. Aí quando surgiu a oportunidade de criar a associação aí já lembrou daquela pessoa que colocou: só se caçar. Que é um trem já que... ele mandou caçar. Eu vou caçar, que ainda foi. Convocou as pessoas do Barreiro, Sumaré, Riacho Buriti, de todo canto do Xacriabá tinha gente na diretoria. Porque é vinte cinco na diretoria. (Seu Nicolau)³³

A Associação Indígena Xacriabá (AIX) foi a primeira experiência administrativa, nos moldes dos brancos, experimentada pelos Xacriabá. À época, eles não sabiam direito o que era uma associação, para que servia e como deveriam administrá-la. Foram aprendendo no dia a dia, fazendo.

Mesmo sendo criadas para atender a interesses internos, as associações deviam responder às exigências externas.³⁴ Tendo em vista essas exigências, as dimensões da terra indígena e os problemas políticos internos, quatro anos depois da criação da Associação Indígena Xacriabá e a partir da melhor compreensão das possibilidades e vantagens de uma entidade que representasse os membros da etnia, foi criada a Associação Indígena Xacriabá Aldeia Barreiro Preto (AIXABP).³⁵

Mas a associação em si, como foi criada desde a primeira, que é aquela lá do Brejo Mata Fome, é Associação Indígena Xacriabá. Ela é uma associação bem abrangente, que está localizada na sede, na aldeia

³³ Em entrevista concedida na TIX em 25 de julho de 2013.

³⁴ “No Brasil, embora as formas de representações indígenas sejam legalmente reconhecidas como sujeitos de direito conforme a constituição de 1988 (art. 232), de um modo geral encoraja-se a constituição de associações da sociedade civil com estatutos aprovados e explícitos como a forma mais conveniente (para todos os envolvidos) de lidar com ‘Projetos’, contratos, bancos, governos e ONG”. (CUNHA, 2009, p. 335-336).

³⁵ Para melhor detalhamento desse período, ver ESCOBAR, 2012.

Brejo, mas que ela é abrangente pra todos Xakriabá. Inicialmente essa associação ela era única [...] mas até então, naquele momento de criação da associação em 94, se não me engano foi em 94. É, e daí essa do Barreiro em 98 e 99, é ela foi registrada. E aí também com aqueles cuidados, de colocar sempre a cultura em pauta ali no estatuto. (Hilário)³⁶

As associações têm desenvolvido um trabalho interessante, proporcionando a participação dos Xakriabá nas políticas públicas e a qualificação principalmente de seus dirigentes. Em parte devido às dificuldades colocadas pelas dimensões da terra indígena, e em parte pelas diferentes relações entre as várias aldeias existentes, outras associações foram sendo criadas. Hoje a TIX possui 11 associações.³⁷ Dentre elas, as de maior expressão continuam sendo a Associação Indígena Xakriabá e a Associação Indígena Xakriabá Aldeia Barreiro Preto.

Em razão do tema desta pesquisa – a inserção dos Xakriabá na política governamental brasileira de fomento e incentivo à cultura –, o foco foi dado à AIXABP, uma vez que foi ela a única associação xakriabá que conseguiu se inserir nessas políticas nas esferas federal e estadual.

A criação, principalmente, das primeiras associações foi sem dúvida a transposição, pelos Xakriabá, de uma grande barreira criada pelos não indígenas. Após a criação de suas associações, outros desafios foram surgindo: a sua manutenção é um deles, sendo considerada por muitos o processo mais difícil, inclusive no caso das associações não indígenas, e que pressupõe a total regularidade com relação aos documentos exigidos pela legislação e o atendimento aos convênios firmados.

No caso dos Xakriabá, além dessa dificuldade, que é comum a todas as associações, encontramos algumas outras: as questões estruturais (acesso a internet e telefones, inexistência de sinal em algumas aldeias, e dificuldades ligadas às tecnologias em geral), e as características inerentes à organização do trabalho e da produção, que estão ligadas aos ciclos agrícolas próprios daquela região. Além dessas questões,

³⁶ Em entrevista concedida na TIX em 25 de julho de 2013.

³⁷ Informação repassada por Seu Valdim, da Aldeia Barreiro Preto, em 05 de julho de 2013.

temos também os aspectos relativos ao imaginário dos Xakriabá, que só são compreendidos quando se conhece e entende o universo simbólico desse povo.

Como forma de ilustrar as dificuldades encontradas na criação e manutenção das associações, citaremos, rápida e resumidamente, os procedimentos que são necessários para a criação e legalização dessas entidades, e algumas outras exigências que normalmente são feitas nos editais públicos. Faz-se necessário deixar claro que essas dificuldades – que devem ser superadas pelos Xakriabá para terem acesso aos recursos públicos – são colocadas pelo Estado.

Para se constituir uma associação é preciso realizar alguns procedimentos legais que hoje são de conhecimento dos Xakriabá. O primeiro passo do processo de criação de uma associação no Brasil acontece com a reunião de pessoas que deliberam e decidem fundar uma entidade com personalidade jurídica, sem finalidade econômica. É necessária a criação de um estatuto e regimento interno, que devem observar o que disciplina o art. 54 e artigos seguintes do Código Civil, e ser aprovados pela Assembleia Geral, convocada em edital publicado em mídia acessível à população do território que se planeja representar.

Os documentos – convocação, ata da Assembleia Geral, estatuto, regimento, requerimento, relação dos membros fundadores, relação dos membros da diretoria com respectivos documentos de identificação – devem ser levados ao Cartório de Registros Civis de Pessoas Jurídicas para registro. Em seguida deve-se pedir a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, no Instituto Nacional do Seguro Social, na junta comercial (se for o caso) do estado e na prefeitura da cidade sede, onde se obterá o alvará de licença de funcionamento.

Com a associação legalizada, é necessário observar outras regras e a validade dos documentos que são obrigatórios: fazer atas das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias e registrá-las no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas; aprovar alterações do estatuto social em assembleia (inclusive mudança de diretoria) e registrá-las em cartório; proceder à alteração do nome do representante legal sempre

que houver substituição dessa pessoa; manter todos os documentos que possuem prazo de validade atualizados.

Além desses documentos, obrigatórios a todas as associações, nos momentos de assinatura de convênios e repasse de recursos financeiros, no Estado de Minas Gerais, as entidades devem estar registradas no Cadastro Geral de Convenientes da Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais. Para esse cadastro, mais uma série de documentos é exigida.³⁸ Essas imposições colocadas para toda a sociedade brasileira, sem a observância das características diversas existentes nos diferentes segmentos que a compõem, levaram várias instituições e pesquisadores a buscar alternativas que são reconhecidas como pertinentes ao campo das políticas culturais, a fim de que esses grupos possam constituir e manter suas associações. Nesta perspectiva, várias publicações sobre o tema foram editadas.³⁹ A publicação *Desatando o nó: quer ajuda para a execução de projetos?*, organizada, em 2010, pela Professora Monica Nogueira e por alunos do FIEI/UFMG, de diversas etnias, cumpre o papel de facilitar o entendimento dos indígenas de todo o processo de constituição e manutenção de uma associação. Essa publicação traz informações preciosas, apresentando o texto em loas e utilizando formas de expressão as mais próximas possíveis das utilizadas pelos indígenas, para explicar os procedimentos a serem adotados.

³⁸ “Atestado de Cadastramento de Entidade de Ação Social junto à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, certidão negativa de débito junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS, cópia do contrato social ou do estatuto, com suas alterações, conforme o caso, contendo, obrigatoriamente: inscrição no Registro Cível de Pessoas Jurídicas; finalidade social, clara e definida, ligada às atividades próprias do concedente; e período de mandato da diretoria; cópia das seguintes atas registradas no Registro Cível de Pessoas Jurídicas: alvará de funcionamento” (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2007, p. 18-19)

³⁹ *Guia para associações: roteiro para constituição e legalização de uma associação de artesãos*, organizado pela equipe do Projeto Artesanato Cooperativo, juntamente com comunidades tradicionais artesãs do Vale do Jequitinhonha, e publicado pelo Projeto Polo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha, da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, em 2011; *Manual para administração de organizações indígenas*, organizado por Álvaro Pereira de Andrade, Maria das Dores Barros e Silva e Marina Kahn, publicado pelo Instituto Socioambiental e pela Administração e Finanças para o Desenvolvimento Comunitário (AFINCO) em 2002; *Artesanato mineiro – qual a melhor opção de se organizar: associação ou cooperativa?*, publicação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Subsecretaria de Indústria, Comércio e Serviços e Superintendência de Artesanato do Governo do Estado de Minas Gerais; *Guia da associação: roteiro passo a passo para constituição e para os procedimentos legais e administrativos de uma associação de fins não-econômicos*, de vários autores, publicado pela Fundação Acesita em 2004.

O processo de criação das primeiras associações na TIX seguiu em um ritmo lento e difícil. A necessidade de se criar uma associação, de fazê-la funcionar dentro de uma lógica que era estranha e mantê-la de acordo com a legislação nacional foi, e até hoje tem sido, um grande aprendizado e desafio para os Xakriabá, que segundo nossos colaboradores só tem sido possível graças às parcerias firmadas.

Com experiência na criação de duas associações, Hilário, ex-presidente da primeira associação xakriabá, avalia que o momento da criação do estatuto da associação é um dos mais importantes do processo, pois é o momento de definição do papel da associação. Segundo ele, desde a proposta da criação da primeira associação xakriabá, uma questão já estava dada: *No estatuto das associações deveria estar garantido que a associação tinha que estar envolvida com a questão cultural desse povo... de colocar sempre a cultura em pauta ali, no estatuto.* (Hilário).⁴⁰

Esse fato deixa clara a importância da “cultura” para os Xakriabá e sua relação com ela, e principalmente o seu desejo de *levantamento, preservação e divulgação de sua “cultura”*, bem como a preservação do ambiente e da qualidade de vida, o que é considerado também uma das funções das associações.

Apesar da expectativa criada em torno da associação, dos possíveis benefícios que de sua criação adviriam, Hilário observa:

não andou muita coisa na época dessa primeira associação porque as portas, dos governos... do governo em si não era tão aberta. Um pouco fechada, então vinha um outro lado da gente que é também saber lidar com esses processos, de editais, a tempo. E também o acesso era muito difícil. (Hilário).⁴¹

A primeira associação Indígena xakriabá deu início à era dos projetos, foi a época de aprendizado, sobretudo sobre a gestão cultural. Foi através das associações que os recursos financeiros destinados a seus projetos chegaram à TIX. A partir daí, as associações assumiram os papéis de administradoras e formadoras. A partir delas introduziu-se, na vida dos Xakriabá, “toda uma lógica permeada pela cultura escrita que

⁴⁰ Em entrevista concedida na TIX em 25 de julho de 2013.

⁴¹ Em entrevista concedida na TIX em 25 de julho de 2013.

é regulada por editais, documentos de controle de produção, prestação de contas, pagamentos de serviços que envolvem planilhas, tabelas, cheques, etc.” (MENDONÇA, 2014, p. 16). Segundo Seu Nicolau, *a associação é uma mini prefeitura*⁴² que deve cuidar, dentre outras coisas, da cultura, da “cultura” e da gestão cultural.

⁴² Durante reunião da AIXABP, realizada dia 5 de julho de 2014, enquanto apresentava e avaliava os projetos desenvolvidos durante sua gestão à frente da associação.

1.3.2 Xakriabá: energia elétrica e o acesso a recursos financeiros

Outro fator a ser considerado nesse processo de mudança dos Xakriabá foi o acesso à energia elétrica. A energia elétrica chegou à TIX em 2004. Ano marcado também pelo “início de relações mais intensas entre os Xakriabá e as instituições financeiras, através de financiamentos para agricultura familiar, empréstimos e compra de títulos de capitalização” (SANTOS, 2010, p. 41).

Com a energia e o início das relações com as instituições financeiras, chegaram também muitas possibilidades. A televisão e o rádio trouxeram novidades, principalmente para aqueles que até aquela data não haviam saído da TIX. Aos poucos, outras necessidades também foram surgindo, tais como a obtenção de algumas facilidades e benefícios que o dinheiro e as tecnologias trazem consigo. As condições materiais dos Xakriabá foram se modificando, os insumos de consumo e os produtos e serviços vindos “de fora” foram sendo inseridos gradativamente: produtos e alimentos industrializados, equipamentos que facilitam o dia a dia, tratamentos médicos, novas tecnologias, enfim, outros modos e possibilidades de viver.

Tereza relata:

As panelas também era de barro, não existia panela de ferro na época pra fazer comida. A comida era andu, feijão catador, que a gente chama de fava. Tem um também que chama de mongolô? A farinha é a farinha de milho. E aquele tinha um lugar pra plantar mandioca, plantava. Quem não tinha, trocava com uns, mais outros. E assim pra comprar as coisas... pra fora... pra fora essas coisas, que estão aqui que nem arroz prantava aqui mesmo. O óleo também, que era o toucinho de porco. Não existia óleo. É o toucinho do porco, que nós gosta... que fazia a comida. A canjica, também o arroz, não precisava comprar porque tinha a canjica, o angu também. Anté pra fazer uma festa também de casamento também não precisava gastar com nada, né. As roupas, não precisava também comprar roupa de noiva, que também já tinha também as coisas da cultura mesmo que tinha aqui mesmo. [...] Nós não conhecia o que é bolacha, agora que nós conhece. A questão também era com uma família mais sadia, não tinha muito bicho também. Aí era tudo da terra, produzido aqui na terra mesmo. O consumo era daqui mesmo. Na época não achava ninguém pra comprar porque não tinha funcionário. Não ganhava dinheiro pra comprar. Era mais difícil. Mais difícil naquela época que era tudo daqui. A saúde também fazia

parte da cultura. Curava aqui mesmo com remédio tradicional também. E era uma família mais sadia. Ninguém sabia das doenças que tinha. (Tereza)⁴³

Outros fatores como

O aumento da renda familiar devido a uma presença maior do Estado em serviço de educação, saúde, previdência social e programas de transferência de renda; a melhoria das condições de infraestrutura sanitária, além da melhoria das estradas pela prefeitura municipal e o aumento do serviço de transportes individuais e coletivos intensificam a integração socioterritorial e aceleram o processo de modernização e de urbanização extensiva (no sentido mais amplo do termo) na Terra Indígena Xakriabá.⁴⁴

Os contratos funcionais de professores, cantineiras, diretores de escolas, agentes de saúde, dentre outros, com o Estado, por intermédio de suas secretarias, trouxeram consigo, deveres e funções dentro de outras lógicas. Essa nova ordem tem relação com as funções a serem desempenhadas, principalmente, pelos funcionários públicos xakriabá. Dessa forma, as relações de cooperação, intercâmbio e dádiva, que permeiam as relações indígenas, também estão se transformando na TIX.

Nesse novo contexto de maior circulação de dinheiro, bens de consumo tais como motos, carros, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, dentre outros, passaram a integrar a rotina de muitos Xakriabá. Houve grande melhoria na qualidade de vida, mas se evidenciou também um grande desequilíbrio econômico dentro na TIX. Essas desigualdades provocaram preocupações e discussões entre os mais velhos, lideranças e estudantes do FIEI. A percepção da nova realidade intensificou a busca por alternativas sustentáveis, algo que os possibilitasse *andar paralelamente com essas mudanças, mas com esse cuidado, de não se perder*, como dito por Hilário (Hilário).⁴⁵

Essa aproximação dos Xakriabá com outras culturas e esse trânsito entre culturas, buscando o que pode ser importante e colaborativo para a realização de seus objetivos,

⁴³ Em entrevista concedida na TIX em 23 de julho de 2013.

⁴⁴ GOMES, Ana Maria R.; MONT-MÓR, Roberto Luís de Melo. **Educação e alternativas de produção:** diagnóstico da economia e implementação de projetos de sustentabilidade junto à comunidade indígena Xakriabá (Norte de Minas Gerais). Trabalho apresentado no III Seminário Internacional da ARIC – Association pour la Recherche Inter Culturelle na América Latina, realizado na UFSC, Florianópolis, entre 13 e 15 de novembro de 2006. (Não publicado).

⁴⁵ Em entrevista concedida na TIX em 25 de julho de 2013.

é o que, inspirados em Sahlins (1997), denominamos sociedade translocal. Os Xakriabá em seus movimento de “idas” buscam as possibilidades, aprendem, e nos de “volta”, se adaptam, encontram formas interessante dentro de sua própria “cultura”, tiram partido do que lhes foi oferecido lá fora e “indigenizam” as possibilidades ofertadas pelos brancos.

O cenário dos projetos culturais surge como uma boa alternativa, a possibilidade de “um intercâmbio dialético do global com o local” (SAHLINS, 1997b, p. 133), e neste novo paradigma cria-se abertura para contatos, trocas, absorções e transformações. O conceito de sociedade translocal apontado por Sahlins (1997) pode ser interessante para nos ajudar a compreender a nova realidade dos Xakriabá, entendendo as sociedades translocais não apenas no sentido de sociedades migratórias que permanecem com seu foco na terra natal, mas no sentido de comunidades que transcendem as fronteiras locais, físicas e materiais.

1.3.3 Escolarização: Implantação das escolas indígenas e a formação de seus professores

Outro processo que chama a atenção nas pesquisas realizadas na TIX, nesse ambiente de mudança, a partir da homologação da Terra Indígena é o processo de escolarização. Não é o propósito desta pesquisa fazer uma análise da escola indígena xakriabá, mas trazer para as discussões os elementos da escola que ajudam a entender o contexto deste trabalho.

Em 1988, a partir da promulgação da Constituição brasileira, os indígenas passaram a ser vistos como cidadãos brasileiros. “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidades do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 2001, p., art. 5º, p. 5).

Todo o processo de mudança na TIX foi amparado e estabelecido também pelas políticas públicas específicas para a efetivação dos direitos diferenciados dos povos indígenas. A Constituição e os marcos legais estabelecidos pelos organismos

internacionais instauraram as bases para seu desenvolvimento. Os artigos 205, 210 e 215 da Constituição garantiram a educação enquanto direito de todos e dever do Estado, asseguraram às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, protegendo as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Cinco anos depois da promulgação da Constituição, em 1993, o Ministério da Educação publicou as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena, elaboradas para servir de referência básica aos planos operacionais dos estados e municípios em relação à educação diferenciada. Acreditou-se que a escola indígena podia se configurar como uma importante via de interlocução entre os povos indígenas e as diversas instâncias da sociedade nacional.

Em Minas Gerais, a proposta educacional indígena vem sendo construída desde 1995 através das ações do Programa de Implantação de Escolas Indígenas de Minas Gerais (PIEI-MG), uma parceria entre os povos indígenas, a Secretaria de Estado da Educação (SEE-MG), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF).

Como parte do processo de implantação das escolas indígenas no Estado de Minas Gerais iniciou-se, em 1996, o Curso de Formação de Professores Indígenas. O curso foi proposto em módulos presenciais, nos meses de janeiro e julho, no Parque do Rio Doce, para os povos indígenas oficialmente reconhecidos no Estado de Minas Gerais.

A escolarização da população xakriabá é fato recente, embora a região onde hoje se situam as terras indígenas tenha uma história de presença da escola, sob diferentes formas jurídicas e institucionais, desde a década de 30. Em 1997, com a criação das escolas estaduais indígenas – específicas e diferenciadas, de acordo com a LDB (1996) – a população escolar dobrou, já no seu primeiro ano de funcionamento, alcançando quase a totalidade das crianças em idade de escola obrigatória. (GOMES, MONTE-MOR, 2005a)

Dando continuidade ao processo, em 2006 a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) implantou, através do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas

Indígenas (PROLIND) em conjunto com as etnias indígenas, que propunham a formação de docentes indígenas, o curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas (FIEI), com oferta específica de uma turma de 140 alunos e, a partir de 2009, com oferta regular anual de 35 vagas. O curso significou a consolidação do direito dos povos indígenas a uma educação pública, gratuita e de qualidade. Com esse curso, foi dado mais um passo na consolidação das relações de parceria, que já vinham sendo construídas junto aos povos indígenas de Minas Gerais. Em 2013, o FIEI criou o Conselho Consultivo Indígena,⁴⁶ e desde então a gestão do curso é compartilhada com um Colegiado.

Confirmado por todos os participantes da presente pesquisa, a implantação da escola diferenciada foi marco de mudança muito importante na TIX. Hoje os professores são indígenas, a escola para o povo Xakriabá está sendo construída pelo povo Xakriabá.

Esse rápido processo de escolarização, impulsionado pelos próprios Xacriabá, traz significativas alterações para a vida das comunidades, entre elas as mudanças advindas nas relações entre adultos, crianças e jovens, em um contexto no qual a maioria dos adultos não domina a escrita. Por outro lado, nas escolas, crianças e jovens passaram a ter uma convivência específica com um grupo mais amplo de coetâneos com o qual não mantinham relações. Enfim, a presença da escola muda materialmente o cotidiano dos adultos e da rotina familiar, uma vez que, durante o período escolar, crianças e jovens não estarão mais envolvidos nas atividades da família. (PEREIRA, 2009. p. 31)

Segundo meus interlocutores a escola diferenciada tem desempenhado um forte e importante papel na luta pelo *levantamento da “cultura”* na TIX. Para a compreensão da importância da escola diferenciada para a cultura, trazemos a fala de dois deles: Hilário (responsável pelo Setor de Cultura do Município de São João das Missões) e Vanginei (professor indígena de artes):

Até por ter aquela iniciativa, do cuidado do cacique na época, o Rodrigoão. Ele já falava que os educadores, escolhidos pela comunidade, pelas lideranças na comunidade, não tinha o papel só de trabalhar entre as quatro paredes, mas sim de ajudar lideranças em fazer algo que não estava no alcance dele. Na questão de algumas teorias que a escola podia às vezes oferecer. E assim essa afinidade desde o início, essa criação dessa associação lá do Brejo e assim as outras e as outras. Se

⁴⁶ O Conselho Consultivo é composto por representantes de todas as etnias presentes no curso.

não tem a educação junto, sempre há uma... um espaço ali vago que pra alguma coisa. Aí eu vejo também que nesse decorrer, também, não só a associação em si tem essa dependência dos educadores, da escola indígena, mas também da própria educação. Tem a dependência da associação. A gente vê quando ela é, tomou uma direção e que por mais que tenha convicção, por mais que tenha pessoal é pra poder andar mais sem a associação acaba que deparando com algum problema, que vai e vem, volta pra associação: “Ah! Vamos reunir, vamos conversar”. Então eu vejo que ficou. Eu acho que assim que tem que ser, né. (Hilário)⁴⁷

Na escola mesmo, eu sempre tenho um pensamento o seguinte: que quando criou a escola diferenciada que a gente tem agora, os professores de cultura, aí ficou parecendo que a responsabilidade da cultura é só da escola diferenciada, é só dos professores de cultura. Aí porque que ficaram nisso? Porque a escola busca tanto ter esse resgate e ela tem a obrigação disso porque é o objetivo da escola diferenciada. Mas o que eu penso é o seguinte: que pra cultura ela fortalecer mesmo ela tem que ir além do pátio da escola. Ela tem que ter um envolvimento maior de todas as famílias que muitas vezes assim esse envolvimento acontece mais é quando a gente tem é, encontros, quando vai fazer um evento, mas assim no dia a dia continua ainda fraco apesar de ter mudado muito com esse resgate. (Vanginei)⁴⁸

Com a fala de Hilário e Vanginei, expressa-se uma das formas como os Xakriabá entendem e concebem a escola indígena. A responsabilidade que a escola e seus professores devem ter com a cultura. Outro elemento que aparece nas falas dos dois Xakriabá são as associações. Percebe-se que as escolas e as associações são, para eles, instituições importantes e imprescindíveis no processo de *levantamento da “cultura”*.

Outra conquista no processo de implantação da escola diferenciada e na busca por maior eficiência no processo de *revitalização e levantamento da “cultura”* Xakriabá, foi a instituição dos professores de cultura. Esses são escolhidos pela comunidade, lideranças e cacique, e designados pela Secretaria de Estado da Educação. Para a escolha do professor de cultura é levado em conta o seu conhecimento cultural e sua prática. O professor de cultura é considerado um instrumento a favor das lutas do povo Xakriabá, depositário da cultura, zelador e responsável por sua disseminação também fora do ambiente escolar.

⁴⁷ Em entrevista concedida na TIX em 25 de julho de 2013.

⁴⁸ Em entrevista concedida na TIX em 26 de julho de 2013.

a gente tinha os professores de arte só na escola indígena. Aí as lideranças, junto com a comunidade, começou a brigar pra ter o professor de cultura. Aquele professor que não precisa de ter um curso, aquele que o curso dele é a experiência de vida dele. Aí conseguimos esse professor que tem um tempo maior de aula. É tratado como um cargo de professor do ensino fundamental mesmo. Aí, ele acompanha os professores de arte na sala e aí desenvolve os trabalhos de artesanato, as histórias, essas coisas todas. Porque é difícil uma pessoa ter todas as práticas da cultura. Mas tem pessoas mais práticas. Que domina mais práticas. Aí pensaram nessas pessoas. Pessoas que estavam mais envolvidas com os artesanatos. E aí pessoas que têm envolvimento com rezas. Pessoas que são boas de experiência pra contar história. Essas coisas todas que contam a história da luta, da terra. Essas coisas todas é, foi pensado. E aqueles que não... que sabem uma coisa e não sabe outra aí a ideia é trocar experiência. Trocar experiência um com outro. Se eu não sei fazer um balaio, mas sei fazer uma cerâmica e outro não sabe fazer a cerâmica e sabe fazer um balaio, eu vou e ensino a fazer a cerâmica e ele me ensina a fazer o balaio. E assim vai aprendendo e vai multiplicando na escola. (Vanginei)⁴⁹

O professor de cultura, de acordo com os Xakriabá, deve ajudar a zelar pela preservação da identidade étnico-cultural de seu povo, pela garantia e afirmação de sua própria existência. A eles cabem também as atividades ligadas ao desenvolvimento dos projetos.

A repercussão dos projetos com a temática da cultura, discutidos como espaços para o professor de cultura desenvolver suas atividades, funcionou como uma espécie de acordo local para transformar esta atividade como diretamente ligada ao desenvolvimento de projetos. (ESCOBAR, 2012. p. 102)

A intensificação do processo de escolarização efetivado com o aumento do número de escolas na TIX, a presença dos professores de cultura e as associações podem significar o aumento dos espaços dedicados à cultura. Durante esta pesquisa, foi observado o esforço que os Xakriabá têm feito para concretizar essa proposta: transformar o espaço da escola em espaço da cultura.

⁴⁹ Em entrevista concedida na TIX em 26 de julho de 2013.

CAPÍTULO 2 CONSTRUÇÕES DAS POLÍTICAS CULTURAIS

2.1 Relações e interações nos cenários nacional e internacional: meio ambiente, cultura e política

Para entender a política de fomento à cultura do Estado brasileiro e a participação dos Xakriabá nesta política é necessário compreender os contextos políticos nacional e internacional, e as bases das políticas atuais voltadas para os povos tradicionais.⁵⁰

Importante ressaltar que nossa proposta não é fazer uma revisão história, mas sim uma contextualização voltada para o objetivo desta pesquisa, que é a inserção do povo Xakriabá na política brasileira de fomento à cultura.

Como demonstrado no capítulo anterior, na visão dos Xakriabá, “cultura” engloba tudo: a preocupação com a sustentabilidade e sobrevivência (“*é o espaço nosso de criar e plantar. Esse cuidado assim de produzir também essa semente tradicional, plantas medicinais, mas também dos frutos*” (Hilário)), a conservação da herança deixada pelos antepassados (“*a bumba, a sanfona, a tinta de jenipapo, o batuque, ascender uma fogueira para contar uma história, é... fazer uma reza, dançar o toré. É tocar uma viola, cantar um reis, dançar um Gonzalo, dançar um Ariri*” (Vanginei)), a qualidade de vida de seu povo, a preservação de sua “cultura” (“*porque se nós não tem a cultura, acaba, né, os povos indígenas*” (Tereza)).⁵¹

Na visão dos povos indígenas, e, naturalmente, dos Xakriabá a relação com o meio ambiente constitui seu modo de vida. Também no cenário internacional, essa estreita relação cultura–ambiente se configurou como uma abordagem presente e vigorosa, especialmente a partir dos anos 1980. A conexão entre os dois temas vai aparecer em âmbitos distintos, como o do Direito e o da Economia.

⁵⁰ Populações tradicionais, segundo Carneiro da Cunha (2009, p. 300), “são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados”.

⁵¹ Em entrevistas concedidas na TIX em 2013.

Não se pode negar que o conhecimento sobre o meio ambiente em que se vive é algo fundamental para a construção da cultura de um povo. Durante milênios, a livre circulação de idéias, experiências e conhecimentos permitiu ao homem aprimorar sua relação com a natureza, recriando paisagens e gerando tecnologia e diversidade ambiental e cultural (MATHIAS, 2006, p. 86).

Mesmo sendo o meio ambiente fundamental para a vida de um povo, são visíveis as mudanças ambientais por que o mundo vem passando ao longo da história, provocadas pelo aumento da produtividade industrial e agrícola, pela concentração da riqueza e renda, pelo aumento do consumo.

Antes de meados da década de 80, os problemas ambientais eram nacionais, regionais ou locais; eram discretos e se relacionavam à contaminação dos rios, ao desmatamento, à poluição ambiental urbana, à depredação de espécies animais e vegetais, aos efeitos de produtos químicos sobre a saúde, etc. A partir de meados dos anos 80, a mudança climática tornou-se o denominador comum de toda a problemática ambiental, e o aquecimento global, o réu principal (SAREWITZ; PIELKE, 2001 *apud* FOLADORI; TAKS, 2004)⁵²

Diante deste fenômeno, “a redução do aquecimento global passou a ser o objetivo da política ambiental internacional” (FOLADORI; TAKS, 2004, p. 331).

Nessa época, grupos de ambientalistas já haviam surgido e, como contribuição, provocaram grandes discussões e promoveram ações de proteção ao meio ambiente em todas as partes do mundo.

No início da década de 1970, com o objetivo de standardizar as nações em torno de princípios e compromissos por um desenvolvimento mais inclusivo e harmônico entre homens e natureza, observa-se, em diferentes lugares do planeta, a realização de vários ciclos de conferências, consultas e estudos. Esses eventos culminaram em um primeiro grande encontro internacional com o intuito de questionar a ótica economicista e perdulária do conceito de desenvolvimento vigente no pós-guerra. Esse encontro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, organizado pela ONU, foi realizado em junho de 1972, em Estocolmo, Suécia, e preconizou a “necessidade de

⁵² SAREWITZ, D.; PIELKE JR., R. A. Extreme events: a research and policy framework for disasters in context. **International Geology Review**, v. 43, p. 406-418, 2001

um critério e de princípios comuns que ofereçam aos povos do mundo inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente humano” (DECLARAÇÃO..., 1972).⁵³

A conferência constituiu um marco histórico e teve como resultado um manifesto ambiental contendo alguns princípios, considerando que a deterioração e o desaparecimento de um bem natural ou cultural representam o empobrecimento do patrimônio de todos os povos do mundo.

Dentre suas indicações trouxe a aprovação da criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a escolha de um dia para que fosse comemorado o Dia do Meio Ambiente, e também a sugestão de que os países instituíssem legislações nacionais de proteção ambiental. Observa-se que, a partir de então, a utilização sustentável dos recursos do planeta cresceu, tornando-se um fato global, estabelecendo as bases para a nova agenda ambiental do sistema das Nações Unidas.

Dado esse primeiro panorama da preocupação mundial com o meio ambiente humano, nas décadas de 1960 a 1980, passo à contextualização, mesmo que rapidamente, do surgimento de instrumentos e programas, internacionais e nacionais, que influenciaram na construção das políticas culturais no Brasil.

Foi no contexto das discussões sobre meio ambiente que em 1982 a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, por meio da Declaração do México, postulou ampla participação dos indivíduos e da sociedade no processo de tomada de decisões que concirnam à vida cultural, e afirmou solenemente que os princípios que devem reger as políticas culturais são: identidade cultural; dimensão cultural do desenvolvimento; cultura e democracia; patrimônio cultural; criação artística e intelectual e educação artística; relações entre culturas, ciência e comunicação; planejamento, administração e financiamento das atividades culturais; cooperação cultural internacional (DECLARAÇÃO..., 1982).⁵⁴

⁵³ <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/estocolmo1972.pdf>

⁵⁴ <http://formacaompr.files.wordpress.com/2010/03/1982-declaracao-de-mexico.pdf>

Em 1983, a Assembleia Geral da ONU cria a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), a qual foi chefiada pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. A apresentação de um relatório pela referida Comissão em 1987, intitulado *Relatório Brundtland*, também conhecido como “Nosso futuro comum”, trouxe à tona, mais uma vez, a necessidade de uma nova relação ser humano–meio ambiente, ao registrar a incompatibilidade entre desenvolvimento com responsabilidade social e ambiental e os padrões de produção e consumo predominantemente adotados pelas sociedades. Considerou que o modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios, pois, por um lado, proporcionou o aumento da riqueza e fartura no mundo, e, por outro, a degradação ambiental, a poluição e a miséria. A ideia de “desenvolvimento sustentável” (DS), trazida pelo *Relatório Brundtland*, propõe a busca da conciliação entre o desenvolvimento econômico, a preservação ambiental e o fim da pobreza no mundo, a partir de uma série de medidas a serem tomadas pelos países.

Do *Relatório Brundtland* derivou o conceito dos três pilares do desenvolvimento sustentável: desenvolvimento econômico, equidade social e proteção ambiental, juntamente com a proposta de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). As discussões sobre a importância do conhecimento tradicional e da preservação do meio ambiente tiveram efervescência no cenário mundial na década de 1980.

A Constituição brasileira de 1988 traz a convergência do direito ambiental e cultural para a preservação do patrimônio.

A preservação do patrimônio cultural é, a um só tempo, direito ambiental e direito cultural. [...] Os direitos culturais englobam todos aqueles direitos que implicam em participação na vida cultural, que viabilizam o contato da população com as fontes de cultura e com a natureza, portanto seu exercício depende da educação, do lazer e, sobretudo, de políticas culturais que incentivem a produção cultural e o acesso à cultura (REISEWITZ, 2004, p. 77).

Em 1989, em meio a todas essas discussões, destaca-se a preocupação com a sobrevivência de culturas específicas, proposta na *Recomendação sobre a Salvaguarda*

da Cultura Popular e Tradicional pela UNESCO.⁵⁵ Esta recomendação “promoveu a adoção, pelos Estados nacionais, de medidas e programas que visaram, primeiro, a preservação e, depois, a valorização das culturas tradicionais” (GALLOIS, 2006, p. 16). A partir de tal documento foram implantados instrumentos, inclusive pelo Brasil, para a valorização dos detentores de saberes tradicionais, uma vez que cabe aos Estados, prioritariamente, apoiar a pesquisa e a documentação dessas manifestações e incentivar a salvaguarda dessas tradições não só dentro das comunidades, mas também fora delas.

Oito anos mais tarde, foi implantado também pela UNESCO, com adesão brasileira, o programa Proclamação das Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, abrangendo a proteção das expressões culturais e das tradições que um grupo de indivíduos preserva em respeito à sua ancestralidade, para as gerações futuras.

A *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, de 2001, e o documento *Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expression* (Paris, outubro de 2005) defenderam o princípio de que a diversidade cultural é tão necessária para o gênero humano quanto a diversidade biológica para a natureza; por isso, deve ser reconhecida e protegida em benefício das gerações presentes e futuras.

Segundo a especialista em Direito Ambiental Lúcia Reisewitz, os direitos culturais brasileiros e o direito ambiental convergem para um ponto comum:

A preocupação do Estado e, portanto, do direito, com a cultura, deve perpassar três fundamentais aspectos: o fomento e incentivo às atividades culturais, a divulgação da cultura nacional e, finalmente, sua preservação. É esta última manifestação da política cultural que é também objeto do direito ambiental, pois o direito à preservação do patrimônio cultural é justamente o direito à preservação de um ambiente: o cultural, que é meio para garantia da qualidade de vida humana. *Portanto, a preservação do patrimônio cultural é, a um só tempo, direito ambiental e direito cultural* (REISEWITZ, 2004, p. 77, grifo nosso).

⁵⁵ A UNESCO, Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas, é um organismo integrado à Organização das Nações Unidas (ONU), criado em 1946 a fim de promover a paz mundial através da cultura, educação, comunicação, das ciências naturais e das ciências sociais.

Como resultados institucionais dessa época efervescente tivemos a Cúpula da Terra, na Cidade do Rio de Janeiro, em junho de 1992, também chamada de Rio-92 e ECO-92. Na Rio-92, foram selados acordos políticos entre os países participantes com a finalidade de negociar metas e o arcabouço institucional do novo momento. Pautaram-se ainda as negociações sobre desenvolvimento sustentável, tendo como foco principal a preservação do meio ambiente para as duas décadas seguintes, graças à aprovação de um conjunto de tratados e declarações sob a chancela da ONU. Recentemente, em 2012, foram realizadas a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e uma segunda etapa da Cúpula da Terra, com o propósito de renovar e reafirmar a participação dos líderes dos países no desenvolvimento sustentável do planeta.

2.2 Relações e interações: políticas culturais no cenário brasileiro

Podemos constatar que, no cenário brasileiro, uma série de transformações se deu a partir dos anos 1930. Essas se deram nos campos da economia, política, administração, urbanística, etc.

Neste contexto de mudança societária, ainda que plena de limitações, dois experimentos, praticamente simultâneos, inauguraram as políticas culturais no Brasil. Seus patamares são distintos, mas ambos terão repercussões essenciais para este instante inicial e, mais que isto, para toda sua trajetória no país. Tais experimentos são: a passagem de Mário de Andrade⁵⁶ pelo Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938) e a implantação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, e mais especificamente a presença de Gustavo Capanema⁵⁷, à frente deste Ministério (RUBIM, 2007, p. 14-15).

As políticas culturais no Brasil iniciaram-se com a preocupação em defender os monumentos históricos e começou a ganhar visibilidade nos anos 1920. Quem deu

⁵⁶ Mário de Andrade (1893-1945). Bacharel em letras e formado pelo Conservatório Dramático Musical de São Paulo. Poeta, romancista, crítico de arte, musicólogo, folclorista, professor universitário e ensaísta. Foi uma das figuras mais importantes do Modernismo. (CALABRE, 2009, p. 18)

⁵⁷ Gustavo Capanema (1900-1985) foi Ministro da Educação entre 1934 e 1945. “No decorrer dos 11 anos em que ficou à frente da pasta, praticamente não houve setor da cultura que tenha escapado de sua atenção, desde a radiodifusão e cinema ao decisivo apoio prestado à arquitetura e às artes plásticas contemporâneas”. (LONDRES, 2001, p. 86)

início ao processo de preservação do patrimônio nacional foi Gustavo Capanema, quando encomendou um anteprojeto para um serviço nacional de preservação patrimonial ao escritor Mário de Andrade.

O anteprojeto de Mario de Andrade compreendia por patrimônio artístico nacional tudo o que pudesse estar incluído nas oito categorias por ele propostas: a arte arqueológica, a ameríndia, a popular, a histórica, a arte erudita nacional e estrangeira, as artes aplicadas nacionais e estrangeiras. Mário de Andrade introduz também as categorias de bem cultural tangível e não tangível, que serviriam de fundamento para as mudanças na política de patrimônio introduzidas mais tarde por Aloísio Magalhães.⁵⁸

Mário de Andrade salienta a importância da criação de museus para cuidar dos bens que fossem considerados patrimoniais e da criação de quatro livros tombos: Livro de Belas Artes, Livro Histórico, Livro Arqueológico e Etnográfico e Livro Paisagístico. O anteprojeto de Mário de Andrade foi utilizado também nas discussões preliminares sobre a estrutura e objetivos do órgão que seria criado e que seria responsável pelos projetos políticos de identidade e memória nacionais – o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). O projeto final, direcionado à proteção e organização do serviço do patrimônio nacional, foi assinado em 1937, por Rodrigo Melo Franco de Andrade.⁵⁹

Mesmo com todo esse movimento, foi somente entre as décadas de 1960 e 1970 que “as questões da cultura ganharam maior importância dentro da área de planejamento público e passaram a ser incluídas no rol daquelas ligadas à problemática do desenvolvimento” (CALABRE, 2009, p. 58).

⁵⁸ Aloísio Magalhães (1927-1982). Sua trajetória foi marcada por intensa atuação nos campos da pintura, das artes gráficas e da política cultural. “Criou ou renovou organismos como: Centro Nacional de Referência Cultural (1975); IPHAN (1979); SPHAN e Pró-Memória (1979), Secretaria de Cultura do MEC (1981) até a morte prematura em 1982”. (RUBIM, 2007, p. 22)

⁵⁹ Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969). “Formado em direito, jornalista e escritor. Por indicação de Mário de Andrade e Manuel Bandeira, foi convidado, em 1936, para organizar e dirigir o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. (CALABRE, 2009, p. 25)

No regime militar foram criadas novas estruturas. Em 1966 o Conselho Federal de Cultura (CFC) reuniu intelectuais renomados com a função de elaborar a sua política cultural. Ainda à época dos governos militares foi criado o Programa de Cidades Históricas (PCH) e, em 1975, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). De 1975 a 1979 foram desenvolvidos pelo CNRC projetos reunidos em quatro programas: artesanato, levantamentos socioculturais, história da tecnologia e da ciência no Brasil e levantamentos de documentação sobre o Brasil.

As experiências pioneiras de referenciar o saber popular foram desenvolvidas no CNRC. À época foram criados instrumentos de proteção a alguns bens, como aos consignados no Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e no Programa Nacional do Patrimônio Imaterial: os levantamentos socioculturais que passaram a considerar a proposta de avaliação de impacto ambiental dos projetos e a indexação e microfilmagem da documentação em depósito no Museu do Índio, que permitiram a demarcação de terras indígenas, entre outros.

Aloísio Magalhães constituiu-se figura central deste processo de transformação dos órgãos responsáveis por políticas culturais do governo federal. Sua proposta era voltar ao projeto original de Mario de Andrade de “tradições móveis”, passando-se a considerar como culturais o fazer popular, inserido no cotidiano das pessoas, expressão de bens culturais vivos. Até então tinham sido valorizados os bens móveis impregnados de valor histórico, que representavam bens de criação individual.

Quanto à institucionalização da política cultural brasileira, essa é bem recente. O Ministério da Cultura foi criado em 1985, no governo de José Sarney. No início da década de 1990, no governo do Presidente Fernando Collor de Melo, a administração pública sofreu grande baque. Na área da cultura houve a transformação do Ministério da Cultura em Secretaria da Cultura e a extinção de uma série de órgãos e entidades da administração pública.

Em 1992, no governo do Presidente Itamar Franco, teve início o processo de conformação de uma nova política cultural, com a ampliação dos recursos destinados à cultura, a recriação e reorganização do Ministério da Cultura (MinC).

Em seguida, em 1993, foi criada uma lei de incentivo específica para a área do audiovisual, com foco especial no cinema [...]. Tinha início o processo da conformação de uma nova política, mais voltada para as leis de mercado, na qual o Ministério tinha cada vez menos poder de interferência.⁶⁰

No governo de Fernando Henrique Cardoso, o Ministério passa a ter um papel preponderantemente de incentivador e patrocinador de projetos culturais. Foi um período dedicado ao aprimoramento das leis de incentivo (Lei Rouanet⁶¹ e Lei do Audiovisual).

[...] o governo não elaborou propostas, planos ou diretrizes de gestão pública para o campo da cultura. Tal fato nos permite afirmar que as leis de incentivo tornaram-se a política cultural do Ministério da Cultura na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso e do Ministro Francisco Weffort. (CALABRE, 2009, p. 118-119)

Nesse tempo, as leis de incentivo tornaram-se a política cultural do MinC, após o período das políticas de Leis de Incentivo que privilegiavam apenas uma pequena nata da sociedade, principalmente artistas e instituições do eixo Rio–São Paulo.

No primeiro governo Lula observamos

outra perspectiva em relação aos períodos anteriores: a questão identitária se pluraliza. É recorrente nos documentos e falas oficiais o uso do plural de palavras como política, identidade e cultura: as políticas públicas, as identidades nacionais e as culturas brasileiras. A diversidade não se torna uma síntese, como no recurso à mestiçagem durante a era Vargas e na lógica integradora dos governos militares, nem se reduz à diversidade de ofertas em um mercado cultural globalizado. A preocupação da gestão Gilberto Gil está em revelar os brasis, trabalhar com as múltiplas manifestações culturais, em suas variadas matizes étnicas, religiosas, de gênero, regionais, etc. (BARBALHO, 2007, p. 52)

⁶⁰ CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas**. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador, Bahia, Brasil.

⁶¹ “A Lei de Incentivo à Cultura, popularmente chamada de Lei Rouanet, é conhecida principalmente por sua política de incentivos fiscais. Esse mecanismo possibilita que cidadãos (pessoa física) e empresas (pessoa jurídica) apliquem parte do Imposto de Renda devido em ações culturais.” (LEI..., 2009, disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/11/lei-rouanet>>, acesso em 18/07/2014>).

Sob a gestão do Ministro Gilberto Gil, foram também abertos os primeiros canais de diálogo entre o Ministério da Cultura e a sociedade civil. Foi elaborado um plano de reformulação das políticas do ministério e realizada uma série de consultas e fóruns com participação de diversos segmentos da área artística e da sociedade em geral, em que ficaram evidenciadas, por um lado, as enormes distorções acarretadas pela forma de distribuição de recursos financeiros pelo ministério, e, por outro, a sua importância para o setor artístico-cultural.

A partir desses movimentos acima relacionados, constata-se que o Brasil vem construindo lentamente sua política cultural. Algumas vezes avançando, outras recuando, paralisando ou tomando novos rumos. Fato é que a institucionalização da política cultural brasileira é muito recente.

Pode-se observar que desde a sua criação, o órgão responsável pelas políticas culturais brasileiras, o Ministério da Cultura, passou por uma série de crises e processos de descontinuidade, evidenciando, assim, que as políticas públicas voltadas para a cultura ainda são um campo em construção.

Com relação à nova estrutura do ministério e às propostas construídas no início do governo Lula, destacamos a criação da Secretaria de Identidade e Diversidade Culturais, dedicada às culturas populares, inclusive com a realização de conferências nacionais; da Secretaria do Audiovisual e do Plano Nacional de Cultura (PNC). O PNC apresenta propostas para a década em curso, construídas a partir de discussões com a sociedade em um processo democrático. “Um plano que reflete o esforço coletivo para assegurar o total exercício dos direitos culturais dos brasileiros e brasileiras de todas as situações econômicas, localizações, origens étnicas e faixas etárias” (HOLLANDA, 2012, p. 8). As metas do PNC estão

descritas em cinco capítulos, que apresentam 14 diretrizes, 36 estratégias e 275 ações para se pensar o papel do Estado e a participação social; a proteção e promoção da diversidade artística e cultural; o acesso aos bens culturais; e o desenvolvimento socioeconômico sustentável. As metas, portanto, devem ser reflexo do resultado dessas ações e apontar o cenário que se deseja para a cultura em 2020. (MAMBERTI, 2012, p. 10)

As atuais políticas de cultura e o Plano Nacional de Cultura (PNC)

retomam o sentido original da palavra cultura e se propõem a “cultivar” as infinitas possibilidades de criação simbólicas expressas em modos de vida, motivações, crenças religiosas, valores, práticas, rituais e identidades. Para desfazer relações assimétricas e tecer uma complexa rede que estimule a diversidade, o PNC prevê a presença do poder público nos diferentes ambientes e dimensões em que a cultura brasileira se manifesta. *As políticas culturais devem reconhecer e valorizar esse capital simbólico, por meio do fomento à sua expressão múltipla, gerando qualidade de vida, autoestima e laços de identidade entre os brasileiros.* (O MINISTÉRIO..., [s.d.])⁶²

Uma das orientações importantes assumida no PNC é o modelo de gestão pública baseado na participação da sociedade civil. A expressão gestão participativa está presente em planos de variadas áreas e níveis de governo. Com a cultura não tem sido diferente. Os planos de cultura, nos níveis estaduais e municipais seguem os princípios norteadores do PNC e têm sido elaborados com a participação e validação da sociedade civil.

Destaca-se que a partir de sua reestruturação, o Ministério da Cultura adotou um conceito de cultura que opera em três dimensões:

– dimensão simbólica, com o reconhecimento e valorização do capital simbólico por meio do fomento à sua expressão múltipla, que “retoma o sentido original da palavra cultura e se propõe a ‘cultivar’ as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, motivações, crenças religiosas, valores, práticas, rituais e identidades” (BRASIL, 2008, p. 11),⁶³

– dimensão cidadã, que se traduz por meio do estímulo à criação artística, democratização das condições de produção, oferta de formação, expansão dos meios de difusão, ampliação das possibilidades de fruição, intensificação das capacidades de preservação do patrimônio e estabelecimento da livre circulação de valores culturais,

⁶² <http://www.cultura.gov.br/o-ministerio>

⁶³ http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/10/pnc_2_compacto.pdf

respeitando-se os direitos autorais e conexos e os direitos de acesso e levando-se em conta os novos meios e modelos de difusão e fruição cultural (BRASIL, 2008, p. 11);⁶⁴

– dimensão econômica, que fomenta a sustentabilidade de fluxos de formação, produção e difusão adequados às singularidades constitutivas das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais. “A cultura, inserida em um contexto de valorização da diversidade, também deve ser vista e aproveitada como fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda e, como tal, protegida e promovida pelos meios ao alcance do Estado.” (BRASIL, 2008, p. 12)⁶⁵

Interessante destacar que esses aspectos já vinham sendo discutidos e assumidos no cenário mundial desde 1987, como já citado. O fomento, a preservação, a divulgação e a valorização da cultura passaram a ser metas a serem atingidas, sem descartar, quando necessário, os aspectos econômicos. Observa-se também que as três dimensões em que o MinC opta por operar o conceito de cultura têm como eixo principal, e que perpassa todas elas, o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural.

Programas e ações foram criados para atendimento às metas do PNC. Dentre eles temos o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – CULTURA VIVA, cujo objetivo é “promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade” (BRASIL, 2004, art. 1º).⁶⁶

Inicialmente o Programa Cultura Viva foi proposto com cinco ações, quais sejam, Ponto de Cultura, Escola Viva, Griôs, Cultura Digital, Cultura e Saúde, sendo todas elas vinculadas aos Pontos de Cultura. Na busca por se readequar à realidade brasileira, o Programa Cultura Viva foi ampliado, passando a envolver novos focos de parceria e apoio. Para atender às novas demandas apresentadas, o MinC instituiu os prêmios e bolsas por meio de editais, sempre atrelados às necessidades e ao desenvolvimento do

⁶⁴ http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/10/pnc_2_compacto.pdf

⁶⁵ http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/10/pnc_2_compacto.pdf

⁶⁶ <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/12916/portaria-156-de-2004.pdf/2389bd2c-52f9-409f-9309-04e8890e0946>

Programa Cultura Viva. Foi estabelecida integração com o Programa Brasil Plural⁶⁷ e parceria com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), para a realização de pesquisa, buscando subsídios para a institucionalização e aprimoramento das ações de continuidade da política em curso.

Entre as mudanças atuais, está a alteração do nome do Programa Cultura Viva, que passou a se chamar Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva. Houve também a ampliação das formas de fomento, sendo incluídos os editais dos Prêmios de Reconhecimento e a concessão de bolsas de apoio a iniciativas no âmbito dos governos federal, estadual e municipal. Entre as mudanças está o reconhecimento de grupos e coletivos sem personalidade jurídica como Pontos de Cultura, o que significa que os grupos que não possuem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) também podem participar do programa.

A integração do Programa Cultura Viva com o Programa Brasil Plural possibilitou o atendimento a outros segmentos da diversidade cultural brasileira: grupos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), pessoas com deficiências, populações sem teto, pessoas privadas de liberdade, pessoas em sofrimento psíquico, entre outros.

Dentre os programas desenvolvidos pelo MinC, o Cultura Viva é a proposta que mais se aproxima da lógica dos Xakriabá com relação ao *levantamento e revitalização de suas “culturas”*. Dentre as propostas instituídas pelo Programa Cultura Viva, os Xakriabá participam do Ponto de Cultura e dos Prêmios Culturas indígenas.

⁶⁷ O Programa Brasil Plural objetiva garantir o acesso de vários grupos a recursos. Entre os grupos beneficiados podemos mencionar: artistas, grupos e comunidades populares; povos e comunidades tradicionais: indígenas, ciganos, pescadores artesanais; imigrantes; grupos etários: crianças, jovens e idosos; movimentos sociais: LGBT, pessoas com deficiência física, luta antimanicomial, bem como áreas transversais ao segmento cultural: cultura e saúde, cultura e trabalho, cultura e meio ambiente entre outros.

2.2.1 Institucionalização da Cultura em Minas Gerais

Consta que “a relação entre o Estado e a cultura é milenar, entretanto é contemporâneo o olhar do Estado sobre a cultura como uma área que deve ser tratada sob a ótica das políticas públicas” (CALABRE, 2009. p. 09). No Estado de Minas Gerais, o processo de institucionalização da cultura teve início com a criação da Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular, durante o governo José Magalhães Pinto (1961-1963). Foi o primeiro registro da criação de um órgão público cuja função englobasse a gestão do setor cultural.

Em 1967, através da criação do Conselho Estadual da Cultura, a gestão cultural voltou a ser competência da Secretaria de Estado da Educação. Tratava-se de um órgão colegiado, normativo e consultivo, responsável pelas deliberações para o setor, criado pelo então Governador Israel Pinheiro (1966-1971). No governo de Aureliano Chaves (1975-1978) todos os programas estaduais voltados para a cultura foram reunidos na Coordenadoria Estadual da Cultura, e somente em 1983, durante o governo de Tancredo Neves (1983-1984), foi criada a Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais.

Entre as principais ações propostas pela Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais (SEC/MG) temos

o fomento das diversas fases da cadeia produtiva cultural, desde a identificação, preservação e valorização dos bens culturais produzidos em Minas, até a capacitação dos agentes culturais. Ao incentivar as parcerias público/privadas, o Governo de Minas Gerais investe no potencial da cultura como agente promotor de desenvolvimento nas esferas humana, social e econômica das diversas regiões do Estado. (OBJETIVOS..., [s.d.]

Observa-se que a SEC/MG persegue em seus objetivos a economia da cultura, o fomento à cadeia produtiva. Para essa realização estabelece parcerias com a iniciativa privada e membros da sociedade civil organizada, com a finalidade de promover o desenvolvimento social. Como forma de atingir seus objetivos mantém uma política de incentivo e fomento a cultura através das leis de incentivo e fundos de cultura principalmente por meio de editais públicos.

2.2.2 Políticas Públicas: construções a partir da Constituição de 1988

Com relação às políticas públicas específicas para a efetivação dos direitos diferenciados dos povos indígenas brasileiros, a Constituição de 1988 e os marcos legais estabelecidos pelos organismos internacionais instauraram as bases para seu desenvolvimento. Os textos dos artigos 215 e 216 da Constituição definem o que constitui o patrimônio cultural brasileiro de natureza material e imaterial, definindo as responsabilidades do poder público com a colaboração da comunidade. O artigo 215 diz que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 2001, p. 127-128).

A Constituição Federal de 1988, segundo José Afonso da Silva, jurista mineiro especialista em Direito Constitucional, estabelece:

(a) liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica; (b) direito de criação cultural, compreendidas as criações artísticas, científicas e tecnológicas; (c) direito de acesso às fontes da cultura nacional; (d) direito de difusão das manifestações culturais; (e) *direito de proteção às manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional*; (f) direito-dever estatal de formação do patrimônio cultural brasileiro e de proteção dos bens de cultura (SILVA, 1999, p. 316, grifo nosso).

Entretanto, mesmo os direitos culturais sendo estabelecidos pela Constituição, nossa pesquisa demonstra, o que será discutido no capítulo seguinte, que no cenário brasileiro, ainda não chegamos de fato à formulação de políticas públicas de fomento à cultura voltadas para os povos indígenas: elas são praticamente inexistentes. Somente os Prêmios de Culturas Indígenas são a eles direcionados, e a proposta de prêmio, por si só, não constitui política pública. Prêmio significa “algo concedido a uma pessoa ou grupo de pessoas como reconhecimento da excelência em determinado campo ou por um relevante serviço prestado” (PRÊMIO, [s.d.]),⁶⁸ enquanto política pública

designa a existência de um conjunto composto por um ou vários objetivos coletivos considerados necessários ou desejáveis e por meios

⁶⁸ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pr%C3%AAmio>

e ações que são tratados, ao menos parcialmente, por uma instituição ou organização governamental com a finalidade de orientar o comportamento de atores individuais ou coletivos para modificar uma situação percebida como insatisfatória ou problemática. (DEUBEL, 2006, p. 27).⁶⁹

A política cultural brasileira de fomento à cultura está centrada na distribuição de recursos via editais, isto é, no financiamento de projetos selecionados de acordo com regras preestabelecidas, sem, contudo, levar em consideração a diversidade da população brasileira. Esta política se mostra inapropriada tendo vista as realidades distintas, e, no caso dos indígenas, situa-se “entre o entendimento que se tem de políticas de desenvolvimento por parte dos planejadores e os diferentes horizontes socioculturais dos povos indígenas” (LUCIANO, 2006, p. 12)

Observa-se que a partir da reforma de 2003, o MinC se propôs a transformar os direitos dos cidadãos, no que se refere a seus direitos culturais, em políticas públicas. O fomento à preservação, à divulgação e à valorização da cultura se converteram em metas a serem atingidas. Os editais buscaram “trabalhar com as múltiplas manifestações culturais, em suas variadas matizes étnicas, religiosas, de gênero, regionais” (BARBALHO, 2007, p. 52), atendendo a pequenos e médios projetos. Esse atendimento, na maioria das vezes, se limitou ao repasse de recursos financeiros, sem, contudo solucionar os pontos frágeis da política implementada. Políticas específicas e coerentes para o atendimento à diversidade de grupos existentes, envolvendo também a assistência técnica, acompanhamento das ações e sua continuidade até então não foram efetivadas.

É possível constatar que a política cultural brasileira está sendo construída fortemente direcionada ao domínio da “economia da cultura” e, portanto, compreendendo a preservação da cultura pelo viés da produção e venda de produtos culturais, e vinculando suas ações à erradicação da pobreza e geração de renda.

⁶⁹ “Designa la existência de un conjunto conformado por uno o varios objetivos colectivos considerados necesarios o deseables y por medios y acciones que son tratados, por lo menos parcialmente, por una institución u organización gubernamental con la finalidad de orientar el comportamiento de actores individuales o colectivos para modificar una situación percibida como insatisfactoria o problemática”.

Com relação às dimensões adotadas pelo MinC, algumas considerações devem ser feitas: a dimensão cidadã e a econômica nos parecem estar muito próximas. A dimensão cidadã se propõe a investir no cidadão enquanto artista, ser individual, “respeitando-se os direitos autorais e conexos e os direitos de acesso, e levando-se em conta os novos meios e modelos de difusão e fruição cultural” (BRASIL, 2008, p. 11).⁷⁰ Todos os investimentos nesses campos invariavelmente vão induzir o cidadão a produzir e consumir cultura. Na dimensão econômica, a “conveniência da cultura” é reforçada, assumida como produto e utilizada como “recurso para a melhoria sociopolítica e econômica” (YÚDICE, 2013, p. 25). A cultura é objetivada.

A dimensão simbólica, que nos parece levar em consideração o conceito de cultura, que “relaciona-se também à idéia de que essa originalidade nasceria das distintas visões de mundo de diferentes povos” (CUNHA, 2009, p. 355), dá mostras de que as minorias étnicas estão contempladas. Contudo, partindo da constatação de que o Estado brasileiro não possui uma política pública na área da cultura voltada para esses povos, a proposta de “‘cultivar’ as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, motivações, crenças religiosas, valores, práticas, rituais e identidades” (BRASIL, 2008, p. 11)⁷¹ fica comprometida.

A participação dos indígenas nas políticas públicas culturais atuais confronta dois conceitos de cultura díspares: as “culturas” dos povos indígenas e a cultura que, no mundo contemporâneo e na política de fomento brasileira, assumiu outras configurações que claramente são muito fortes. Dessa forma, os participantes dessas políticas, principalmente os povos tradicionais, devem se adequar, buscando formas de participarem sem, contudo, transviar-se. É necessário que os sujeitos estejam atentos às situações colocadas e que busquem formas de apropriação e ressignificação na produção de seus discursos e práticas, transitando pragmaticamente por estas diferentes perspectivas.

Observamos nesse tempo de pesquisa que os Xakriabá, em suas relações com o mundo dos projetos, exercitam esse método de apropriação e ressignificação com

⁷⁰ http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/10/pnc_2_compacto.pdf

⁷¹ http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/10/pnc_2_compacto.pdf

muita maestria. Esse processo, entre os Xakriabá, foi muito bem abordado pela pesquisadora Mendonça (2014, p. 95), através do conceito proposto por Sahlins (1997) de *indigenização da modernidade*.

A priorização da dimensão da cultura enquanto produto, sem a observância das diferentes características dos participantes e sem o conhecimento de suas lógicas internas cria situações que, muitas vezes, interferem na dinâmica desses grupos. Essa valorização monetária, inclusive, desarticula as relações internas causando problemas e desconfortos.

Para nossa reflexão, lançamos mão de três situações em que constatamos essa interferência. Voltemos à situação dos professores de cultura Xakriabá. Os professores indígenas são contratados pelo Estado para exercerem suas funções na lógica da nossa educação escolar. Ministram suas aulas de acordo com sua formação; desta forma, temos professores indígenas de português, matemática, história, etc. Na terra indígena, além dos professores responsáveis pela grade geral escolar, temos também os professores de cultura, cujas características já foram explicitadas.

Rodrigão já falava que os educadores escolhidos pela comunidade, pelas lideranças na comunidade, não tinha o papel só de trabalhar entre as quatro paredes, mas sim de ajudar lideranças em fazer algo que não estava no alcance dele. Na questão de algumas teorias que a escola podia às vezes oferecer” (Hilário).⁷²

Percebe-se claramente que as funções dos professores de cultura na TIX vão além de seu contrato com o Estado. Temos duas orientações, uma das relações locais e outra, institucional, prevista pelo Estado. Observamos que a lógica administrativo – institucional e também mercadológica – tem se mostrado cada vez mais presente. As falas do tipo “*se a atividade diz respeito à área cultural, a responsabilidade é do professor de cultura, ele é que ganha para isso, minha obrigação é com o horário e as atividades pelas quais sou pago*”, estão a cada dia mais frequentes. Diferentes pesquisas na área da Educação demonstram que a lógica monetária está entrando nas relações escolares e corroendo as forças internas.

⁷² Em entrevista concedida em 25 de julho de 2013.

Tomemos também como exemplo as artes indígenas. As artes indígenas têm seus próprios fundamentos e critérios de beleza e utilização. Diferentemente da arte ocidental, as artes indígenas “condensam ações, relações, emoções e sentimentos, porque são através dos artefatos que as pessoas agem, se relacionam, se produzem e existem no mundo” (GELL, 1998 *apud* LAGROU, 2009, p. 13).⁷³ Portanto, não se constituem simplesmente como objetos.

Na perspectiva econômica, elas poderão se transformar em objeto ou produto cultural utilizado somente para gerar renda. Transformar-se-ão em objeto de admiração, contemplação de sua forma, beleza e harmonia; desejo de propriedade. O signo primeiro da “fabricação de corpos e pessoas” (LAGROU, 2009, p. 102), que constitui objeto da vida cotidiana indígena, tornar-se-á um objeto consumível.

A terceira e última consideração é com relação à propriedade intelectual. Segundo as reflexões de CUNHA (2006) a esse respeito,

o regime de propriedade intelectual que se pratica hoje, voltado para o mercado e marcado pela exclusividade e individualismo, privilegia os “produtos” em detrimento dos processos de produção. Ao ser aplicado à proteção de conhecimentos tradicionais, pode ter efeitos perversos sobre os sistemas de conhecimento de povos indígenas e outras sociedades tradicionais, baseadas em redes sociais de troca e compartilhamento (CUNHA, 2006, p. 96).

Ao nos referirmos às comunidades tradicionais, precisamos estar convencido das especificidades desses grupos, pois o patrimônio imaterial não é composto

de formas fixas, mas de uma recriação permanente que tem a ver com um sentimento de continuidade em relação às gerações anteriores, ou seja [...] é ao mesmo tempo dinâmico e histórico; suas condições de reprodução dependem, dentre outras coisas, de acesso a territórios e recursos naturais (CUNHA, 2006, p. 96).

Desta forma, é necessário considerar a inteireza do processo de produção dos povos indígenas, suas reais situações e concepções de mundo, respeitando seus direitos culturais, que são também direitos ambientais.

⁷³ GELL, Alfred. **Art and Agency**. An Anthropological Theory. Oxford: Clarendon Press, 1998.

Apesar do que foi exposto, ainda consideramos que a dimensão econômica tem sua importância, assim como as outras dimensões adotadas pelo MinC; que, diante do mundo globalizado, essas dimensões se fazem necessárias, mas é preciso considerar que outros modos de viver e outras “culturas” existem. Alternativas devem ser oferecidas a todos. Ou como afirma Cunha (2006) ao analisar de um lado as políticas de preservação do patrimônio próprias de órgãos como UNESCO e IPHAN e de outro as políticas de proteção de propriedade intelectual e sua atuação no mercado, própria de órgão nacional (Instituto Nacional de Propriedade Intelectual – INPI) e internacional (Organização Mundial de Propriedade Intelectual – OMPI): como conotações distintas unindo duas preocupações comuns, diferentemente enfatizadas (CUNHA, 2006, p. 96).

Diante dessas considerações, fica a pergunta: será que não existem outras formas de valorização e fomento à cultura que não através do mercado?

Os exemplos acima relatados reforçam, mais uma vez, a necessidade de políticas públicas na área da cultura específicas para os diversos grupos. Contudo, a inexistência de uma política pública de fomento à cultura voltada para os indígenas não tem impedido a participação dos Xakriabá nos editais culturais que são lançados. Observa-se que eles têm buscando a implementação de seus projetos em todos os editais em que é possível sua habilitação. Consideram que as possibilidades de concorrerem aos financiamentos da área cultural são oportunidades de realizarem o *levantamento da “cultura”* de seu povo, sendo também uma alternativa para responderem às demandas apresentadas pela comunidade, de buscarem sua autonomia econômica, política e cultural e de saírem da invisibilidade.

A construção dos projetos e a participação nessas políticas são também os meios que vêm utilizando para a revitalização de suas práticas. Fazem parte da estratégia adotada pelos Xakriabá de apropriação dos instrumentos de poder dos brancos em favor de seus interesses. Essa participação nos levou à percepção de gestão cultural numa perspectiva ampliada, sugerida pelos próprios Xakriabá. Contudo, há de se considerar que, ao participarem de uma política que está fortemente vinculada à erradicação da

pobreza e geração de renda, estão colocando em risco seus objetivos primeiros, sua proposta de *levantamento da "cultura"*.

CAPÍTULO 3 **XAKRIABÁ: PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS DE FOMENTO À CULTURA**

3.1 “Cultura” e “projetos”

Na “cultura” tudo está relacionado. “Cultura” é abrangente. “Cultura” é prática. “Cultura” é o modo das pessoas. “Cultura” é o fazer das pessoas. “Cultura” é o conhecimento das práticas antigas. “Cultura” é tradição. “Cultura” é a garantia da identidade indígena. “Cultura” é projeto. (Falas de vários indígenas Xakriabá)⁷⁴

A partir da fala de vários Xakriabá, podemos constatar que eles expressam uma concepção de cultura em que as diferentes dimensões da vida estão relacionadas, em que todas as ações propostas fazem parte de um todo, de um conjunto que se comunica, se complementa e se interpenetra. Não enxergam a cultura da forma apresentada pelas políticas públicas. Segundo eles, os órgãos públicos pensam suas políticas de forma compartimentada, suas políticas não se relacionam umas com as outras, não possuem entre si canais de comunicação e menos ainda compreendem que a vida e a perspectiva indígena são diferentes.

Partindo da concepção de que a “cultura” é algo abrangente, que não vê suas ações divididas em meio ambiente, agricultura, saúde, entre outros; compreendendo que todos os “projetos” desenvolvidos na terra indígena estão ligados à revitalização e à preservação de sua “cultura”, torna-se difícil para os Xakriabá a compreensão do mundo das políticas públicas adotadas pelas agências do governo. Essas divisões de ações entre as diversas instituições públicas confundem muito o entendimento dos sujeitos, mesmo porque eles são obrigados a lidar com vários órgãos ao mesmo tempo, por vezes para tratar de temáticas semelhantes e enfrentar problemas da mesma natureza, o que dificulta o diálogo entre os órgãos proponentes e os concedentes, impossibilitando a mútua compreensão das particularidades de cada envolvido na ação

Constata-se que uma certa lógica de fundo, que orienta as políticas brasileiras e consequentemente os editais, é muito diferente das lógicas presentes entre os

⁷⁴ FURIATI, Terezinha. **Caderno de campo**. Anotações. Não publicado.

Xakriabá. Para eles os projetos fazem parte de um conjunto de ações para atingir um determinado fim. Não deveriam ser divididos e encaminhados cada um para um lugar diferente, como acontece hoje: o projeto de recuperação das nascentes deve ser encaminhado para o Ministério do Meio Ambiente; os projetos que contemplam o estudo e a recuperação das plantas medicinais utilizadas por seus antepassados e a criação de casas de medicina, devem ser encaminhados para o Ministério da Saúde; o projeto de revitalização das práticas culturais artísticas indígenas deve ser encaminhado para o Ministério ou Secretaria de Cultura.

Poderíamos dizer que *projeto*, na visão dos Xakriabá, é uma necessidade identificada localmente ou um desejo coletivo que, após um processo de discussão oral, transforma-se em documento escrito. “Projeto” *envolve todo mundo, envolve tudo* (Seu Nicolau).⁷⁵ Segundo os Xakriabá, para se elaborar um projeto o primeiro passo é saber o que a comunidade deseja, do que ela está precisando. A partir daí inicia-se todo o processo de construção. Interessante ressaltar que os “projetos” nunca são considerados particulares; mesmo aqueles que concorrem e ganham prêmios, tendo sido apresentados por pessoa física, são “projetos” da comunidade. Para uma proposta se tornar “projeto”, é necessário que ela seja discutida em reuniões, registrada em ata e aprovada.

[...] às vezes não dá pra reunir a comunidade inteira em toda discussão que tem, porque às vezes a comunidade pede uma reunião, Nós vai lá naquela comunidade: oh! nós queria isso e isso, né. A gente queria enviar... queria que fizesse um projeto porque nós estamos precisando disso e disso. Aí tem toda uma discussão com a comunidade. Só que aí na hora de escrever não tem como toda comunidade, não é. Pega as ideias que a comunidade colocou e de lá sai uma comissão. Às vezes, uns três ou quatro e marca os dias e vai fazendo. Só que muitas vezes a gente não dá conta de responder tudo que pede. Então a gente pede ajuda a alguém que... é, algum parceiro (Zeza).⁷⁶

Quando um “projeto” é proposto pela comunidade e atende a um edital, normalmente são as associações, que encaminham a solicitação ao órgão passível de atendê-la. A aprovação de projetos apresentados a diversos órgãos públicos, pelos Xakriabá,

⁷⁵ FURIATI, Terezinha. *Caderno de Campo*. Anotações. Não publicado.

⁷⁶ Em entrevista concedida na TIX em 27 de julho de 2013.

demonstra claramente o movimento que eles têm feito no sentido de concretizar seus desejos de *levantamento, preservação e divulgação de sua “cultura”*, e a busca por essas realizações fora de seu contexto. Com isso,

[...] o processo de transformação da sociedade, do território e da economia Xakriabá é já expressivo e vem se acelerando nos últimos anos e pode-se esperar que, diante dos processos de modernização ora em curso, novas alternativas de organização sócio-espacial da produção se desenvolvam entre eles. (GOMES; MONTE-MÓR, 2006, p. 14)

Diante às transformações vividas pelos Xakriabá nos últimos anos, foi necessário também buscar financiamentos para vários projetos, para que pudessem articular educação, saúde, segurança alimentar e cultura, buscando a melhoria da qualidade de vida, preservação de seu território e revitalização de suas práticas culturais.

Em um período de dez anos, 11 associações da TIX conquistaram recursos financeiros para 31 projetos, movimentando o valor de R\$ 1.658.058,00. Desse montante, R\$ 1.041.070,00 se refere a 13 projetos conquistados pela AIXABP,⁷⁷ estando entre eles os dois projetos que vamos analisar. Esses projetos estão contribuindo para o reconhecimento da identidade étnica, das transformações do território, da economia, enfim, para a valorização da “cultura” xakriabá.

As conquistas foram chegando aos poucos. Zeza conta que quando surgiu a primeira possibilidade de apresentar um “projeto” pela AIXABP, ficaram sem saber o que fazer e pedir, afinal, as necessidades eram muitas. Fizeram então uma lista das ferramentas de que estavam precisando para o trabalho na roça e apresentaram à prefeitura de São João das Missões, que efetuou a compra dos itens.

Com o êxito do primeiro “projeto” proposto pela AIXABP, pensaram que haviam aprendido a fazer um projeto. Mas logo perceberam que um projeto não era simplesmente uma lista de coisas necessárias para o desenvolvimento de um trabalho, mas muito mais do que isso. Era preciso *escrever muito, colocar no papel tudo*

⁷⁷ Dados extraídos de FURIATI, Terezinha. **Caderno de campo**. Anotações. Não publicado; e de ESCOBAR, 2012, p. 87-88.

*direitinho. Responder muitas perguntas, fazer muitas contas (Zeza).*⁷⁸ Era preciso conhecer e seguir as regras, era preciso compreender um edital e saber explicar para o outro (concedente), que não se conhecia e que também não os conhecia, todas as suas necessidades e possibilidades. Era necessário também comprovar que eles estavam exatamente de acordo, ou melhor, aptos a atenderem a todas as exigências colocadas na lei/edital pelo órgão financiador.

Após essa etapa veio outra, que também só foi aprendida na prática: em reuniões e grupos de estudo tentaram compreender as cartilhas de instruções que, segundo eles, ao invés de ensinar as regras do jogo, provocavam temor.

*A gente tinha medo porque era tanta... tanta burocracia assim que tinha. Tanta coisa, difícil. Tanta burocracia. Oh! Antes de você executar o projeto você ainda tinha que ler isso aqui, o livrinho. Aí, na verdade cê já começava amedrontado. Você olhava no livrinho, mas devagarzinho a gente está aprendendo, aos poucos. (Zeza)*⁷⁹

O trabalho realizado pelas associações na captação de recursos para o desenvolvimento desses projetos se integra em um panorama mais amplo de uma *retomada da “cultura”* idealizada pelos Xakriabá. Essas conquistas e aprendizados vieram com a prática, no coletivo; com a experimentação, com as discussões, nas tentativas de acerto e nos erros. Aprenderam fazendo, buscando os parceiros que tinham conhecimento e condição de ajudá-los a conhecer *as leis e as armas dos brancos* (Hilário),⁸⁰ pois só assim teriam possibilidade de obter recursos para desenvolvimento de seus “projetos”. Com certeza, podemos afirmar, juntamente com Escobar (2012, p. 80), que “as associações têm se firmado como um importante espaço de configuração de novos sujeitos; elas não são meramente instrumentais – elas são políticas, gerando também outras dinâmicas”.

A intimidade com os “projetos” – “*o desenho da mente, a tinta no papel e a mão na massa*”,⁸¹ como define Seu Nicolau, atual presidente da AIXABP – constituiu um grande

⁷⁸ FURIATI, Terezinha. *Caderno de Campo*. Anotações de julho de 2013. Não publicado.

⁷⁹ Em entrevista concedida na TIX em 27 de julho de 2013.

⁸⁰ FURIATI, Terezinha. *Caderno de Campo*. Anotações de julho de 2013. Não publicado.

⁸¹ Definição de “projeto” dada por Seu Nicolau e utilizada por Escobar na construção de sua tese **Os projetos sociais do povo indígena xakriabá e a participação dos sujeitos: entre o “desenho da**

aprendizado e revelou a capacidade dos Xakriabá de transcender suas fronteiras físicas e materiais em busca de oportunidades e alternativas para alavancar seus projetos, visando o *levantamento de sua "cultura"* (Sahlins,1997). Essa conquista foi impulsionada pelas pesquisas individuais e coletivas, reuniões de lideranças, reuniões das diretorias das associações, pelo desenvolvimento dos trabalhos nas escolas indígenas e pela ajuda de parceiros; nos contatos, nos estudos e pela dedicação. Esses movimentos têm contribuído para que os Xakriabá se reafirmem como povo indígena diante da sociedade nacional e diante deles próprios, em seus processos entre as comunidades. Importante ressaltar que entre os vários parceiros externos dos Xakriabá destacam-se o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), "com atuação destacada nos grupos de roça na década de 1990" (ESCOBAR, 2012, p. 37); o Centro de Agricultura do Norte de Minas (CAANM), instituição que apoia a sustentabilidade e a agroecologia no Norte de Minas articulada à geração de renda, e a UFMG, que neste trabalho tem mais destaque por privilegiar o tema da cultura, o qual tem uma articulação forte com as ações desenvolvidos pelo povo Xakriabá; o Instituto Federal Norte de Minas/Januária (IFNMG), com demanda de formação na Educação de Jovens e adultos (EJA).

As escolas indígenas e as associações, juntamente com suas possibilidades e desdobramentos, estão construindo uma rede. Rede que tem se ampliado e se fortalecido com a preparação dos professores, os contatos estabelecidos nas universidades e nas instituições governamentais e não governamentais. O acesso aos projetos, aos meios de comunicação, aos livros, as interações com outras culturas e todas as informações adquiridas têm permitido a manutenção e ampliação dessa rede cultural na TIX. Esses movimentos de "idas e voltas" empreendidos pelos Xakriabá demonstram que eles "vêm tentando incorporar o sistema mundial a uma ordem ainda mais abrangente: seu próprio sistema de mundo" (SHALINS, 1997a, p.52)

A construção dessa rede ganhou consistência com a instituição dos professores de cultura, o que, por outro lado, além de ter provocado um fechamento, por ter concentrado as ações culturais dentro da escola, abriu caminho para uma

mente", a *"tinta no papel"* e a *"mão na massa"*, de.2012. Na página 31 do estudo há uma explicação do para o uso desta metáfora.

responsabilização dos professores de cultura e arte pelo *levantamento da “cultura”*. A partir da criação das associações e da participação em projetos, percebe-se que houve uma expansão dessas dinâmicas. Pela fala de vários colaboradores desta pesquisa, constatamos que os Xakriabá ainda não consideram esse quadro ideal, pois acreditam que a “cultura” é de responsabilidade de todos os Xakriabá, e não apenas das escolas e associações.

Aí é isso que eu penso, assim, que precisa que todo mundo tenha um envolvimento fora da associação. E fora da escola também. Esses dois, associação e escola, eles tem obrigação. Uma grande obrigação. Mas eu acho que os dois só vão só vão é render um resultado bem mais interessante, um resultado grande quando aparecer o envolvimento da comunidade. E mesmo junto com os projetos fazer acontecer e também fazer fora dos projetos também, ter esse pensamento. (Vanginei)⁸²

Sendo assim, as associações, a partir das decisões tomadas em reuniões,⁸³ buscam criar e melhorar as estruturas para que a cultura aconteça também fora do ambiente escolar. Buscam construir e implementar os espaços coletivos para as práticas culturais, encontros e debates. O reconhecimento dessas duas instituições, escola e associação, fortes aliadas no propósito dos Xakriabá de *revitalização e divulgação de sua “cultura”*, se faz muito presente na TIX. Contudo, os Xakriabá têm convicção de que só vão conseguir alcançar completamente seus objetivos, isto é, o envolvimento de todos na *revitalização de sua “cultura”*, com a consciência de que esse processo não é uma obrigação e sim uma escolha; um processo longo e progressivo que se desenvolve por meio de muitas e sucessivas dinâmicas internas às comunidades. Percebemos que esse processo de incorporação de novas instituições e espaços no cotidiano dos Xakriabá vem através da assimilação de um sistema mundial, isto é, a organização do seu sistema de mundo a partir da apropriação dos modelos externos, o que Sahlins nomeou de “indigenização da modernidade”.

⁸² Em entrevista concedida na TIX em 26 de julho de 2013.

⁸³ “O trabalho coletivo sempre foi uma marca dos povos indígenas do Brasil e, na recente história de luta pela terra Xakriabá, as *‘retomadas’* feitas através dos *‘mutirões de roça’*, demonstram a importância que conferem à união do povo. A *reunião* para os Xakriabá é o espaço no qual a união do povo é utilizada para definir os rumos da Terra Xakriabá, ou seja, levantar os problemas, apontar soluções, partilhar saberes, acomodar situações conflituosas” (ESCOBAR, 2012, p. 128)

Como veremos mais à frente, apesar de toda dificuldade encontrada na maneira de construir e executar os projetos, é percepção comum aos Xakriabá que os “projetos” trouxeram muitos benefícios, entre os quais se referem a possibilidade de autossustentação, de avanços na preservação do meio ambiente e reafirmação como povo indígena. Proporcionaram a retomada de práticas antigas que não estavam mais sendo realizadas (fabricação de sabão, farinha, rapadura, telhas, cerâmicas utilitárias e decorativas, medicamentos, artesanatos com a utilização de sementes, osso, madeira, etc.). Ao mesmo tempo, importante ação oferecida pelos “projetos” foi o acesso às novas tecnologias, a preparação dos jovens para utilizá-las e o uso delas para o registro das práticas que estão sendo retomadas.

3.2 Os gestores culturais Xakriabá

Nesta pesquisa acompanhamos passo a passo as atividades dos Xakriabá na construção e execução dos projetos financiados pela Secretaria de Estado da Cultura/MG (Fundo de Cultura e Ponto de Cultura). Com relação à execução dos projetos financiados, observamos que a atuação dos Xakriabá pode ser considerada como gestão, uma vez que se adequa ao seu conceito.⁸⁴ Além disso, o modo com que executam os projetos cumpre também outros papéis mais relacionados com as dinâmicas internas da comunidade, entre eles, o de mediar a relação entre diversos atores. Utilizam as propostas disponíveis no mundo externo (dos brancos) de acordo com seus preceitos. Esse processo de adaptação desses fazeres, a nosso ver, é da mesma natureza dos processos descritos por Sahlins (1997) quando ele se refere à “indigenização da modernidade”.

Para entender melhor a gestão desses projetos, do ponto de vista indígena, e inclusive para designar esses sujeitos, encontramos na dissertação de Luciano (2006) a

⁸⁴ “O conceito moderno de gestão envolve a utilização de recursos humanos, tecnológicos, naturais e financeiros para a consecução dos fins propostos. As funções da gestão envolvem o planejamento, a organização, a liderança/motivação, a coordenação e o controle do progresso obtido.” HANSON, [s.d.], disponível em: <www.aedb.br/seget/artigos07/11_Hanson%20Gestao%20e%20Cultura.pdf>

expressão “novas lideranças políticas”, utilizada para dar nome ao que chamei aqui de *gestores culturais*.

O termo novas lideranças políticas é utilizado para designar aqueles que recebem tarefas específicas para atuar nas relações com a sociedade não indígena, ou seja, lideranças que não seguiram os processos socioculturais próprios para chegarem ao posto. São os dirigentes de associações e de comunidades, os dirigentes políticos e técnicos indígenas. Embora complementares, são diferentes das “lideranças tradicionais”, como os caciques ou chefes de povos, clãs, fratrias ou sibs, tanto no processo de escolha ou legitimidade, quanto nas funções que exercem. (LUCIANO, 2006, p. 15-16)

No contexto Xakriabá, como já apresentado, temos um grupo de pessoas que estão à frente da administração municipal (prefeito, secretários, vereadores, assessores e funcionários indígenas), outros grupos à frente das associações e um terceiro grupo na direção das escolas. Esses sujeitos que normalmente fazem parte da diretoria das associações e da diretoria das escolas não são lideranças tradicionais, são muitas vezes professores. São legitimados pelas lideranças das aldeias e pelo cacique. Ao assumirem essas posições, desenvolvem papéis sociais específicos.

Essas “novas lideranças políticas” normalmente possuem facilidade de se relacionarem com o mundo não indígena e têm boa aptidão administrativa. A princípio pensamos que poderíamos aplicar o mesmo termo utilizado por Luciano (2006) para designá-los, entretanto, durante o tempo de pesquisa outras situações foram identificadas. Primeiramente, não conseguimos identificar a utilização dessa nomenclatura na TIX. A utilização da expressão “novas lideranças políticas”, no contexto Xakriabá, nos parece mais apropriada para designar os sujeitos (jovens) que estão à frente das escolas. Diante desse quadro, optamos por nos referirmos às pessoas que administram as associações e projetos como gestores culturais Xakriabá. Essa nomenclatura nos parece mais adequada para trabalhar a interface com o mundo externo, dando ênfase à gestão interna, em particular às implicações na área de cultura.

Ao analisar a trajetória dos Xakriabá enquanto gestores culturais, observam-se alguns atributos desenvolvidos por eles que foram essenciais à administração das ações financiadas pelos órgãos de cultura, bem como a de todos os outros projetos realizados

e em realização na TIX, que também são considerados por eles projetos culturais. Na minha experiência de produtora cultural acompanhando os gestores culturais xakriabá na execução dos projetos na TIX, fiquei impressionada com a dimensão das aprendizagens no campo da gestão, em um espaço de tempo tão pequeno. Posso citar: o conhecimento e compreensão das leis que regem o repasse e o gasto de recursos públicos, a construção de um plano de ação visando atingir os objetivos estipulados, o conhecimento das regras internas e externas para a busca de alternativas viáveis à realização dos objetivos propostos, a manutenção das associações, a busca de recursos e de parceiros adequados e a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação. Com relação à utilização dos recursos públicos captados, o aprendizado envolveu também o conhecimento de práticas estabelecidas por leis, decretos e convênios. Como exemplo, podemos citar as adequações, o cumprimento dos planos de trabalho e prazos; planejamentos, compras, pagamentos, utilização e preenchimento de cheques (valor, escrita, data, beneficiário, etc.), confecção de recibos, recolhimento de impostos, controle de saldo bancário, aplicação de recursos, compreensão das exigências legais, entendimentos básicos de contabilidade, organização de material comprobatório dos gastos, prestação de contas, acompanhamento das obras, produção de oficinas e eventos.

Esse aprendizado técnico sem dúvida acabou proporcionando aprendizagens de outros níveis que desenvolveram neles iniciativa, autonomia, espírito empreendedor e persistência, ou que talvez tenham revelado o que já existia e que com a gestão dos projetos acabou se tornando fundamental. Um povo que era considerado sem iniciativa, um povo que era tutelado e que retoma sua capacidade de agir com uma bagagem de aprendizagem tão ampla em uma área tão complexa e burocrática. A minha participação nesse processo de aprendizagem, no início, foi demandada o tempo todo. As situações em que eram necessárias mediações aconteciam a toda hora, mas por outro lado a maneira como eles reagiram, se apropriaram e avançaram, tão rapidamente e de forma tão eficiente, a partir das informações e apoio disponibilizados

foi realmente impressionante.⁸⁵ Com certeza minha participação não teria sido eficiente se não tivesse encontrado sujeitos tão interessados e prontos para essa formação. Considero também que o envolvimento dos gestores culturais com sua “cultura” enquanto praticantes, conhecedores, observadores, educadores e transmissores facilitou enormemente esse envolvimento e essas aprendizagens. Todas essas construções observadas durante a pesquisa e ao longo da escrita aparecem, inclusive, com o objetivo de demonstrar esse processo de crescimento, aprendizagem e principalmente de autonomia construídos por Seu Nicolau e por Joel enquanto gestores culturais xakriabá.

Enquanto mediadora desse processo, observei que ao longo do trabalho com os gestores culturais xakriabá, as dificuldades apontadas por Hilário nos contatos externos foram diminuindo.

Mas uma coisa que pra você ver dificulta muito é nessa discussão e que às vezes passa despercebido de uma cobrança maior pelas pessoas que possam até estar participando, que tem esse mesmo pensamento. É porque muitas das vezes eles usam um método de falar, um linguajar lá que custa a entrar na cabeça da gente. “O que ele está falando realmente?” Só vai perceber dois ou três dias depois que já está em casa. “Ah, mais é isso que eles estavam falando.” Porque que não falou de outro jeito? Entendia melhor, nós podia ter colocado peso maior na... [risos]. (Hilário)⁸⁶

Rapidamente os gestores culturais passaram a dominar os termos técnicos. Os constantes contatos, ora com os órgãos financiadores e apoiadores, ora com técnicos responsáveis pela contabilidade e fornecedores, passaram a fazer parte da rotina exigida pela gestão dos recursos, permitindo-os, com segurança, argumentar e tomar decisões, algumas vezes diferentes das esperadas e/ou legisladas, e que serão analisadas mais à frente.

Observei também que os gestores culturais xakriabá desempenham seus papéis cuidando para que tudo seja desenvolvido de forma transparente e eficiente, não só tendo em vista seus financiadores, mas principalmente sua comunidade. Reuniões são

⁸⁵ Faço essa afirmação com base em experiência própria em processos de gestão cultural empreendidos pela UFMG envolvendo professores e técnicos de seu quadro funcional.

⁸⁶ Em entrevista concedida na TIX em 25 de julho de 2013.

realizadas periodicamente para discutir o andamento dos “projetos”, seu redirecionamento, se for o caso, e para a apresentação periódica da prestação de contas. Estão atentos a todos os movimentos na TIX, e principalmente às propostas de *levantamento, preservação e divulgação* de sua “cultura”. Buscam sempre a parceria interna. Para os Xakriabá, a escola ocupa um lugar específico e de grande importância, um espaço que facilita e proporciona condições para que o processo de preservação do patrimônio cultural material e imaterial xakriabá aconteça.

As experiências adquiridas na participação da macropolítica cultural (esferas estadual e federal), levaram os Xakriabá a buscarem novos programas e editais para sua participação. Foi a partir desses projetos realizados que passaram a repensar a percepção que tinham da centralidade da escola em relação ao *levantamento de sua “cultura”*. Esse fato pode ser constatado a partir das várias propostas apresentadas principalmente aos prêmios financiados pelo MinC e pela FUNARTE, momento em que professores indígenas solicitaram apoio para construção de fornos a serem utilizados na queima de cerâmica, no quintal dos artesãos; a construção de casas rituais e casas para a produção artesanal, nos modos tradicionais, de farinha, sabão e medicamentos.

Nesse tempo de trabalho e pesquisa com os gestores culturais xakriabá, pude observar outras características importantes que serão pontuadas nas seções seguintes, como: a disposição para o aprendizado de novos procedimentos, adaptabilidade, aceitação de desafios, disposição para o recomeço ou realinhamento das propostas quando essas se mostravam inadequadas ou inviáveis, empreendimentos, aceitação da diversidade e da complexidade. Importante também ressaltar a habilidade comunicacional e a postura democrática, tendo como objetivo o desenvolvimento da “cultura” e a orientação para o futuro. Esse envolvimento, empenho e eficiência demonstrados pelos gestores Xakriabá ao lidarem com as regras colocadas pelos editais e legislações pertinentes, na busca de alcançarem seus objetivos, quais sejam, *levantamento, preservação e divulgação de sua “cultura”*, demonstram que eles se apoderaram das regras colocadas pelo Estado no que diz respeito ao fomento à cultura. O processo de indigenização pode ser observado em todas as etapas do processo. As regras colocadas pelo Estado para o fomento à cultura são utilizadas pelos Xakriabá de forma a introduzi-las em seu sistema

de mundo, buscando o respeito e o atendimento às dinâmicas internas da comunidade e a relação entre os diversos atores da comunidade.

3.3 Os projetos financiados pelos órgãos de cultura

Analisando os projetos desenvolvidos pelos Xacriabá com os recursos públicos provenientes da área da cultura, constatamos que para a sua realização eficiente, do ponto de vista das exigências legais, foi necessária a articulação de diferentes forças institucionais e vários atores sociais como indígenas, antropólogos, estudantes de diferentes áreas de formação, universidades e prefeitura municipal. Não há dúvida que os projetos representam possibilidades e oportunidades reais para o *levantamento, preservação e divulgação da “cultura” xacriabá*. Simultaneamente representam também um processo de apropriação dos instrumentos de poder do mundo dos brancos em favor de seus projetos étnicos e direitos.

Neste capítulo serão analisadas três propostas de fomento implantadas pelos órgãos públicos na área da cultura, nos níveis federal e estadual. Serão avaliados nessa análise os editais do Fundo Estadual de Cultura/MG lançado em 2008 (primeira participação dos Xacriabá em um edital lançado por um órgão de cultura), o Ponto de Cultura/2008 e os Prêmios de Culturas Indígenas do período de 2006 a 2013, além da participação dos Xacriabá nessas políticas.

A escolha dessas propostas se deu, principalmente, pela participação dos Xacriabá e por terem objetivos, propostas de realização e direcionamentos distintos. Cada proposta a ser analisada faz parte de um programa diferenciado, envolvendo fontes de recursos, abrangência e editais específicos.

Para cada um dos programas propostos pela área da cultura, iniciaremos apresentando e analisando os editais, buscando trazer elementos que demonstrem o que já foi anunciado nesta pesquisa: que eles não diferem de outros editais e que sua existência não caracteriza uma política pública para os indígenas. Demonstraremos também de que maneira os Xacriabá entendem aquilo que é colocado ali, para em seguida

analisarmos a construção dos projetos Xakriabá e finalmente a gestão dos projetos aprovados, buscando também uma análise crítica desses três programas. Ressaltamos, mais uma vez, que esses projetos que serão analisados não são os únicos em execução na TIX.

As formas de compreensão, apropriação e gestão diferem em cada proposição. Os rearranjos são feitos de acordo com as necessidades e condições impostas por cada financiador e programa. Observa-se a participação de vários atores Xakriabá em todo o processo; ora propondo projetos e assumindo a sua gestão, ora compartilhando-a, ora apenas colaborando. Todas essas possibilidades enriquecem muito a análise.

3.4 Fundo Estadual de Cultura – FEC 01/2008: o edital

O edital FEC 01/2008 foi o terceiro do Fundo Estadual de Cultura, publicado pela Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais. O edital teve como objetivo regular a participação e estabelecer critérios de escolha para seleção e aprovação de projetos culturais nas modalidades “Liberação de recursos não reembolsáveis” e “Liberação de recursos reembolsáveis”.

O documento apresenta uma série de informações e regras para a distribuição de recursos de acordo com as seguintes áreas: patrimônio material e imaterial; organização e recuperação de acervos, banco de dados e pesquisas de natureza cultural; circulação, distribuição e rede de infraestrutura cultural; fomento à produção de novas linguagens artísticas; capacitação e intercâmbio. A área patrimônio material e imaterial abarca quase que totalmente todas as outras áreas: segundo o edital, pode englobar projetos de construção e recuperação, de infraestrutura, capacitação e intercâmbio. Para cada uma dessas áreas foi estabelecido um limite financeiro que o projeto a ser apresentado não poderia exceder.

Essas primeiras condições anunciadas pelo edital – área e montante financeiro – suscitaram as primeiras dúvidas nos Xakriabá. Como a proposta deles se acomodava

praticamente em todas as áreas previstas no edital, qual seria a área mais apropriada, ou em qual delas teriam mais chances de aprovação?

O edital FEC 01/2008 apresenta também todas as regras para submissão dos projetos: documentação exigida, condução a ser seguida com relação ao gasto dos recursos e prestação de contas, forma de apresentação do projeto, que não poderia ser manuscrito nem datilografado, apenas digitalizado, e, ainda, a sequência da encadernação da proposta.

Diante de um edital que apresenta um texto extremamente técnico, com abundância de regras e normas burocráticas, é evidente que um proponente inexperiente, principalmente indígena, jamais chegaria a compreendê-lo e atendê-lo, a menos que houvesse alguma mediação. Podemos dizer, com segurança, que sem o trabalho conjunto realizado com os Xakriabá, desde a leitura do edital até a formatação do projeto, atendendo a todas as condições postas pelo edital, eles não teriam conseguido aprovar seu projeto. Apenas a impossibilidade de apresentar o projeto manuscrito provavelmente já os impediria de participar, uma vez que o uso do computador e da internet, à época, eram muito mais difíceis do que hoje. Esses são apenas alguns fatos que demonstram a impossibilidade de muitos grupos brasileiros terem acesso aos recursos públicos de forma autônoma, condição essa colocada pela burocracia do Estado brasileiro.

O trabalho realizado com os Xakriabá pelo grupo mediador formado por diversos órgãos e universidades foi que os orientou quanto à área em que o projeto deveria ser apresentado, levando em consideração qual área permitiria projetos de maior valor de financiamento, conjugado com o maior montante a ser distribuído por área, aumentando assim as chances de serem beneficiados. Como dito anteriormente algumas áreas abrangiam várias outras, a opção mais vantajosa foi elaborar um projeto na área de patrimônio material e imaterial, que receberia 45% do montante total a ser distribuído e cujo valor limite dos projetos era o maior deles, R\$ 400.000,00.

Nos critérios classificatórios, o Edital FEC 01/2008 (ANEXO ii) traz itens como:

projetos de interesse público, projetos de caráter prioritariamente cultural ou artístico, projetos que visarem à promoção do desenvolvimento cultural regional, e projetos que se destinarem à produção, exibição, à utilização ou circulação pública de bens artísticos e culturais.

O que aparentemente parece liberdade e ampliação de possibilidades pode tornar-se uma dificuldade e até mesmo uma estratégia para resolver alguns problemas de responsabilidade pública. Como o edital não define o que é um projeto “prioritariamente de caráter cultural ou artístico” (ANEXO II), pode-se apreender que houve uma opção por uma política de financiamento da cultura através de projetos, cabendo ao Estado apenas a seleção de propostas, o repasse de recursos e a fiscalização da execução de planos de trabalho, abandonando as discussões conceituais sobre a cultura e a arte.

O edital elencou também várias exigências, algumas criadas para facilitar e universalizar as possibilidades de todos os participantes e outras de caráter legislativo. Essas exigências foram cobradas em dois momentos: na preanálise, dedicada a fase documental, e nas análises técnicas emitidas por especialistas, balizadas e utilizadas para a decisão da Câmara Setorial Paritária, que por sua vez utilizava critérios técnicos para pontuar as propostas.

Essa falta de conceituação percebida no edital, juntamente com as áreas elencadas para a distribuição dos recursos leva-nos a questionar qual o conceito de cultura prevalecente. Estariam as políticas públicas de fomento à cultura, traduzidas no edital, induzindo a produção de mercadorias culturais voltadas para o mercado globalizado? Ou seja, o direcionamento da cultura tendo em vista o consumo, a dimensão econômica da cultura?

Nos critérios técnicos de avaliação, chama-nos a atenção o item “exemplaridade da ação” (ANEXO II). Esse item tem a maior pontuação, entendendo como

exemplar uma ação que possa ser reconhecida e tomada como modelo, em sua área artística ou cultural, por seu conceito ou conteúdo, por seu conjunto de atributos técnicos, por sua capacidade de preencher lacuna ou suprir carência constatada, com justa conveniência e oportunidade. (ANEXO II)

No caso dos Xakriabá, as atividades propostas eram exemplares do ponto de vista interno. Eles tiveram essa orientação uma vez que o projeto apresentado fazia parte de uma proposta maior dos Xakriabá, que é o de *“levantamento da “cultura”*, e essa exemplaridade interna era pertinente ao edital, principalmente porque suas ações tinham caráter coletivo, e se propunham a revitalizar as práticas tradicionais da produção artesanal, tendo também como objetivo a possibilidade de geração de ocupação e renda, principalmente para os jovens Xakriabá.

Como última observação, o edital traz a figura do agente financeiro, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), que no processo de execução era mais uma instância de poder e arrecadação que dificultava a execução do projeto, uma vez que era mais uma instância burocrática e que apresentava mais regras, e confundia um pouco mais os proponentes.

3.4.1 FEC 01/2008 – Xakriabá: Construção do projeto

O projeto da AIXABP submetido ao FEC 01/2008 teve como objetivo a

revitalização das práticas tradicionais de produção de artesanato em cerâmica e outros materiais nas comunidades xakriabá, voltado para a preservação e potencialização da cultura local, em sintonia com um processo mais amplo de retomada das tradições por parte desse povo. As ações propostas têm como objetivo desenvolver, potencializar e contribuir para a valorização e a reconstrução das tradições culturais indígenas, produzindo uma interface de convivência do antigo com o novo, em um processo que envolve a própria identidade indígena Xakriabá.⁸⁷

Para a construção do projeto, primeiramente foi realizada uma pesquisa com a comunidade xakriabá buscando mapear os artesãos, seus ofícios e suas necessidades.

Para o projeto “revitalização das práticas culturais”, fizemos um levantamento dos artesãos em novembro e dezembro de 2007 e priorizamos algumas questões como a idade, a aldeia, o tipo de produto que faz, que tipos de equipamentos precisavam para desenvolver o trabalho e sobre a construção da Casinha de Cultura de cada aldeia, que foram chamadas de “polo”, porque os artesãos das aldeias vizinhas

⁸⁷ PROJETO Revitalização das Práticas Tradicionais de Produção Artesanal nas Comunidades Xakriabá. Apresentado ao Fundo Estadual de Cultura em 2008. Resumo do protocolo.

*iriam trabalhar juntos, fazendo a planta do jeito do povo. Com essas reuniões, levantamos uma grande expectativa nas pessoas das comunidades, embora tenhamos deixado claro que o trabalho era, a princípio, apenas para escrever o projeto e esperar sua aprovação.*⁸⁸

Importante ressaltar que no final de 2007 vários projetos estavam sendo implementados na TIX, dentre eles, “Conhecendo a Economia Xakriabá”, “Educação e Alternativas de Produção: diagnóstico da economia e implementação de projetos de sustentabilidade junto à comunidade indígena Xakriabá (norte de Minas Gerais)”,⁸⁹ e o projeto da construção da Casa de Cultura (carinhosamente chamada pelos Xakriabá de “Casa de Cultura Mãe”). A Casa de Cultura estava sendo construída na aldeia Sumaré I, local escolhido sobretudo pelo fato de se situar em região central da terra indígena, e por ser a aldeia cortada por diversas estradas principais. A proposta era construir uma espécie de polo agregador das várias iniciativas de *levantamento da “cultura”* xakriabá.

Os resultados das pesquisas apontaram algumas ações que poderiam ser desenvolvidas para se iniciar o processo de revitalização das práticas artesanais que, em um dado momento, foram fortes na TIX e que estavam desaparecendo por motivos diversos. Segundo as pesquisas esse desaparecimento estava relacionado, entre outros fatores, à falta de material e/ou equipamentos, ao esquecimento das técnicas utilizadas e à substituição dos produtos tradicionais por produtos industrializados.

A princípio, a ideia dos Xakriabá era que a Casa de Cultura pudesse ser o local para a realização das festas, oficinas, produção de artesanato e outros eventos relativos ao *levantamento da “cultura”*; e ser, conseqüentemente, frequentada pela comunidade Xakriabá, mas no dia a dia, essa ideia foi se mostrando frágil. O uso das instalações da Casa de Cultura para produção de artesanato, trabalho coletivo proposto, foi se revelando impraticável para os artesãos de outras aldeias que viviam distantes e não

⁸⁸ LEITE, Vanginei; CORREA, Marcelo. **Relatório do projeto “Revitalização das práticas tradicionais de produção artesanal nas comunidades xakriabá”**. Trabalho apresentado no final do estágio e à SEC/MG, juntamente com a prestação final de contas dos recursos recebidos. DECAE/FIEI, PROEX/DAC/UFMG. Não publicado.

⁸⁹ GOMES, Ana Maria Rabelo *et al.* **Conhecendo a economia Xakriabá**. Relatório técnico. Belo Horizonte: UFMG Trabalho apresentado no III Seminário Internacional da ARIC – Association pour la Recherche Inter Culturelle na América Latina, realizado na UFSC, Florianópolis, entre 13 e 15 de novembro de 2006.

tinham condições de se deslocarem diariamente, abandonando os afazeres domésticos ou o trabalho na roça para trabalhar por longos períodos nela.

Diante dessas constatações os Xakriabá chegaram à conclusão de que outras estratégias deveriam ser buscadas. Seria necessária a *construção da Casinha de Cultura de cada aldeia, que foram chamadas de polo*. (Vanginei).⁹⁰

A possibilidade de participação no edital do Fundo de Cultura foi a oportunidade que eles estavam buscando para impulsionar e concretizar essa proposta. Os Xakriabá ficaram sabendo do edital por intermédio da equipe da UFMG, e com o objetivo de conhecê-lo melhor e verificar a possibilidade de participação de uma associação indígena, foi realizada uma reunião na SEC/MG, de que participaram o presidente da AIXABP, estudantes indígenas do FIEI/UFMG, participantes das pesquisas realizadas na TIX, a Superintendente de Interiorização da SEC/MG, professores da UFMG, a produtora cultural da UFMG,⁹¹ professores da Universidade Federal de São João Del Rei, diretores do Museu Mineiro e FUNARTE.

Sempre a gente buscou parceria. Nesse do Fundo a gente buscou, assim, algumas parcerias pra ajudar a gente. Alguns parceiros, né. Aí sempre alguém informava pra gente. (Zeza).⁹²

Os representantes da SEC/MG receberam muito bem a proposta dos Xakriabá, fizeram algumas considerações e sugestões com relação à montagem do projeto para submissão ao FEC 01/2008. Foi criada uma equipe responsável pela montagem do projeto, as tarefas foram divididas e na data prevista o projeto foi apresentado, tendo sido elaborado através de uma parceria entre a AIXABP, a UFMG e a Universidade Federal de São João Del Rei.

Analisando o resultado da pesquisa, e as demandas vindas das reuniões nas aldeias, as ações a serem propostas pelo projeto foram aos poucos sendo definidas. Foram-se

⁹⁰ Em entrevista concedida na TIX em 26 de julho de 2013.

⁹¹ Participei como produtora cultural da UFMG e tive o privilégio de acompanhar a primeira reunião com a SEC/MG, com o objetivo de formular o projeto para concorrer ao FEC. Naquela época eu ainda não pensava em fazer minha pesquisa de mestrado junto aos Xakriabá.

⁹² Em entrevista concedida em 27 de julho de 2013.

construindo ações que pudessem de alguma forma realizar o que estava sendo demandado pelas diversas aldeias xakriabá.

Dessa forma, as ações propostas no corpo do projeto “*Revitalização das práticas tradicionais de produção artesanal nas comunidades xakriabá*” foram construídas, visando o atendimento das questões relativas à valorização e revitalização da produção artesanal e à busca por melhores condições de vida do povo Xakriabá.

O projeto apresentado previa o atendimento a nove polos regionais, com a construção de Casinhas de Cultura nas aldeias Caatinginha, Peruaçu, Veredinha, Pindaíbas, Itapicuru, Vargens, Pedra Redonda, Brejo do Mata Fome e Rancharia. Além das decisões dos locais que receberiam as Casinhas de Cultura, decidiram as formas e tamanhos de cada uma delas. Umas possuíam um pequeno espaço para alojar pessoas, outras apenas salas para atividades, cozinha e banheiros. Os próprios Xakriabá conceberam as casas, sem nenhum problema, pois dominam as técnicas de construção. Como o edital exigia planta baixa, memorial descritivo, orçamento detalhado de cada construção, após essas definições dos Xakriabá, e de posse dos desenhos e medidas apresentadas, os alunos bolsistas do Programa de Extensão da Educação Indígena, da Escola de Arquitetura e da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, orientados por seus professores, transformaram os desenhos em plantas baixas, isto é, em linguagem exigida pelo edital.

Cabe ressaltar que a pesquisa realizada pelos Xakriabá foi feita buscando-se os mais velhos, aqueles que faziam o artesanato, que conservavam a tradição do fazer: do fazer cerâmico, do fazer dos adornos corporais e trançados em geral.

O engajamento indígena nesse projeto de resgate da cultura é geralmente acompanhado de aprofundamento do conhecimento sobre os *antigos*, o que faz com que essas histórias apresentem uma dupla significação, pois, de um lado, os mais velhos são os conhecedores das *coisas dos antigos*, do tempo da repressão e alhures – e nesse sentido constituem fontes vivas onde se pode buscar a autenticidade de legitimidade para as identidades indígenas –, mas, por outro lado, também permitem uma maior proximidade, em termos de memória histórica, da história da colonização, da violência praticada contra os

Xakriabá, daquilo que os Xakriabá consideram como *perdas* sofridas ao longo de sua história: a língua, a terra, e a própria cultura.⁹³

No projeto apresentado ao FEC 01/2008, os Xakriabá propuseram também a expansão da pesquisa de identificação do fazer artesanal na TIX, ações para a revitalização do artesanato em cerâmica: construção de fornos para a queima das peças, ao lado das construções das Casinhas de Cultura, oficinas para recuperação das técnicas utilizadas pelos antigos e aprimoramento dessas técnicas, equipamentos e materiais para o fabrico de adornos corporais em osso e madeira, uma oficina sobre gestão cultural, mapeamento de dois sítios arqueológicos e a restauração de cerâmicas arqueológicas encontradas na Terra Indígena Rancharia.

Todas as atividades propostas previam a participação dos professores e alunos das Escolas Indígenas Xakriabá, dos pesquisadores indígenas em formação na UFMG, membros das associações indígenas e membros da comunidade que detinham um conhecimento privilegiado do universo dos *antigos*; enfim, a mobilização de vários segmentos e grupos do povo Xakriabá.

A etapa do planejamento, da transformação da “*Ideia na cabeça*” em “*tinta no papel*”⁹⁴ envolveu vários e diferentes atores que trabalharam em parceria na montagem do projeto. A parceria entre a AIXBP e a UFMG se concretizou graças ao envolvimento de professores e bolsistas de extensão da Faculdade de Educação, da Faculdade de Arquitetura, da Faculdade de Ciências Econômicas/CEDEPLAR e da Pró-Reitoria de Extensão/Diretoria de Ação Cultural da UFMG.⁹⁵ Naquela época os Xakriabá ainda

⁹³ SANTOS, Rafael Barbi C.; FERNANDES, Izabela Naves. **Relatório do projeto “Revitalização das práticas tradicionais de produção artesanal nas comunidades xakriabá”**. Trabalho apresentado no final do estágio e à SEC/MG, juntamente com prestação final de contas dos recursos recebidos. DECAE/FIEI, PROEX/DAC/UFMG. Não publicado.

⁹⁴ Definição de *projeto* de Seu Nicolau Xakriabá.

⁹⁵ A Faculdade de Educação (FAE) e a Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) à época da preparação do projeto a ser apresentado ao FEC, desenvolviam um projeto de extensão, Educação e Alternativas de Produção, desenvolvido na TIX. Esse projeto tinha dois bolsistas indígenas que se dedicaram à pesquisa na TIX, pesquisa esta que subsidiou a construção do projeto apresentado ao FEC 01/2008. Os alunos da UFMG, também bolsista do projeto, participaram da elaboração e execução do projeto do FEC.

Além desse projeto, estas duas unidades acadêmicas, juntamente com a Escola de Arquitetura, construíram o projeto de extensão Casa de Cultura Xakriabá. Nesse projeto havia também alunos bolsistas que participaram da elaboração e execução do FEC 01/2008, cuidando especialmente da

apresentavam muita dificuldade com a escrita e com os cálculos matemáticos; assim, a equipe que os assessorava ficou encarregada da escrita e dos orçamentos, juntamente com alguns alunos Xakriabá que cursavam o FIEI, bolsistas de extensão e pesquisa que subsidiou o projeto.

É necessário deixar claro que o projeto previa a construção de nove casinhas de cultura e havia quatro modelos diferentes de casa. Para cada uma delas era necessária a apresentação de planta baixa, orçamento completo e detalhado. Para as oficinas, exigia-se detalhamento completo (nome dos professores, planejamento, carga horária, número de alunos, especificação do público alvo a ser atendido, material de consumo e equipamentos), para os equipamentos eram necessárias as especificações básicas. Os Xakriabá envolvidos no projeto ficaram responsáveis por munir a equipe de dados para que pudessem realizar a escrita e montagem do projeto a ser apresentado. Pode parecer simples munir o outro de informações para que ele escreva, calcule, justifique, monte o projeto e encaminhe, mas, como dito anteriormente, toda decisão na TIX é precedida por discussão e aprovação em reuniões. Várias reuniões gerais foram realizadas para discutir as propostas; em seguida, discussões nas aldeias, para finalmente chegar à configuração final do projeto.

A construção, organização e sistematização de suas propostas seguiram as dinâmicas internas da comunidade e demonstraram, mais uma vez, o respeito dos Xakriabá à sua “cultura”, demonstrando que os processos xakriabá são da mesma natureza dos descritos por Sahlins quando se refere a “indigenização da modernidade” (Sahlins 1997).

Os tempos locais de negociação e de consulta foram respeitados; um processo que a partir da decisão de participação no edital durou três meses, tendo sido conduzido, nesse primeiro momento, pelos dois bolsistas de extensão, alunos do FIEI vinculados ao projeto de extensão Educação e Alternativas de Produção.

construção das Casinhas de Cultura. Além desses dois projetos existe um terceiro: Formação de Professores Indígenas, que também contava com alguns bolsistas. Todos esses projetos estão registrados no Sistema de Informação da Extensão da UFMG (SIEX).

3.4.2 FEC 01/2008 – Os Xakriabá: execução do projeto aprovado

Com a aprovação do projeto submetido ao FEC 01/2008, nova fase foi iniciada. O Projeto apresentado foi orçado no valor de R\$ 398.671,35 (nesse valor não estavam incluídos 20% da contrapartida). O valor aprovado foi de R\$ 192.000,00, dividido em duas parcelas. A primeira parcela no valor de R\$ 90.464,00 e a segunda, no valor restante de R\$ 100.000,00 (foram descontados R\$ 8.207,35 referentes à taxa de administração do BDMG).

A gestão do projeto foi realizada pela diretoria da AIXABP, principalmente por Seu Nicolau, presidente da associação. Seu Nicolau assumiu a presidência da associação, pela primeira vez, logo depois do recebimento da 1ª parcelada do recurso do FEC 01/2008. Tendo cursado até a 4ª série, tem muita dificuldade de leitura e escrita, mas é um homem extremamente inteligente e persistente, possuindo uma memória invejável e notável espírito empreendedor.

Após a aprovação do projeto, a AIXABP passou por uma fase de apresentação de uma série de documentos para comprovar sua regularidade fiscal nos níveis federal, estadual e municipal, para em seguida assinar o convênio. Como o valor liberado para a execução do projeto correspondia praticamente à metade do valor solicitado, a primeira dificuldade foi fazer a readequação do projeto, isto é, reduzi-lo pela metade. Em um projeto construído coletivamente, como todos os outros na TIX, isso não significava simplesmente cortar cada ação pela metade: construção coletiva, proposta de readequação coletiva. Iniciou-se, novamente, um longo e difícil processo de realização de uma série de reuniões com as comunidades e lideranças. Processo praticamente da mesma natureza que o da própria construção da proposta apresentada: novas negociações, novas definições, novas planilhas. Era necessário reduzir o número de Casinhas de Cultura, pois das nove propostas, o recurso só daria para a construção de quatro. Quais seriam as aldeias privilegiadas? Além da redução do número de Casinhas de Cultura, havia todas as outras ações que deveriam ser reduzidas. Essas decisões

envolveram não apenas a desconstrução de muitos sonhos, mas da expectativa de toda a comunidade, gerando vários problemas políticos.

Com o Fundo foi contemplado as Mini Casas de Cultura⁹⁶ que foram definidos anteriormente. Era... sei lá, não sei se era nove. Não tenho quantidade não, o Nei é quem sabe a quantidade. Mas eu lembro que era uma quantidade e depois diminui e ficou outra quantidade menor, sempre tem isso nesses projetos, não é, que às vezes a gente manda atingir dez e aí é aprovado cinco, aí é todo um desafio aqui pra gente tentar organizar pra como não deixar os outros cinco insatisfeito porque que acaba ficando também. Isso tem. Mais sempre acontece isso. Então dessas do Fundo mesmo eu sei que era mais. (Zeza)⁹⁷

Com o processo de reformulação do plano de trabalho, conduzido por Seu Nicolau, iniciou-se a gestão do projeto. Fazer a readequação significou fazer o projeto novamente, agora com um valor determinado. Foi exatamente isso que foi realizado pela diretoria da AIXABP, principalmente por seu presidente, Seu Nicolau.

Vencida essa primeira etapa, com a aprovação da readequação do plano de trabalho pela SEC/MG, sua execução foi iniciada. Seu Nicolau esbarrou em uma série de dificuldades. A compreensão e interiorização das regras impostas para a execução do convênio foi a primeira delas. Naquele momento Seu Nicolau passou a administrar mais uma conta no Banco do Brasil, mais um talão de cheque, mais um plano de trabalho e muitas regras. Eram agora sete projetos em andamento sob sua responsabilidade e administração.

O que a princípio parece um simples procedimento se torna complexo em um contexto social no qual essas ações não são comumente desempenhadas, onde a lida com o talão de cheques, por exemplo, é algo desconhecido ou, ao menos, pouco usual. Utilizá-lo como forma de pagamento envolve o domínio de certos procedimentos que passam despercebidos por nós, urbanos que somos, familiarizados desde muito cedo com esses procedimentos. Entender o que é um cheque nominal ou cruzado, como decifrar a “linguagem” de um extrato bancário, aplicar os recursos, identificar o valor ganho com a aplicação e não utilizá-lo, entre outras coisas, foi sem dúvida um

⁹⁶ Alguns Xakriabá se referem às Casinhas de Cultura como “Mini Casas de Cultura”.

⁹⁷ Em entrevista concedida na TIX em 27 de julho de 2013.

aprendizado para aqueles que tiveram que lidar diretamente com os trâmites burocráticos implicados na realização desse projeto.

Grande desafio enfrentado pelos Xakriabá na gestão dos recursos do FEC foi o entendimento da lógica que deveria ser seguida para se gastar e elaborar a prestação de contas. Esse entendimento é um dos primeiros passos para se obter êxito no processo de gestão. Para os Xakriabá a ideia de que a verificação financeira leva em conta as ações propostas no plano de trabalho, o aferimento da nota fiscal com o cheque utilizado para quitá-la e a identificação da saída do recurso no extrato bancário foi um passo a ser alcançado, pois eles não lidavam com esse tipo de procedimento. Esse entendimento levou algum tempo para ser adquirido e internalizado. Os tropeços e a não aplicação das regras colocadas pelo convênio e das legislações pertinentes ao gasto dos recursos públicos na terra indígena, causaram algumas dificuldades. A seguir, citamos algumas delas para que possam ser analisadas:

A importância de documentar os gastos através de cópias xerográficas dos cheques: todo cheque utilizado deve ter uma cópia para ser apresentada na prestação de contas. A inobservância dessa regra teve como solução o pedido de cópia dos cheques ao Banco, o que foi cobrado. Como não é permitido o pagamento de taxas ao Banco com o recurso do convênio, para efetuar o pagamento, o recurso teve que sair de outra fonte (da associação ou de outras formas encontradas para conseguir o recurso).

Uso dos recursos, mediante apresentação de notas fiscais, para aquisição de alimentos para as oficinas e festas comemorativas, aquisição de material de consumo e material para construção: dentro da terra indígena, assim como no Município de São João das Missões, são poucos os estabelecimentos que estão cadastrados como pessoa jurídica, o que inviabiliza a aquisição de insumos com notas fiscais.⁹⁸ Por esse motivo, não foi possível a compra direta de alimentos dos próprios Xakriabá. Para a observância dessa regra, foi necessário efetuar as comprar nos municípios vizinhos. Além dos preços

⁹⁸ Desde 2004 esse problema foi detectado, persistindo até a presente data. A solução apresentada é a aquisição de nota fiscal na prefeitura, o que implica em gasto, dispêndio de tempo, despesa com deslocamentos.

serem mais altos, foi necessário pagar pela entrega, que não estava prevista no plano de trabalho.

Deslocamentos na TIX, quase sempre não previstos, para a realização das oficinas, uma vez que a extensão de seu território é muito grande: a maior dificuldade encontrada foi viabilizar a ida dos participantes para os locais de realização das oficinas. Como dito anteriormente, as distâncias entre as aldeias são grandes. No plano de trabalho aprovado não estavam previstos recursos para transporte dos participantes das oficinas. Esse problema só foi sanado após aprovação, pela SEC/MG, de mais um pedido de reformulação do plano de trabalho. Foi necessário, ainda, iniciar uma gestão conjunta com a SEC para encontrar alternativas contábeis consonantes com as condições efetivas existentes para o deslocamento, a hospedagem e alimentação dosicineiros, bolsistas e pesquisadores envolvidos no projeto.

Contrapartida do projeto como exigência completamente nova: foi acordado que parte da contrapartida seria dada pelos Xakriabá, em mão de obra, na construção das Casinhas de Cultura. O trabalho voluntário, que na proposição do projeto parecia viável, na sua execução não foi conseguido, tendo em vista que as pessoas precisavam se dedicar às suas atividades de subsistência. Outras barreiras para se viabilizar o trabalho voluntário foram a grande dimensão territorial da TIX e o pequeno número de pessoas que seriam contempladas com a construção das apenas quatro Casinhas de Cultura. A mobilização comunitária em um contexto como esse ocorre de forma lenta e gradual, em contraste com as atividades a serem realizadas, que são regidas por um convênio que tem tempo curto de execução. A contrapartida não foi realizada pelos Xakriabá, sendo substituída pela mão de obra de funcionários da Prefeitura de São João das Missões, que, acreditamos, só foi possível por ser a prefeitura municipal administrada por um Xakriabá.

Problemas de ordem política também foram detectados ao longo do processo de gestão do projeto: Como o projeto possuía ações em várias aldeias da TIX, em algumas delas a diretoria da AIXABP, responsável por sua implementação, não tinha influência política

ou possuía poucos vínculos sociais. Esse fato dificultou a mobilização comunitária para as ações previstas nessas regiões.

Em relação à normativa trabalhista, recolhimento do INSS dos indígenas prestadores de serviço ao projeto: Seu Nicolau e outras lideranças Xakriabá não concordavam com o recolhimento dos tributos. Diziam: *não podemos recolher os impostos dos indígenas que estão prestando serviços ao projeto, se a gente recolher eles vão perder o direito à aposentadoria.*⁹⁹ Por outro lado, a SEC/MG insistia que os tributos tinham que ser recolhidos: se não fossem recolhidos no momento dos pagamentos seriam obrigados, mais tarde, a efetuar-los com juros e correção monetária. O impasse do recolhimento ou não dos tributos dos indígenas gerou grande tensão. A SEC/MG não aceitava o não recolhimento, pois não tinha nenhum amparo legal para tal, e por outro lado Seu Nicolau, representando os indígenas, não admitia o recolhimento. Após muitas conversas (com a SEC e Seu Nicolau) me propus a fazer um estudo da legislação pertinente para montarmos uma justificativa. A decisão de não recolher os tributos relativos aos serviços prestados pelos indígenas foi mantida, tendo sido apresentado à SEC/MG uma justificativa da decisão apoiada na Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, segundo a qual “os bens e rendas do patrimônio indígena gozam de plena isenção tributária” (BRASIL, 1973).¹⁰⁰ No parecer final de aprovação das prestações de contas da AIXABP a SEC declara ter aceitado a justificativa, submetendo-a à Controladoria Geral do Estado, deixando claro que se o órgão responsável pela aprovação, em última instância, não considerasse pertinente a justificativa, a associação deveria proceder aos recolhimentos, com juros e correção monetária. Felizmente, até o presente momento a Controladoria Geral do Estado não se manifestou.

Episódio do cheque sem fundo na gestão financeira e de documentos: Seu Nicolau passou um cheque da AIXABP ao motorista do caminhão da associação, mas ele não estava nominal. Para complicar ainda mais, o cheque estava sem fundo. Após o gasto total da primeira parcela do recurso recebido, como exigido, as prestações de contas

⁹⁹ FURIATI, Terezinha. *Caderno de Campo*. Anotações. Não publicado.

¹⁰⁰ O documento completo apresentado à SEC/MG se encontra no Anexo I desta dissertação.

foram apresentadas. A princípio tudo estava de acordo para o recebimento da segunda e última parcela do recurso (R\$ 100.000,00). Era final do ano de 2009, o exercício financeiro já estava prestes a terminar. A AIXABP recebeu um comunicado da SEC/MG e do BDMG com a informação de que a associação estava inadimplente e que enquanto essa situação não fosse resolvida, não poderia receber a segunda parcela do recurso.

Seu Nicolau, na sua certeza de ter gastado e prestado contas de acordo com o exigido, e de manter a associação sempre em dia com suas obrigações, afirmava que não havia pendências. Em ligação telefônica para o BDMG, fui informada que a associação estava com pendência no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF), isto é, havia dois problemas a serem resolvidos. Um deles era uma dívida no valor de R\$ 2.149,00 e outra era um cheque que havia sido devolvido por falta de fundo.

Ao repassar as informações para Seu Nicolau ele disse: *O cheque sem fundo, eu já sei. Foi um cheque que eu dei para o motorista, para ele pagar as despesas do caminhão. Ele fez o pagamento, mas o cheque estava sem fundo. Tá fácil de resolver. O outro está errado. Não devo isso não.*¹⁰¹ Após insistir para que ele se lembrasse ou buscasse formas de comprovar o ocorrido, ele disse: *“Não, tá errado. Pode falar com eles que tá errado. Eu tenho certeza* (Seu Nicolau). Com a convicção dos argumentos apresentados o BDMG procedeu à verificação solicitada e comunicou posteriormente que Seu Nicolau tinha razão, o erro havia sido deles; na verdade a pendência de R\$ 2.149,00 era de outra associação.

Naquele momento estávamos a uma semana do final do exercício financeiro (dia 28 de dezembro). Para que a AIXABP recebesse a segunda parcela do recurso, era necessário capturar o cheque emitido, apresentá-lo ao Banco do Brasil, que deveria encaminhar ao BDMG um documento declarando que tinha a posse do cheque e que toda a situação estava resolvida. O prazo para a expedição desse documento pelo Banco do Brasil era até o dia 28 de dezembro às 12 horas. A partir de então Seu Nicolau começou a corrida atrás do cheque.

¹⁰¹ FURIATI, Terezinha. *Caderno de Campo*. Anotações. Não publicado.

A corrida atrás do cheque

Seu Nicolau foi ao do Banco do Brasil para resgatar o cheque, mas o cheque não estava mais lá. Ao indagá-lo como o cheque não estava no Banco, ele me explicou que o cheque não estava “lominal”, o recebedor do cheque havia passado o mesmo para outra pessoa.

Do Banco do Brasil em São João das Missões foi para Itacarambi. Lá o banco o informou que o cheque havia passado naquela agência, mas que havia sido repassado para outra pessoa, em Januária. Rumou então para Januária. Para localizar o portador do cheque foi para a rádio local fazer o anúncio. Ao encontrá-la o cheque já havia sido repassado para outra pessoa em Janaúba. Corre Seu Nicolau para Janaúba.

E o tempo acabando... o cheque voando.

Seu Nicolau ligava diariamente, relatava o acontecido e me dizia: “eu vou conseguir”.

Dia 30 pela manhã ligou feliz dizendo que estava quase tudo resolvido. Já havia descoberto com quem estava o cheque, a pessoa estava em Itacarambi, que já havia feito contato com a pessoa e enquanto ele deslocava de Janaúba a Itacarambí a pessoa ia ao Banco entregar o cheque e regularizar a situação. A gerente do Banco do Brasil de Itacarambi estava acompanhando tudo e naquele momento estava esperando-o para fazer a declaração e envio ao BDMG.

De Belo Horizonte ficamos monitorando o tempo todo. Ligávamos para o BDMG, informava e implorava para que esperassem um pouco mais. Ligávamos para a SEC e informava. O horário final chegou e Seu Nicolau e o cheque não chegaram ao Banco do Brasil para terminar de resolver o problema.

Por volta das 15h Seu Nicolau nos ligou eufórico, feliz e orgulhoso por ter conseguido resgatar o cheque. Informou que a gerente do Banco do Brasil já estava passando o FAX para o BDMG pedindo a retirada da AIXABP do Sistema.

Tarde demais, o prazo já havia terminado e os recursos não utilizados já haviam sido transferidos para a conta geral do Tesouro Estadual.¹⁰²

Seu Nicolau não ficou sabendo que todo seu esforço havia sido em vão. Que um cheque de R\$ 250,00 o havia impedido o recebimento de R\$ 100.000,00. Fiz várias gestões juntos aos órgãos envolvidos nos processo (BDMG e SEC) para tentar reverter a situação, mas nada foi conseguido.

¹⁰² FURIATI, Terezinha. *Caderno de Campo*. Anotações de dezembro de 2009. Não publicado.

O mês de janeiro foi de espera para Seu Nicolau e toda comunidade. As construções estavam iniciadas, paradas, esperando o restante do recurso para serem terminadas, a expectativa de terem seus espaços concluídos era grande. Praticamente a metade do convênio estava por se realizar. E se o dinheiro não chegasse? Para surpresa e alegria de todos nós, no final do mês de janeiro o dinheiro apareceu na conta da associação. Até hoje, ninguém sabe como. Seu Nicolau só ficou sabendo que apresentou o cheque para a regularização da associação depois de terminado o prazo quando me contou que o dinheiro estava na conta, isto é, dia 29 de janeiro de 2010. Não entendemos o acontecido; surpresa também para a SEC/MG.

Muitas são as hipóteses levantadas com relação ao pagamento da segunda parcela do FEC 01/2008. Uns acreditam que o gerente do BDMG, que acompanhou todo o processo de captura do cheque para a regularização da associação, ficou sensibilizado e não deu o comando para que o recurso fosse se integrar ao “bolo” do Tesouro. Outros acreditam que com a confusão dos últimos momentos de fechamento do sistema, esse recurso ficou esquecido. E muitos, inclusive eu, acreditam na força e proteção de *laiá Cabocla*.

Durante a caça ao cheque Seu Nicolau andou quatro dias, de moto, táxi e carona. Passou por quatro municípios e percorreu cerca de 550 km (ida e volta). Esses gastos também não estavam previstos no plano de trabalho e, conseqüentemente, tiveram que sair de outra fonte.

O episódio do cheque trouxe a reflexão sobre as dificuldades de mediar uma lógica inflexível, própria do Estado e das instituições financeiras, com lógicas outras, diferentes daquelas dos grupos indígenas. A única possibilidade dada à AIXABP para a retirada de seu nome do SIAF poderia ter impedido o recebimento de R\$ 100.000,00 e a interrupção de um projeto. Sem considerar que o gasto para a resolução do problema foi muito superior ao valor do cheque em questão (R\$ 250,00) e, com certeza, se esse recurso não tivesse sido recebido as obras estariam até hoje inacabadas. Todo trabalho e recursos empreendidos teriam sido em vão e a AIXABP estaria inadimplente, isto é, impedida de receber recursos públicos até conseguir terminar suas obras.

Das dificuldades relatadas, observa-se que algumas geraram gastos que não estavam previstos ou que não eram permitidos pelo convênio. Sendo assim, outras possibilidades foram levantadas. É notável o conhecimento e a visão empreendedora desenvolvidos por Seu Nicolau ao longo desse processo. Em vários momentos, ele se dedicou exclusivamente às atividades da associação, despendeu recursos próprios e, principalmente, o tempo que tinha para suas atividades particulares e com a família. Na fala que se segue, inserida na íntegra, Seu Nicolau relata como tem conseguido resolver essas situações, mostrando a quantidade de voltas que teve que dar para arregimentar os recursos necessários às despesas não previstas nos planos de trabalho. Seu Nicolau conseguiu criar soluções investindo na compra de gado, para depois ser vendido em momento de necessidade da associação; fazendo empréstimo bancário em seu próprio nome; criando “*um caixa, mas é não só de dinheiro vivo*” (Seu Nicolau).¹⁰³ Seu relato mostra o esforço necessário para lidar com essas incongruências geradas na própria administração do projeto e demonstra o conhecimento das regras externas e da proposta de “levantamento da cultura”, mais uma vez caracterizando o processo de “indigenização da modernidade” descrito por Sahlins.

Oh, gente, às vezes a gente que beneficia da associação e que não tem nem... não faz nenhum gasto. Recebe o projeto... que eu já falei várias vezes na comunidade que hoje a gente está andando, é, a gente agradece é os sócio que apoia. Mas a questão dos recursos mesmo hoje que está desdobrando mais. No recurso dos projetos, né. Porque hoje as taxinhas elas não estão dando nem pra começar. É muito pouco, né. É uma associação que está começando... tem gente que fala: “Ah, na associação tem dois mil de caixa, né”. Mas tá... tem de caixa mas não tem mais nada, né. E a gente não tem de caixa mas tem projeto grande. Tem o... gasta com o restante de... por exemplo, o projeto da Caatinginha, nós na compra de um aparelho de boi, a associação teve que desembolsar duzentos e vinte reais. Na compra do burro com a carroça ter coisa boa pra comunidade nós teve... a associação teve que desembolsar é novecentos e poucos reais, né. No projeto da compra de cana só tinha trezentos e trinta reais. Deu mil e pouco a compra de cana, né. Tudo a associação mesmo a gente angara. Tinha... tem gado. A gente, por exemplo, é quando a gente trabalhava com caminhão da prefeitura, hoje a gente tem um aparelho de boi que está aí pra comunidade trabalhar. A gente já comprou... com o dinheiro do trator a gente pegou até uns quase dez gados, né, pra na hora que a associação

¹⁰³ Em entrevista concedida na TIX em 25 de julho de 2013.

tiver... porque a gente não vai junto o dinheiro. A gente compra uma coisa também que amanhã valoriza, né. E aí a gente pega aquele dinheiro... aquele objeto. Por exemplo, nós estamos precisando de mil real, aquela vaca vale mil. Já pega, vende ela e já paga a dívida, né. Então a gente está criando um caixa, mas é não só de dinheiro vivo. Mas assim de estrutura. Por isso que a gente não está conseguindo é saber quanto a associação tá devendo. Porque a gente às vezes tem hora que às vezes eu tiro um aparelho de boi da associação pra mim não vender aquele parrelho de boi eu preferi fazer um empréstimo do meu pagamento lá no Banco. Porque era uma dívida que a associação tinha do caminhão que estava devendo dois mil. A gente pegou quatro mil emprestado de um. Pegou mil e quinhentos de outro. E a gente foi lá e cumpriu a dívida do caminhão lá em Montes Claros, quando foi pra arrumar ele. Aí o cara falou assim: “Oh, moço, traga um cheque pra mim com dez dias é porque eu não posso esperar mais”. Eu falei: “Não, eu não posso assinar cheque, mas se Deus quiser eu vou mandar o dinheiro”. Eu vou ter que fazer um empréstimo e pagar. Isso com um ano eu quitei o meu empréstimo. Aí o cara do banco falou... aí eu fui lá quitar o restante. De dois mil que eu peguei já estava dois e oitocentos. Aí ele falou pra mim assim: “Oh, moço, porque que você não deixa pra... até finalizar o projeto?” Eu falei: “Não, esse dinheiro que eu peguei emprestado não foi pra mim não. É pra associação porque ela não consegue empréstimo no banco”. Agora eu quitei a minha dívida hoje, amanhã eu posso até pensar de fazer um empréstimo pra mim pra comprar alguma coisa. Um gado, alguma coisa. (Seu Nicolau)¹⁰⁴

Como dito anteriormente, todo o processo de gestão do projeto “Revitalização das práticas tradicionais de produção artesanal nas comunidades xakriabá” foi acompanhado por mim. Fiz toda a mediação, principalmente entre a AIXABP, SEC/MG e BDMG. Hoje me coloco em outro lugar, refletindo sobre todo o processo, me distanciando para fazer as análises pertinentes. Ao retomar à mediação realizada, percebo o quanto foi necessário mediar.

Verifico que embora a AIXABP já tivesse realizado outros projetos, com êxito, o projeto aprovado pelo FEC 01/2008/MG trouxe muitas novidades, dificuldades e muita necessidade de tomadas de decisão. Como na TIX as questões são resolvidas coletivamente, em reuniões com a participação da comunidade e de lideranças, esse processo exigiu um tempo maior para sua realização. Os procedimentos são desencadeados à medida que os objetivos do projeto e a metodologia de trabalho vão sendo conhecidas e aceitas pelos grupos envolvidos.

¹⁰⁴ Em entrevista concedida na TIX em 25 de julho de 2013.

Hoje, cinco anos depois, observo que os desdobramentos das práticas revitalizadas naquele momento se encontram nas escolas, em aldeias e nos indivíduos, que a princípio não participaram, e que hoje buscam editais que possam dar à comunidade Xakriabá possibilidades de continuidade de seu projeto maior, que é o de *levantamento da “cultura”*.

3.5 Ponto de Cultura: Edital

Os Pontos de Cultura, principal ação do Programa Cultura Viva, têm por objetivo potencializar, promover, incentivar, estimular e dar visibilidade, às iniciativas culturais já desenvolvidas por comunidades, grupos e redes de colaboração que promovam a diversidade cultural brasileira, garantindo diálogos interculturais, acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural.

os Pontos de Cultura são verdadeiros nós da rede que compõe o Programa Cultura Viva. Esse é, aliás, o carro-chefe da atual gestão do Ministério da Cultura. A proposta é a criação de uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas culturais. Quando Gilberto Gil assumiu o Ministério da Cultura, o mote principal do órgão era mostrar a “cultura como um bom negócio”. Gil, em uma de suas primeiras falas, numa licença poética bastante pertinente, declarou que iria realizar um verdadeiro “do-in antropológico” na política cultural brasileira, com ênfase na ampliação do conceito de cultura e na democratização do acesso às produções culturais. (MIRANDA, 2009, p. 311)¹⁰⁵

Dentro dessa perspectiva foi criado o Programa Cultura Viva, e, dentro dele, os Pontos de Cultura, cuja adesão se dá a partir de chamamento público, isto é, por edital. As possibilidades de combinações entre ações e locais de instalação dos Pontos devem partir das disponibilidades vinculadas às dinâmicas próprias de cada comunidade. Com essas diretrizes, o MinC espera dar voz não somente aos agentes estritamente ligados à produção artística, como também aos usuários e os agentes sociais em um sentido amplo. O aspecto comum a todos os Pontos, dentro da proposta do MinC, é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre o poder público e a comunidade.

¹⁰⁵ <http://www.ifch.unicamp.br/proa/pdfs/Entrevista%20Celio%20Turino%20-%202018.pdf>

Em 2004, o ministério implantou 33 Pontos de Cultura em comunidades indígenas. Num segundo momento, o MinC firmou convênio com a FUNAI, que por sua vez estabeleceu parceria com a Associação Cultura e Meio Ambiente e com a Rede dos Povos da Floresta. Essas entidades foram responsáveis pela criação de mais 150 Pontos de Cultura Indígena em todo país. Na primeira etapa foram beneficiadas 30 comunidades indígenas do Norte do país,¹⁰⁶ em 2009 houve a implantação de mais 60 Pontos e até 2010 foram implantados mais 60, perfazendo assim o total previsto.¹⁰⁷

Apesar das poucas informações encontradas, entendemos que, à época, os editais para a criação dos Pontos de Cultura eram lançados para todo Brasil com uma previsão de pontos a serem implantados. Desses, alguns eram destinados às comunidades indígenas, as quais eram escolhidas pelas instituições parceiras da FUNAI.

Como estratégia de maior propagação do programa em Minas Gerais, em dezembro de 2007 o MinC assinou convênio de cooperação técnica e financeira com a SEC/MG, lançando, em dezembro do ano seguinte, edital público para a seleção de 100 novos Pontos de Cultura em Minas Gerais. Segundo o edital (ANEXO III),

poderiam participar da concorrência pública as instituições da sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter cultural, ou com histórico de atividades culturais; instituições que atuem na produção artístico-cultural há pelo menos dois anos, contribuindo para a inclusão social, a construção da cidadania, seja através da geração de emprego e renda, seja por meio de ações de fortalecimento das identidades culturais.¹⁰⁸

Partindo do objetivo proposto, observamos que o edital explicita com muita clareza sua opção por uma política cultural com especial atenção para o desenvolvimento social. Essa opção pode ser observada, inclusive, nos formulários do projeto que deviam ser preenchidos pelos proponentes. Eles apresentavam uma longa lista de “diversidades” que deveriam ser “marcadas”. Na análise, quanto maior o número de público alvo declarado no projeto, maior era a pontuação naquele quesito.

¹⁰⁶ Não foram encontrados registros sobre a forma como foram selecionados os primeiros pontos de cultura indígenas.

¹⁰⁷ Informações repassadas por técnicos da Representação Regional Minas Gerais de MinC e retiradas do site <http://www2.cultura.gov.br/site/2009/04/17/cento-e-cinquenta-novos-pontos-de-cultura-indigenas-serao-instalados-ate-o-fim-de-2010/>

¹⁰⁸ EDITAL de Seleção para Implementação dos Pontos de Cultura no Estado de Minas Gerais, n. 01 de 19 de dezembro de 2008. Seção 3: Do objetivo.

O edital do Ponto de Cultura mineiro se apresentou mais amplo do que o Fundo Estadual de Cultura e determinou as instituições que poderiam participar da concorrência:

grupos de manifestações culturais, associações, sindicatos, cooperativas, fundações privadas, escolas caracterizadas como comunitárias e suas associações de pais e mestres, ou organizações tituladas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e Organizações Sociais (OS), sediadas e com atuação comprovada na área cultural, há pelo menos dois anos, no Estado de Minas Gerais. (ANEXO III)

Quanto à análise das propostas, ela seria dividida em dois momentos: análise documental e análise técnica e de mérito. Na avaliação técnica destacamos: o item que previa a maior pontuação era o que se referia ao atendimento às diretrizes do Programa Mais Cultura, quais sejam: contribuição para o acesso à produção de bens culturais, promoção da autoestima, o sentimento de pertencimento e a cidadania, dinamização dos espaços culturais do município, geração de oportunidades de emprego e renda, impactos artístico-culturais, econômicos e/ou sociais.

Chamou-nos a atenção, no edital, a seguinte exigência:

Encaminhar, junto com a prestação de contas final, relatório adicional de análise de resultados e impactos sócio-culturais que aborde o número de beneficiários diretos e indiretos, com depoimentos de satisfação da comunidade presente no Ponto de Cultura, informação de geração de novas oportunidades para o Ponto de Cultura e seu público, e relato da articulação realizada na comunidade. (ANEXO III)

Como anunciado anteriormente, por meio do edital foram selecionados 100 Pontos de Cultura, dentre os quais dois Pontos de Cultura Indígena – “Língua mãe: o fortalecimento da cultura Krenak” e “Ponto de Cultura Loas – Xakriabá”. Os Pontos de Cultura selecionados receberiam o valor de R\$ 180.000,00 em três parcelas de R\$ 60.000,00, ao longo de três anos.¹⁰⁹

¹⁰⁹ Mais uma vez chamamos a atenção para o fato de que a aprovação dos dois Pontos de Cultura indígena mineiros foi conquistada em concorrência com todo tipo de instituição. O edital de que eles participaram não era um edital direcionado aos indígenas.

A instituição era obrigada a investir, no primeiro repasse dos recursos financeiros, no mínimo R\$ 20.000,00 na aquisição de kit multimídia para a implementação da Ação Cultura Digital. O kit multimídia é o instrumento que, a princípio, permitiria a comunicação, em rede, entre os diversos Pontos de Cultura, a divulgação das atividades produzidas e dos produtos elaborados por eles, proporcionando a visibilidade de suas ações.

A proposta trazida pelo edital, além do cumprimento de toda legislação pertinente ao repasse de recurso público, incluía as regras específicas do programa. Entre elas, a exigência de que os selecionados se integrassem à Rede de Pontos de Cultura, participassem de cursos e encontros sobre Pontos de Cultura promovidos pela Secretaria de Estado da Cultura e/ou pelo Ministério da Cultura, transferissem tecnologia social e de gestão.

3.5.1 Ponto de Cultura Loas – Xakriabá: construção do projeto

À época, dezembro de 2008, quando foi lançado o edital para seleção do Ponto de Cultura pela Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, PC/01/2008/MG, os Xakriabá estavam se preparando para iniciar a execução do projeto aprovado pelo Fundo de Cultura/2008. Enxergaram no edital do Ponto de Cultura a possibilidade de dar continuidade ao projeto da Casa de Cultura, localizada na Aldeia Sumaré I. O objetivo era utilizá-la como sede do Ponto de Cultura, que teria “atividades distribuídas em vários outros pontos da terra indígena como as ‘Casinhas de Cultura’ das aldeias Pedra Redonda, Pindaibas e Veredinha, nas ‘Casas de Medicina’ das aldeias Barreiro Preto e Caatinginha, nas Casas de Farinha e nas Escolas Indígenas. A construção do projeto do Ponto de Cultura, assim como de todos os outros, foi realizada a partir de discussões em reuniões com a comunidade e lideranças.

À época, os Xakriabá estavam iniciando sua participação em editais. Mais uma vez a equipe da UFMG teve uma participação decisiva na assessoria aos Xakriabá e na escrita no projeto. Após decisão das ações que iriam compor a proposta, o processo de

¹¹⁰ PROJETO do Ponto de Cultura. Encaminhado à SEC/MG em fevereiro de 2009.

sua escrita e de preenchimento das planilhas foi assumido pelos bolsistas do FIEI e alunos de graduação e pós-graduação da UFMG.

De acordo com as exigências do edital, o projeto do Ponto foi construído com a previsão de implantação em três anos. Propunha as seguintes ações: aquisição de kit multimídia (composto por microcomputador, estúdio de gravação de CDs, câmeras digitais, ilha de edição) e de aparelhos de som; instalação de uma rádio comunitária; realização de oficinas de informática, fotografia e vídeo, papel reciclado, fitoterápicos, loas, narração de histórias; realização de noites culturais; registros das festas, ritos e oficinas; organização de acervo, filmagens, edição de documentário.

3.5.2 Ponto de Cultura Loas – Xakriabá: execução do projeto

A experiência adquirida com a gestão do FEC 01/2008 encurtou muitos caminhos na execução do projeto “Ponto de Cultura Loas – Xakriabá”. Seu Nicolau, ainda presidente da associação, optou por uma gestão descentralizada, convidando um professor indígena para coordenar o Ponto de Cultura. Joel, professor na TIX formado pelo FIEI/UFMG, aceitou o desafio.

A gestão do projeto do Ponto de Cultura trouxe muitas novidades e desafios para Joel e para a AIXABP. O primeiro dos desafios, assim como no caso do projeto do Fundo de Cultura, foi entender o plano de trabalho aprovado e avaliá-lo tecnicamente para saber se seriam necessários ajustes, isto é, a reformulação do plano.

Como o plano de trabalho previa a montagem de uma rádio comunitária, o primeiro passo foi buscar conhecer como se dá a implantação de uma. Muitas dúvidas surgiram, tendo sido necessário buscar especialistas para a orientação. Foi criado um grupo de discussão, na UFMG, com alguns professores e alunos do FIEI, técnicos da Rádio UFMG e professores da área de comunicação para pensar em soluções viáveis, orientar e, inclusive, iniciar o trabalho com os alunos do FIEI para a programação da rádio. Esse grupo chegou à conclusão de que a implantação da rádio xakriabá deveria ser transferida para o terceiro ano de execução do Ponto de Cultura. Dessa forma os

Xakriabá teriam tempo para realizar todas as ações necessárias, inclusive conseguir autorização do Ministério das Comunicações para o funcionamento da rádio. Acreditava-se que até a execução do segundo ano do Ponto de Cultura a autorização seria conseguida. No primeiro pedido de reformulação do plano de trabalho, foi solicitada a transferência das ações relacionadas à rádio para o terceiro ano do Ponto de Cultura.

Uma vez que a SEC/MG não havia aceitado a contrapartida descrita na proposta inicial dos Xakriabá, na reformulação do plano de trabalho, após negociações entre esta secretaria e a AIXABP, decidiu-se pela formalização do meu trabalho junto à comunidade como contrapartida.¹¹¹ Minha participação no projeto é como voluntária e minha função é de supervisora geral do Ponto de Cultura (função atribuída pela SEC/MG).

Importante ressaltar que apesar dessas decisões terem sido tomadas pela direção da AIXABP, apoiadas pelo grupo de estudo para a implantação da rádio, foram realizadas, como de costume, reuniões com as lideranças e as comunidades para a comunicação e explicação do ocorrido.

Após essa primeira etapa foi iniciada a execução do plano de trabalho. Joel assumiu inteiramente a administração do projeto.

Então a partir daí eu comecei a conversar com Nico sobre o projeto do Ponto. E a buscar entender como que é esse projeto. Porque era um projeto que já tinha elaborado. Já tinha aprovado e essa etapa eu não participei. Eu não tive uma participação. Aí que no início foi essa dificuldade de entender um pouco o projeto. Porque essa parte aí de elaboração do projeto, a parte do edital do projeto, eu não tive a participação por uma dificuldade que eu tive de entender o projeto, qual é a ideia e o objetivo do projeto. Então eu peguei todos os documentos com o Sr Nico. O convênio, plano de trabalho, o projeto escrito, que estava numa apostila. Peguei com o Senhor Nico, comecei a ler, a ver o projeto. E Nico é... deu pra mim assim, o cheque, o cartão. "Aí, tão, eu

¹¹¹ A princípio a contrapartida, no valor de R\$ 12.000,00 por ano, não poderia ser dada em serviços voluntários ou através de instituição parceira. Essa questão foi muito discutida entre a SEC e os Pontos de Culturas conveniados em Minas Gerais, ficando finalmente acordado que a contrapartida poderia ser dada por pessoa física como serviço de supervisão geral. Sendo assim, prontifiquei-me a prestar serviço ao Ponto de Cultura Loas, como voluntária, o que significou a contrapartida.

vou deixar com você. Como você vai ser um coordenador você vai me ajudar porque eu estou em outros projetos". (Joel)¹¹²

Joel foi aos poucos entendendo a proposta do Programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura, e, ao mesmo tempo, os procedimentos ligados à gestão do projeto. A gestão do Ponto de Cultura se constituía um pouco mais complexa do que a gestão do Fundo de Cultura. Não era simplesmente implantar, administrar e fazer o Ponto funcionar, mas conectá-lo a uma rede de Pontos no Brasil inteiro, adquirir equipamentos, aprender a manejá-los, implantar uma rádio, e também fazer acontecer as oficinas previstas, com a participação de seu público alvo, os jovens Xakriabá. A facilidade de manejo das novas tecnologias e o fascínio de Joel por elas facilitaram muito a implantação do Ponto. À época ele já fazia registros fotográficos e de vídeo das ações que aconteciam na TIX.

Após a autorização do pedido de reformulação do plano de trabalho, iniciamos a execução. O primeiro desafio foi a aquisição dos equipamentos. Tínhamos uma série de equipamentos a serem adquiridos, mas se procedêssemos à compra de todos eles juntos, em um só pacote, correríamos o risco de não encontrar, na região, fornecedores que atendessem a toda a lista de equipamentos previstos no plano de trabalho. Ainda que encontrássemos, o valor total ultrapassaria oito mil reais e, de acordo com a Lei nº 8.666/1993,¹¹³ seria necessário efetuar a compra através de tomada de preço (licitação), processo complicado, burocrático e demorado que os Xakriabá não conheciam. A opção mais sensata encontrada foi reagrupar alguns equipamentos criando pequenos pacotes, de forma a permitir a utilização da modalidade carta-convite¹¹⁴.

Para a elaboração das cartas-convite, contamos com a colaboração de um advogado especialista em processos licitatórios. Em seguida Joel iniciou a distribuição delas. Para

¹¹² Em entrevista concedida na TIX em 28 de julho de 2013.

¹¹³ A Lei n. 8.666/1993 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações.

¹¹⁴ "Carta convite é a modalidade entre interessados do ramo pertinente ao objeto que se contrata, podendo ser cadastrado ou não, convidados em um número mínimo de três pela unidade administrativa, a qual, afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até vinte e quatro horas da apresentação das propostas" (DAMICO, [s.d.], disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2544>).

conseguir efetuar as compras foi necessário convidar também empresas do Município de Montes Claros, pois devida às especificidades dos equipamentos, os municípios vizinhos à TIX não os comercializavam.

O processo de compra dos equipamentos foi muito difícil e custoso para Joel. Aliado às dificuldades do processo tínhamos os procedimentos de consulta coletiva dos Xakriabá, as distâncias dos fornecedores, a dificuldade de comunicação.

como que eu faria a compra do equipamento? De que forma? Porque tinha que fazer; no projeto tinha que fazer a licitação ou orçamento.¹¹⁵ Então eu aí não entendi muito. Não estava muito por dentro. Então a partir que eu tive essa orientação da Terezinha, que eu fui lá em BH, que fez todos os orçamentos direitinhos, não é. Então isso foi durante o curso ainda. Eu peguei alguns dias que eu não tive aula, aí eu fui me dedicar a esse orçamento, desse projeto. E aí quando eu vim pra cá, quando terminou o módulo lá e vim pra cá, aí eu comecei a distribuir os orçamentos pra fazer a compra dos equipamentos. E aí foi três orçamentos pra cada fornecedor.¹¹⁶ E aí que eu comecei a entender. Comecei... “Ah, então vou ter que fazer isso”. Eu fui lá e fiz, comprei, eu vi... Entreguei e depois eu fui lá e peguei os orçamentos. Vi quem ganhou e fui lá e indiquei o fornecedor, pra tá informando que ele ganhou. Então pra tá comprando pra pôr na mão dele. E aí, depois que nós compramos os equipamentos, a gente começou a desenvolver as oficinas do ponto. (Joel)¹¹⁷

Nesse início dos trabalhos Joel se apresentava sempre tenso e inseguro, sem saber por onde começar, sem saber o que fazer. Do entendimento do processo de gestão que se iniciava para Joel, das discussões nas comunidades, da readequação do plano de trabalho, da montagem de uma pequena estrutura, até o início das compras, tudo isso levou algum tempo para se concretizar. O início da execução do primeiro ano do projeto quase coincidiu com o prazo para a sua finalização.

O primeiro ano do Ponto de Cultura foi muito atribulado. Muitas exigências legais, e, acima de tudo as decisões que deveriam ser tomadas para a implantação física do Ponto de Cultura e da rádio. Como a Casa de Cultura não estava pronta, e seria também necessário o fechamento das salas destinadas ao Ponto, bem como o

¹¹⁵ Ao dizer “orçamento”, Joel estava se referindo às cartas convites.

¹¹⁶ Eram necessários três orçamentos para cada equipamento e ou pacote de equipamentos.

¹¹⁷ Em entrevista concedida na TIX em 28 de julho de 2013.

fechamento e isolamento acústico do espaço destinado à rádio,¹¹⁸ a alternativa encontrada foi utilizar a antiga sede de uma escola, ao lado da Casa de Cultura, para sua instalação. Algumas adaptações foram realizadas e o espaço se transformou na sede do Ponto de Cultura Loas.

E assim eu fui fazendo essas oficinas, conversando com o Seu Nico, como que a gente faria essa oficina. Nós pensamos em chamar várias pessoas de várias comunidades, pra participar das oficinas, pra também assim aproveitar e divulgar o trabalho do Ponto. E aí a gente começou a chamar duas pessoas de várias aldeias, jovens do ensino médio. A primeira oficina que a gente fez foi de informática. A gente não tinha estrutura ainda, os equipamentos que nós compramos foi o som, o computador, uma câmera. E aí a gente não tinha vários computador, a gente tinha que fazer lá no Barreiro. Porque lá na biblioteca tinha uns computadores. E aí a gente começou a fazer a oficina de informática. E aí nós chamamos jovens de várias aldeias. (Joel)¹¹⁹

O processo de implantação e acompanhamento dos Pontos de Cultura em Minas Gerais, num primeiro momento, foi muito tumultuado. A SEC/MG não possuía informações para todas as perguntas surgidas, principalmente as questões levantadas e os problemas relacionados aos Pontos de Cultura Indígenas. Foi contratada uma empresa que passou a prestar assessoria aos Pontos, mas tanto a SEC/MG quanto a empresa contratada não conheciam a realidade das aldeias indígenas. Dessa forma, a obtenção de orientações se tornava ainda mais difícil. Nem sempre a comunicação com os Xakriabá era possível. Internet na TIX, só via telefone, em apenas algumas casas e em umas poucas escolas, longe da sede do Ponto de Cultura e da residência do Coordenador Joel. Na maioria das vezes, quando se conseguia acesso à informação, ela de mais nada valia.

Quanto aos aspectos burocráticos ligados à gestão do Ponto de Cultura, o processo de compra e a montagem da primeira prestação de contas foram os mais longos e difíceis. Joel ainda não tinha conhecimento e clareza da linguagem financeira – movimentação bancária, contratos, recibos. Como Seu Nicolau havia passado toda a responsabilidade para ele, inclusive a administração da conta bancária, Joel entrava em pânico a cada

¹¹⁸ A Casa de Cultura é uma construção que utiliza tijolo de solo, cimento e madeira. As janelas são fechadas com esteiras. Para a guarda e uso de equipamentos nas salas é necessário um fechamento mais adequado por causa da poeira.

¹¹⁹ Em entrevista concedida na TIX em 28 de julho de 2013.

indagação com relação às notas fiscais, contratos e extratos bancários, temendo a possibilidade de ter cometido um erro. Foi necessário, da mesma forma que na gestão do Fundo de Cultura com Seu Nicolau, um intenso trabalho junto a Joel, passo a passo.

Então foi uma dificuldade que a gente... questão de planejamento, de pensar um pouco. Acabou que a gente, assim, eu entendi que o era... acabou que eu sempre coloquei na cabeça como que era a primeira vez que eu estava mexendo, coordenando o projeto. Isso era uma coisa que ia acontecer. Então aí, passando um ano de projeto veio o segundo ano e eu fui cada vez entendendo mais um pouco de projeto. (Joel)¹²⁰

No segundo ano, ou melhor, na segunda liberação de recurso,¹²¹ Joel já estava entendendo melhor todas as situações que estava vivendo. Utilizava corretamente todos os termos técnicos, administrava o Ponto com maestria, se tornando a cada dia mais seguro e autônomo. O número de ligações que fazia para mim caiu cerca de 80%. Começou também a fazer contatos diretos com a SEC/MG e a empresa por ela contratada. Buscou qualificação na área de *design*, participou ativamente de todas as oficinas oferecidas pelo Ponto e começou a procurar formas de suprir o Ponto de Cultura com insumos que não estavam previstos no plano de trabalho.

Em maio de 2014, Joel iniciou os gastos dos recursos repassados para o terceiro e último ano do Ponto de Cultura Loas.¹²² As grandes dificuldades encontradas estão colocadas pelos procedimentos do próprio Governo do Estado; pela falta de planejamento com relação às políticas implantadas, pela inobservância das obrigações do próprio Governo previstas no edital e nos convênios assinados, e o desconhecimento das condições reais da TIX. Até o presente momento o Ponto não possui internet, nem autorização para o funcionamento da rádio.

Para o funcionamento da rádio é necessária autorização do Ministério das Comunicações (MC). Empreendemos muitos esforços, inclusive junto ao MinC e SEC, mas não conseguimos ajuda. Todos os esforços feitos nesses anos pelos Xakriabá e pela equipe da UFMG constituída para assessorá-los nesta ação não obtiveram retorno.

¹²⁰ Em entrevista concedida na TIX em 28 de julho de 2013.

¹²¹ A liberação das parcelas financeiras para o Ponto de Cultura Loas foi: recurso referente ao 1º ano – 2010, recurso referente ao 2º ano -2012 e recurso referente ao 3º ano – 2014.

¹²² - Hoje a gestão do Ponto de Cultura é de Joel, minha participação tem acontecido pontualmente.

Somente após interferência política é que o processo deu seu primeiro passo dentro do MC. Com toda certeza, podemos dizer que se dependesse dos financiadores, MinC e SEC/MG, os Xakriabá não teriam dado nem o primeiro passo, muito pelo contrário: ao procurar a SEC/MG para pedir orientação e apoio para a solução do problema foi sugerida uma nova reformulação do plano de trabalho, excluindo a implantação da rádio comunitária.

Observa-se que as dificuldades encontradas ao longo do processo de gestão do Ponto de Cultura Loas são muitas e evidenciam a inadequação do sistema legal a projetos como esses.

O problema reside justamente no fato de o Estado não ter um histórico de estabelecer parcerias formais com parte de grupos sociais, distanciando-se, cada vez mais, de seus representantes, desconhecendo ou se tornando insensível à realidade dessas entidades, que, em sua maioria, não possuem um corpo funcional fixo, dependem de voluntários para a execução de suas atividades, e, assim não conseguem também contar com uma sistemática de funcionamento no âmbito de sua estrutura administrativa. (LACERDA; MARQUE; ROCHA, 2010, p, 125)

O desconhecimento por parte do Estado das especificidades dos grupos tradicionais, bem como a falta de uma política de fomento direcionada a esses grupos, os levam a buscar parcerias que aparentemente possam ser boas e eficientes, mas que podem trazer consigo o perigo latente da dependência de agentes externos e da submissão a parâmetros também exteriores e que nem sempre encontram uma versão possível nas dinâmicas das comunidades.

Contudo, devemos destacar que o Ponto de Cultura possibilitou aos Xakriabá contato com equipamentos que permitem autonomia para produzir CDs, vídeos, hipertexto/multimídia, arte em diferentes linguagens. Permitiu aos jovens Xakriabá o acesso a recursos tecnológicos, digitais e audiovisuais, tornando-se um importante instrumento emancipatório. Esses são exemplos concretos da forma com que os Xakriabá estão operando o conceito de sociedade translocal.

É... agora assim, a gente trabalha com essa área de filmagem, as pessoas procuram a gente pra registrar os casamentos. O pessoal paga. Isso também é uma coisa que mudou. Chamar algumas pessoas de fora

pra fazer. Ainda continua ainda porque a gente não divulgou ainda. Então, agora a gente é que está prestando serviço à comunidade.
(Joel)¹²³

3.6 Prêmio Culturas Indígenas: editais

O Prêmio Culturas Indígenas foi criado em 2006 pelo MinC, a partir de indicação do Grupo de Trabalho para as Culturas Indígenas (GT Indígena). A cada edição o Prêmio é realizado por uma organização indígena em parceria com o MinC. O Prêmio Culturas Indígenas é patrocinado pela Petrobrás e concedido a indígenas que se propõem a realizar ações e trabalhos de fortalecimento de suas expressões culturais, e/ou a divulgação de sua “cultura”. Até a presente data foram realizadas quatro edições do Prêmio: em 2006, edição Ângelo Cretã; em 2007, edição Xicão Xukuru; em 2009, edição Marçal Tupã; em 2012, edição Raoni Metuktire.

O Prêmio Culturas Indígenas (ANEXO IV) tem como objetivos:

valorizar e dar visibilidade às iniciativas culturais dos povos indígenas, fortalecer as expressões culturais e a identidade cultural dos povos indígenas, contribuindo para a continuidade de suas tradições; conhecer e divulgar as iniciativas culturais indígenas, bem sucedidas; incentivar a participação plena e efetiva dos indígenas na elaboração e no desenvolvimento de projetos e ações; contribuir para o reconhecimento da importância das expressões indígenas para a cultura brasileira; estimular o intercâmbio com as culturas não indígenas a partir do ponto de vista indígena; subsidiar a elaboração de políticas públicas específicas na área cultural voltadas aos povos indígenas.

A cada edição do prêmio são selecionadas iniciativas culturais dentre as propostas apresentadas, sendo observadas as categorias que abarcam as diversas expressões das culturas indígenas: religião, rituais e festas tradicionais; língua indígena; mitos, histórias e outras narrativas orais; músicas, cantos e danças; textos escritos; teatro e histórias encenadas; audiovisual, CDs, cinema, vídeo ou outros meios eletrônicos; memória e patrimônio: documentação, museus e pesquisas aplicadas; medicina tradicional; alimentação: plantio/coleta de produtos naturais e culinária tradicional; jogos e brincadeiras; artesanato; pinturas corporais, desenhos, grafismos e outras formas de

¹²³ Em entrevista concedida na TIX em 28 de julho de 2013.

expressão simbólica; arquitetura tradicional; educação e práticas educacionais que valorizem as culturas indígenas.

Para concorrer ao prêmio, os proponentes podem apresentar projetos impressos ou enviados pela internet; escritos à mão usando caneta; gravados em fita cassete ou vídeo (VHS) seguindo o roteiro da ficha de inscrição. Devem ser encaminhados juntamente com as propostas os documentos de identificação, carta ou fita cassete contendo depoimentos da(s) comunidade(s) indígena(s) beneficiária(s) endossando a iniciativa. O proponente poderá anexar materiais complementares, tais como: fitas VHS, DVDs, fitas-cassete, CDs, fotos, folhetos da iniciativa, matérias de jornal abordando a iniciativa, outros materiais (cartazes, desenhos, etc.).

Ao avaliar as iniciativas inscritas, a comissão de seleção considerará os aspectos: fortalecimento das expressões culturais indígenas, se a iniciativa valoriza a cultura e a identidade dos povos indígenas, a possibilidade da iniciativa servir de exemplo a outras comunidades, as modificações que podem ser produzidas no contexto sociocultural e ambiental sobre o qual incide a iniciativa, se a iniciativa valoriza o uso das línguas indígenas. Na seleção das propostas, somente são aceitas iniciativas concebidas e realizadas de forma comunitária, e não individual.

Dentre as participações dos Xakriabá em editais promovidos pelos órgãos de cultura, é facilmente observável que esse foi o único edital direcionado aos povos indígenas. Os outros dois editais analisados, FEC 01/2008 e Ponto de Cultura, foram universais, em que os Xakriabá disputaram o recurso com inúmeras instituições de diferentes segmentos e composição e só obtiveram sucesso porque contaram com vários mediadores e conseguiram, em seus projetos, comprovar sua excelência.

3.6.1 Prêmio Culturas Indígenas: construção e execução dos projetos

A participação no edital do Prêmio Culturas Indígenas é considerada simples pelos Xakriabá com os quais conversei sobre o assunto. Entre as facilidades de participação estão o preenchimento dos formulários e as diversas formas de encaminhamento da

proposta; a possibilidade de participação de pessoa física; a facilidade no gasto dos recursos, que pode ser comprovado através de recibos. Essa facilidade tem levado várias pessoas que nunca tinham escrito um projeto a participar. Exemplo dessa participação são as professoras Rosania e Luzineide. Elas ganharam o prêmio da 4ª edição, de 2012.

Foi o primeiro que nós tentamos escrever. Tentamos não, escrevemos. Aí deu certo apesar de ser o primeiro, nós ficamos assim em dúvida. Porque nós buscava ajuda com um, eles estava preocupado com o deles também e aí não podia atender nós. Aí a gente pegou, né: ah! nós vamos escrever do jeito que nós achar. Deu certo, nós sentamos, escrevemos e enviamos. (Rosania e Luzineide)¹²⁴

A construção dos projetos a serem encaminhados para o Prêmio Culturas indígenas, na TIX, são, na maioria das vezes, iniciativas individuais com o objetivo de realizar uma ação considerada necessária e coletiva. Na TIX, as propostas partem de membros da comunidade, são discutidas e autorizadas em reuniões, e referendadas pela liderança e pelo cacique. Se a comunidade já discutiu aquela proposta, ela foi aprovada e se encontra em pauta de reivindicação, basta apenas a anuência da liderança e do cacique.

A prestação de contas deve ser feita para a comunidade, para o financiador deve ser enviado apenas um relatório. A proposta surge na comunidade e, quando há recebimento do recurso, é realizada. Quem aprova a prestação de contas é a comunidade que recebeu o benefício. A aceitação de recibo como forma de comprovação de gasto possibilita, segundo os Xakriabá, a participação direta da comunidade. O recurso circula na terra Indígena dando possibilidade de trabalho e renda aos moradores. A não exigência de nota fiscal possibilita também que pequenos comerciantes da terra indígena participem do projeto.

A formatação do projeto é muito simples, e apesar de o recurso ser pequeno (R\$ 15.000,00 ou R\$ 20.000,00, dependendo da escolha do participante), é uma proposta de financiamento que tem demonstrado grande apropriação por parte dos Xakriabá dos processos de gestão cultural. A partir dessas iniciativas, podemos considerar que hoje

¹²⁴ Em entrevista concedida na TIX em 29 de julho de 2013.

temos vários gestores culturais individuais na TIX. Eles cuidam de todo o processo, da formatação da proposta, execução e prestação de contas.

Zeza, que participou da gestão do FEC 01/2008, e que assim como Seu Nicolau aprendeu muito sobre a gestão cultural, já recebeu um Prêmio de Culturas indígenas pelo projeto “Casa de Sabão Xakriabá sustentável” e comenta:

Os prêmio é mais fácil. O prêmio você monta uma... uma prestação pra comunidade, você não precisa desenvolver o projeto, reúne com a comunidade do projeto, o pessoal assina ali, e a Liderança, o cacique assina pra você ir lá, apresentar. Reuni novamente, pra reunir na comunidade, vai fazendo e mostrando o processo todo. Ah! você monta a pastinha pra comunidade. Você não tem que enviar. Você envia pra lá um relatório, falando que já fez, mandando uma foto, alguma coisa assim. É, o do prêmio é mais, é mais tranquilo assim, nesse sentido, porque você vai prestar só pra comunidade. Esse outro não, você tem que prestar a comunidade, prestar pra quem forneceu lá o recurso. (Zeza)¹²⁵

A participação dos Xakriabá em editais menores tem se intensificado, o que tem permitido que avancem em seu propósito de *levantamento de sua “cultura”*. Muitos desses projetos estão relacionados a locais de integração e práticas; espaços coletivos destinados à produção, reuniões, encontros, rituais, mostras e oficinas. Segundo as duas publicações existentes relativas aos prêmios¹²⁶ temos, na 1ª edição, em 2006, duas premiações para os Xakriabá (não foi possível identificar quantas iniciativas participaram); na 2ª Edição, em 2007, os Xakriabá concorreram com 29 propostas, tendo sido premiadas quatro iniciativas.

É importante ressaltar, ainda, que prêmio é algo concedido, normalmente, por mérito. A pessoa que recebe um prêmio, no caso dessa proposta, tem um compromisso moral com seus pares de executar o que foi acordado. O edital traz algumas regras para que haja um compromisso do proponente com a comunidade, mas juridicamente não há impedimento para que o premiado gaste o recurso do prêmio com seus projetos pessoais. Essa conduta, inclusive, tem sido causa de algumas desavenças em grupos indígenas.

¹²⁵ Em entrevista concedida na TIX em 2de julho de 2013.

¹²⁶ PRÊMIO..., 2007, disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/106378185/Catalogo-Premio-Culturas-Indigenas-2006-Edicao-Angelo-Creta>>; PRÊMIO..., 2008.

O prêmio foi uma alternativa encontrada para que os recursos chegassem até os indígenas de forma que eles pudessem utilizá-los, foi uma forma de driblar a burocracia. Assim como as outras ações apresentadas neste trabalho, não possui nenhuma garantia de continuidade, apresentando-se ainda mais frágil, uma vez que é um recurso patrocinado.

Contudo é admirável a postura dos Xakriabá que participaram e receberam os prêmios. Durante o tempo de contato com os Xakriabá sempre escutei elogios ao trabalho dos premiados. Apesar dos valores serem baixos, as pequenas ações realizadas têm proporcionado maior interação entre os Xakriabá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o tempo de pesquisa e também de trabalho com os Xakriabá me revelaram que não temos uma política pública, na área da cultura, voltada para os povos indígenas. Por esse motivo, a partir de agora utilizarei a palavra *ação* para me referir às políticas implantadas pelo MinC e pela SEC/MG.

Mesmo com uma proposta de política pública cultural avançada, em relação ao que existia antes de 2003, tanto o MinC quanto a SEC/MG ao implantarem essas novas ações políticas assumiram muito mais uma prática cartorial de financiamentos de projetos do que propriamente a implantação e fortalecimento dessas propostas. Concentraram suas ações em análises de papéis, critérios e na observância de cumprimento de regras. O acompanhamento da execução dos convênios foi praticamente nulo e a fiscalização se deu apenas por análise de notas fiscais, extratos bancários, contratos e relatórios. Em todas as etapas e processos, os procedimentos se mostraram pouco eficientes e frágeis.

A partir das falas dos Xakriabá, de todos os episódios relatados durante as proposições e execuções dos projetos em análise nesta pesquisa, fica claro que as ações públicas de fomento à cultura, assim como todas as outras ações presentes na TIX, apresentam-se de forma fragmentada e isolada. Os órgãos concedentes trabalham de forma independente, não se interagem, e, menos ainda, conhecem a realidade de seus proponentes. A ação cultural tem sido, na prática, uma política de editais. Esses editais, quando apresentam uma possibilidade maior de recursos a serem distribuídos, são universais, isto é, todos podem concorrer, independentemente de suas particularidades. Dessa forma, grandes instituições têm as mesmas chances que as pequeninas e despreparadas instituições (despreparadas no sentido de não possuírem conhecimento e domínio dessas formas de concorrências). Isto significa que para os grupos tradicionais e minoritários, como é o caso dos indígenas, só com uma eficiente mediação é que há chances reais de concorrer com os profissionais da área de captação de recursos.

Quando conseguem ser beneficiados, passando por esse funil, as possibilidades de conseguirem gastar os recursos e permanecerem adimplentes, mais uma vez, só é possível através de parceiros, mediadores bastante presentes. Outra questão a ser considerada é que as diretrizes que regem os grandes editais não são necessariamente as mesmas que regem os grupos tradicionais. Quando da participação, *a priori*, o proponente está aceitando as regras do jogo.

Concluimos que a ação das políticas públicas caminha na contramão dos preceitos indígenas. A ação a eles direcionada, o Prêmio de Culturas Indígenas, é apenas uma possibilidade pontual, uma bonificação, talvez por continuarem existindo apesar das adversidades. Assim como todas as outras ações políticas implantadas, não há garantia de sua continuidade. São esporádicas, com distribuição de montantes irrisórios de dinheiro. Não colaboram para a criação e desenvolvimento de um planejamento para a preservação e revitalização das “culturas” indígenas. Da forma em que é oferecida, atua de forma antagônica à lógica indígena, valorizando o individual em detrimento do coletivo.

Esta pesquisa nos revela que as ações implementadas pelo governo não dão aos Xakriabá, e por extensão aos demais povos indígenas, as condições necessárias para o desenvolvimento de sua capacidade autônoma, enquanto uma sociedade culturalmente diferenciada. Pelo contrário, em todas as situações vividas pelos Xakriabá através da AIXABP, destacadas nesta pesquisa, constatam-se as dificuldades enfrentadas frente a uma ação política inapropriada para os indígenas.

Há que se reconhecer que se hoje os grupos indígenas participam das ações propostas no âmbito da cultura, estão ousando e correndo riscos, pois estão participando de ações direcionadas por princípios que são incoerentes com suas “culturas”. Ao participarem dessas ações passam a ser “tutelados” pela burocracia: do controle pela tutela ao controle burocrático.

Nem mesmo a proposta do Ponto de Cultura, parte integrante de um dos maiores programas de governo na área da cultura, levou em consideração as minorias étnicas e suas reais condições. Haja vista que o Ponto de Cultura Loas, cinco anos após a

assinatura de seu convênio, ainda não possui internet e uma de suas ações, a mais cara aos Xakriabá, a rádio comunitária, não consegue sequer sair do papel. Uma proposta para três anos se arrasta sofrendo impactos pela falta de continuidade e desarticulação governamental, sem apoio, acompanhamento e garantia de aportes financeiros no futuro, se necessário, para construir sua sustentabilidade. Diante dessa situação permanece o questionamento; será que os jovens que estão sendo preparados para essa novíssima possibilidade na TIX terão condição de sobreviver dessa possibilidade e ainda manter o Ponto de Cultura funcionando?

Outro aspecto a ser considerado é com relação às dimensões da cultura adotadas pelo MinC. Ficou muito claro no texto o zelo com a dimensão econômica, "com o potencial da cultura para gerar dividendos, produzir lucro, emprego e renda" (BRASIL, 2012, p. 18); enfim, que a cultura está sendo crescentemente dirigida como um recurso para a melhoria sociopolítica e econômica (YÚDICE, 2013. p, 25). Será que a cultura se reduz a isto? O que poderá acontecer com a "cultura" se ela continuar sendo objeto de resolução de problemas que antes eram domínio da economia e da política? Quais os riscos que as comunidades indígenas estão correndo ao participarem dessas ações?

Contudo, concluímos que os Xakriabá "não estão fugindo à responsabilidade de elaborar culturalmente tudo aquilo que lhes foi infligido. Eles vêm tentando, com muita propriedade, incorporar o sistema mundial a uma ordem ainda mais abrangente: seu próprio sistema de mundo" (SAHLINS, 1997a, p. 52). A forma com que absorveram a proposta econômica, e a inseriram dentro de seu "próprio sistema de mundo" é um bom exemplo. Os Xakriabá estão revitalizando suas práticas construindo facilidades para que os *antigos* tenham possibilidade de retomar seus fazeres tradicionais e para que os jovens conheçam, aprendam e desenvolvam essas práticas. Estão utilizando os recursos advindos dos editais, e dos programas governamentais para realizarem sua proposta de descentralização dos espaços culturais, levando-os para as aldeias (Casinhas de Cultura, Casinhas de Sabão, Casinhas de Medicina, Casinhas de Farinha, Ponto de Cultura), residências (fornos para a queima de objetos cerâmicos), e espaços estratégicos (dedicados aos rituais e festas). Com essas ações observa-se que a escola passou a ser mais um espaço cultural, dividindo com todos os outros a

responsabilidade de “*construir um planejamento para que o povo possa andar paralelamente a essas mudanças sem se perder*” (Hilário).¹²⁷ Observa-se também que, “dentro de seu próprio sistema de mundo” estão buscando utilizar seus produtos culturais como alternativas para a melhoria da qualidade de vida e para sua autossustentação, dentro do princípio do bem-viver. Apesar de estarem inseridos em uma política fragmentada, estão buscando construir suas ações de forma coesa, apoiadas em suas experiências e histórias do passado, sem se perder de vista o futuro, buscando sempre a troca intergeracional.

Diante dessas análises, finalizamos com o entendimento de que uma proposta de política cultural dirigida aos povos indígenas deve ser construída respeitando sua concepção de “*cultura*”. Trabalhar com política cultural significa assumir que essa não pode ser setorizada ou fragmenta, e que deve abarcar as várias concepções de cultura existentes. Não é mais possível lançar meras ações políticas como se estivessem implementando políticas públicas.

¹²⁷ Em entrevista concedida na TIX em 25 de julho de 2013.

REFERÊNCIAS

ALBERT, Bruce. Associações indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. In: RICARDO, Carlos Alberto (Org.). **Povos indígenas no Brasil 1996-2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), 2000.

BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. (Org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 37-60.

BOGDAN, R.; BIKLE, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Ed., 1994.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 21 jul. 2014.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt, Luiz Eduardo Alves de Siqueira. 27. Ed. São Paulo: Saraiva, 2001. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL. Ministério da Cultura. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012.

BRASIL. Ministério da Cultura. Comissão Permanente de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Cultura** – diretrizes gerais. 2. ed. Atualização e revisão do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Brasília: MinC, 2008. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/10/pnc_2_compacto.pdf>.

BRASIL. Ministério da Cultura. Edital de Concurso Público n. 2, de 14 de setembro de 2006. Prêmio Culturas Indígenas 2006. **Diário Oficial da União** (DOU), n. 181, Seção 3, 20 set. 2006, p. 7-8. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=7&data=20/09/2006>>; <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=8&data=20/09/2006>>. Acesso em: 27 jan. 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Portaria n. 156 de 06 de julho de 2004**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/12916/portaria-156-de-2004.pdf/2389bd2c-52f9-409f-9309-04e8890e0946>>. Acesso em: 2 out. 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural. **Plano Setorial para Culturas Indígenas**. Brasília: MinC, SID, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 6.001 de 19 de dezembro de 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm>. Acesso em: 3 ago. 2012.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CARTEIRA Indígena. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/carteira-indigena>>. Acesso em 15 jun, 2014.

CONFLITO em Minas Gerais: Índios Xacriabás invadem fazenda no Norte de Minas. 2 set. 2013. Disponível em: <<http://www.questaoindigena.org/2013/09/conflito-em-minas-gerais-indios.html>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Conhecimentos tradicionais – os efeitos perversos do regime de propriedade intelectual. Preparação de Lívia Chede Almendary. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (Ed.). **Povos indígenas no Brasil: 2001-2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. p. 96-99.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DAMICO, Pandolfi. **As fragilidades da carta convite**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2544>. Acesso em: 4 ago. 2014.

DECLARAÇÃO de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, Estocolmo, jun. 1972. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-meio-ambiente-humano.html>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

DECLARAÇÃO do México, México, 1982. Disponível em: <<http://formacaompr.files.wordpress.com/2010/03/1982-declaracao-de-mexico.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2013.

DEUBEL, André-Noël Roth. **Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación**. Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.

ESCOBAR, Suzana A. **Os projetos sociais do povo indígena xacriabá e a participação dos sujeitos: entre o “desenho da mente”, a “tinta no papel” e a “mão na massa”**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

FONSECA, C. Quando cada caso NÃO é um caso! **Revista Brasileira de educação**, n. 10, p. 58-78. 1999.

FOLADORI, Guillermo; TAKS, Javier. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. *Mana*, Rio de Janeiro, v.10, n. 2, p. 330-331, out. 2004.

GALLOIS, D. Tilkin. (Org.). **Patrimônio Cultural Imaterial e povos indígenas – exemplos no Amapá e Norte do Pará.** [s.L.]: Iepé, 2006.

GOMES, Ana Maria R.; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **Educação e alternativas de produção junto às comunidades Xakriabá.** Belo Horizonte: FAE/UFMG, CEDEPLAR/FACE, 2005a.

GOMES, Ana Maria Rabelo *et al.* Educação e alternativas de produção junto às comunidades Xakriabá. In: ENCONTRO De EXTENSÃO DA UFMG, 8., 2005, Belo Horizonte, **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2005b.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Cultura. Superintendência de Fomento e Incentivo à Cultura. Diretoria do Fundo Estadual de Cultura. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. **Edital para apresentação de projetos culturais – Edital FEC 01/2008.** Belo Horizonte, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Governo. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Auditoria-Geral do Estado. **Manual do Cadastro Geral de Convenientes do Estado de Minas Gerais.** [S.l.]: [s.n.], 2007.

GUSTAVO Capanema. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Gustavo_Capanema>. Acesso em: 16 set. 2014.

HANSON, Denise. **Gestão e cultura: UM panorama dos argumentos pró e contra.** [s.d.]. Disponível em: <www.aedb.br/seget/artigos07/11_Hanson%20Gestao%20e%20Cultura.pdf>. Acesso em: 22 out. 2012.

HOLLANDA, Ana de. Um plano Nacional de Cultura. In: BRASIL. Ministério da Cultura. **As metas do Plano Nacional de Cultura.** São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012. p. 6-7.

ÍNDIOS Xacriabá. **O tempo passa e a história fica.** Belo Horizonte: SEE-MG/MEC, 1997. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/230884/0-tempo-passa-e-a-historia-fica>>. Acesso em: 4 mar. 2014.

LACERDA, Alice Pires de; MARQUES, Carolina de Carvalho; ROCHA, Sophia Cardoso. Programa Cultura Viva: uma nova política do Ministério da Cultura. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). **Políticas culturais do governo Lula.** Salvador: EDUFBA, 2010. (Coleção CULT).

LAGROU, Els. **Arte indígena no Brasil: agência, alteridade e relação.** Belo Horizonte: C/Arte, 2009.

LEI Rouanet. 13 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/11/lei-rouanet>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

LONDRES, Cecília. A invenção do patrimônio e a memória nacional. In: BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas.** Rio de Janeiro: Ed.

Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista (SP): Universidade de São Francisco, 2001.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **“Projeto é como branco trabalha; as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar”**: experiências dos povos indígenas do alto Rio Negro. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia. São Paulo: Abril, 1978. (Os Pensadores).

MARBERTI, Sérgio. A gestão da Cultura – um desafio de todos. In: BRASIL. Ministério da Cultura. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012. p. 10-11.

MARIO de Andrade. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1rio_de_Andrade>. Acesso em: 16 set. 2014.

MATHIAS, Fernando. Novos rumos e alternativas de proteção. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (Ed.). **Povos indígenas no Brasil: 2001-2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

MENDONÇA, Augusta Aparecida Alves de. **“Fechando para a conta bater”**: a indigenização dos projetos sociais xakriabá. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MINC. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/pnc/diagnosticos-e-desafios/gestao-publica/participacao-social/>>. Acesso em: 02 jan. 2013.

MINC. 17 abr. 2009. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/site/2009/04/17/cento-e-cinquenta-novos-pontos-de-cultura-indigenas-serao-instalados-ate-o-fim-de-2010/>>. Acesso em: 21 maio 2014.

MINC. 22 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2007/11/22/glossario/>>. Acesso em: 4 jan. 2013.

MIRANDA, Célio Turino de. Cultura no plural: conversa com Célio Turino sobre o conceito de cultura (e seus usos) nas políticas públicas brasileiras. Entrevista concedida a Carla Delgado de Souza, Ilana Seltzer Goldstein e Rodrigo Charaffedine Bulamah. **Revista Proa**, Campinas, UNICAMP, n. 1, v. 1, p. 303-314, 2009. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/proa/pdfs/Entrevista%20Celio%20Turino%20-%2018.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2014.

NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. **Gerais a dentro e a fora**: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

O MINISTÉRIO – Apresentação. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/o-ministerio>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

OBJETIVOS operacionais e competências legais. [s.d.]. Disponível em: <<http://www3.cultura.mg.gov.br/institucional/objetivo-operacional-e-competencias-legais>>. Acesso em: 1 abr. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**, 20 out. 2005. Texto oficial ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>>. Acesso em: nov. 2013.

PEREIRA, Verônica Mendes. A educação escolar indígena em Minas Gerais. **Paidéia** – Revista do Curso de Pedagogia da Universidade Fumec, Belo Horizonte, a. 6, n. 6, p. 25-39, jan./jun. 2009

PLANO Nacional de Cultura. 2012. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

PRÊMIO Culturas Indígenas. São Paulo: SESC, 2007. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/106378185/Catalogo-Premio-Culturas-Indigenas-2006-Edicao-Angelo-Creta>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

PRÊMIO Culturas Indígenas. São Paulo: SESC, 2008.

PRÊMIO. [s.d.]. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Pr%C3%AAmio>>. Acesso em: 13 jun. 2010.

REISEWITZ, Lúcia. **Direito ambiental e patrimônio cultural**: direito à preservação da memória, ação e identidade do povo brasileiro. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. **Iluminuras** – Revista Eletrônica do BIEV/PPGAS/UFRGS, v. 9, n. 21, 23 p., 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9301/5371>>. Acesso em: 24 ago 2012.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). **Mana** – Estudos de Antropologia Social do Museu Nacional. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2455.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2012.

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte II). **Mana** – Estudos de Antropologia Social

do Museu Nacional. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 238-242, 1997b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n2/2442.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2012.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. **Do terreno dos caboclos do Sr. São João à Terra Indígena Xacriabá**: as circunstâncias da formação de um povo. Um estudo sobre a construção social de fronteiras. 1997. Dissertação (Mestrado) –Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1997.

SANTOS, Rafael Barbi Costa. **A cultura, o segredo e o índio**: diferenças e cosmologia entre os Xacriabá de São João das Missões/MG. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SANTOS, Rodrigo Martins dos. **Os Gês dos Gerais** – elementos de cartografia para a etno-história do Planalto Central: contribuição à antropogeografia do Cerrado. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SÃO João das Missões. [s.d.]. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Jo%C3%A3o_das_Miss%C3%B5es>. Acesso em: 2 dez. 2013.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional**. 16. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros Editores, 1999.

SILVEIRA, Elza Gonçalves da. **Sobre a literatura Xakriabá**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, CGEEI/SECAD/MEC, 2005.

WIDDICOMBE, S; WOOFITT, R. Interviews as Interaction. In: DREW, P.; RAYMOND, G.; WEINBERG, D. (Ed.). **Talking Research**. London: Sage, 2006.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Tradução de Marie-Anne Kremer. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

ANEXO I
Justificativa Apresentada à SEC/MG pelo
não recolhimento do INSS dos indígenas

***Justificativa Apresentada à SEC/MG pelo
não recolhimento do INSS dos indígenas***

De acordo com entendimentos, a partir da legislação vigente (Lei 8.212/91 de 24 de julho de 1991 - Capítulo I – Seção I artigo VI; lei nº 8.213/91 – de 24 de julho de 1991; Instrução Normativa INSS/PRES nº 40, de 17 de julho de 2009 e Lei nº 6.001 – de 19 de dezembro de 1973) entendemos, salvo melhor juízo, que **“Os bens e rendas do patrimônio indígena gozam de plena isenção tributária”**.

Segundo o art. 5º do Código Tributário Nacional os tributos são: Impostos, Taxas, Contribuições de melhoria, Contribuições Para fiscais e Empréstimos Compulsórios.

Assim, se a contribuição do INSS é uma Contribuição parafiscal e se esta é um tributo, logo o índio estará isento.

O princípio da isonomia consagrado na nossa Constituição prevê que todos são iguais perante a lei. Porém, o princípio da isonomia deverá ser entendido como: tratar com igualdade os desiguais. Ora, o art. 7º da Lei 6001, faz referência ao índio isolado e ao índio integrado ao meio social. É imperioso que não se faça distinção entre esses grupos, vez que, ambos não deixaram de ser índios, apenas tiveram que se adaptar ao meio, conservando seus costumes.

Uma vez que os índios são também considerados parte do grupo de “assegurado especial” não devem recolher os tributos referentes ao repasse de recursos feito a eles.

ANEXO II
Edital do Fundo Estadual de Cultura 01/2008

ANEXO III
Editais do Ponto de Cultura 2008

ANEXO IV
Editais do Prêmio Culturas Indígenas 2006